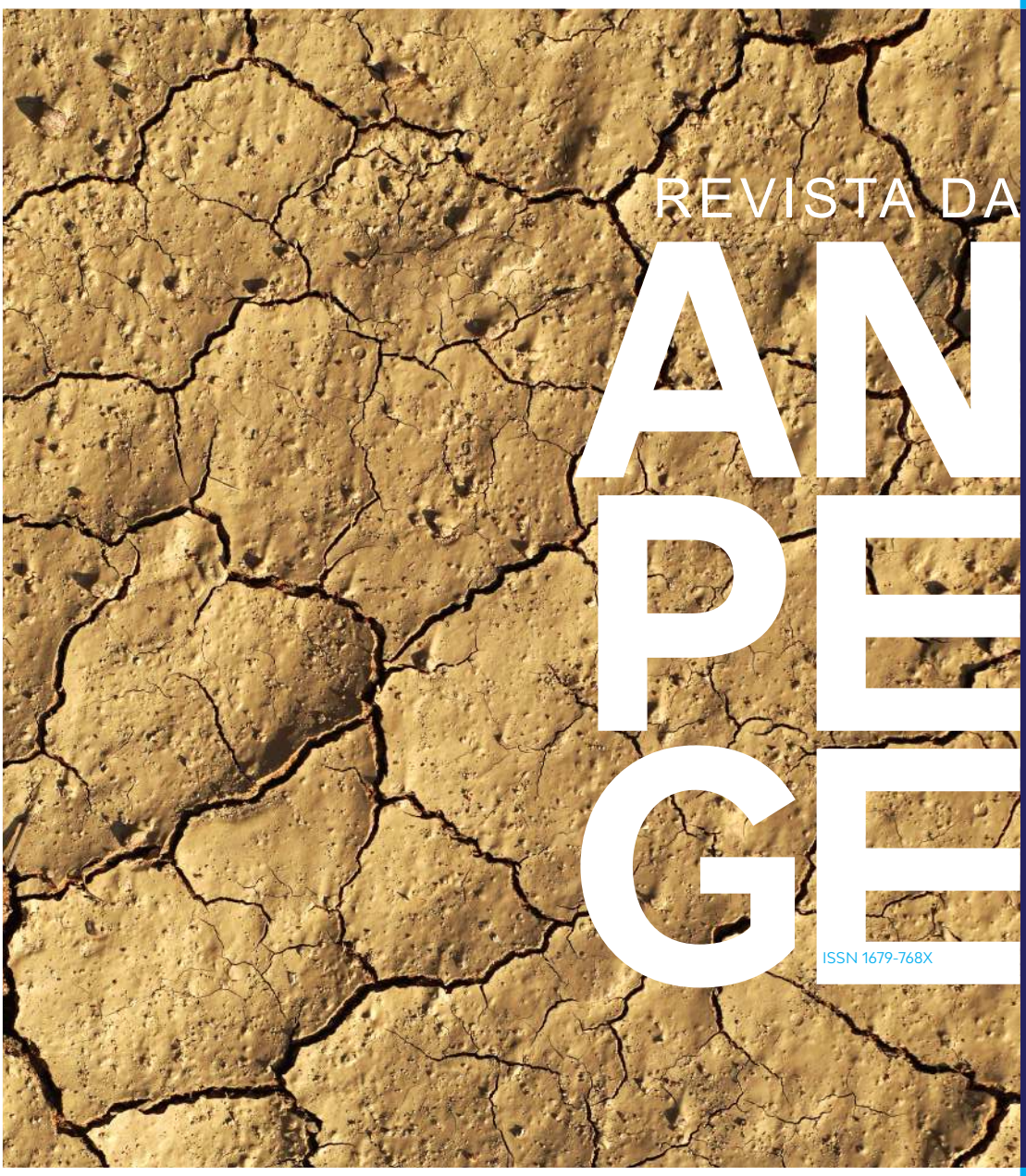


REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

// EQUIPE EDITORIAL

EDITORA
Dra. María Franco García
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

SECRETARIA EXECUTIVA
Maria Clara Multini Belchior
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP- Araraquara), Brasil

DIAGRAMDOR
Fabrício Trindade Ferreira

SUPORTE TÉCNICO
Givaldo Ramos da Silva Filho
Rafael Todescato Cavalheiro
Suporte Open Journal Systems - Editora UFGD

CONSELHO EXECUTIVO
Dr. Marco Antonio Mitidiero Júnior,
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil
Dr. Carlos Alberto Feliciano
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP- Presidente Prudente), Brasil
Dr. Jose Gilberto de Souza
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP- Rio Claro), Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO
Dr. Alessandro Gallo, Università Ca' Foscari di Venezia, Itália
Dra. Ana Fani Alessandri Carlos, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Dr. Antonio Augusto Rossotto Ioris, University of Edinburgh, Scotland, Reino Unido
Dr. Antônio Vázquez-Barquero, Universidad Autónoma de Madrid (UAM), Espanha
Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Dra. Beatriz Ribeiro Soares, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil
Dr. Charlei Aparecido da Silva, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brasil
Dra. Claudete Vitte, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil
Dr. Cristián Ruiz Henríquez, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile
Dra. Diana Lan, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de
Buenos Aires (UNICEN), Argentina
Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray, Universidade Federal do
Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil
Dr. Eduardo Salinas Chavez, Universidad de La Habana (UH), Cuba
Dr. Eliseu Savério Spósito, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Dr. Emerson Galvani, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas, Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil
Dr. Everaldo Santos Melazzo, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Dr. Federico Arenas Vazquez, Pontifícia Universidad Católica de Chile (UC), Chile
Dr. Hervé Théry, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Dr. João Lima Sant´Anna Netto, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Dr. José Alberto Rio Fernandez, Universidade do Porto, Portugal
Dr. José Borzacchiello da Silva, Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil
Dr. José Gilberto de Souza, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Dr. Luis Cruz Lima, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Brasil
Dra. Lisandra Pereira Lamoso, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brasil
Dr. Marcelo Lopes de Souza, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil
Dr. Márcio Antonio Cataia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil

Dr. Márcio Piñon de Oliveira, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil
Dr. Marcos Aurelio Saquet, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Brasil
Dra. Maria Encarnação Beltrão Spósito, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Dra. Maria Geralda Almeida, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil
Dra. Maria Laura Silveira, Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina
Dra. Maria Tereza Duarte Paes, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil
Dr. Nelson Rego, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil
Dr. Paulo César da Costa Gomes, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil
Dr. Pedro Almeida Vasconcelos, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil
Dr. Rogério Haesbaert da Costa, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil
Dr. Ruy Moreira, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil
Dr. Samuel do Carmo Lima, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil
Dra. Sandra Elisa Contri Pitton, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Dr. Sylvio Fausto Gil Filho, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil
Dr. Tadeu Pereira Alencar Arrais, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

// SUMÁRIO

005	**EDITORIAL** María Franco García
007	**BLOCO NO PODER NO CENTRO DO ARRANJO ESPACIAL: AS CONTRIBUIÇÕES DE NICOS POULANTZAS E SUA ATUALIDADE PARA ENTENDER A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL** Rodolfo de Souza Lima DOI 10.5418/ra2021.v17i34.13558
020	**ESTRATÉGIAS ESPACIAIS E ESTRATÉGIAS DE FIDELIZAÇÃO DE EMPRESAS VAREJISTAS: UMA ANÁLISE DAS LOJAS PERNAMBUCANAS** Flaviane Ramos dos Santos DOI 10.5418/ra2021.v17i34.12460
040	**IDENTIDADES COMO UMA QUIMERA DE LUGARES** Leonardo Luiz Silveira da Silva | Alfredo Costa DOI 10.5418/ra2021.v17i34.12063
055	**LAS RÍAS BAIXAS MÁS ALLÁ DE SOL Y PLAYA. O GROVE, ESTUDIO DEL CASO. (GALICIA, ESPAÑA)** Jorge Olleros Rodríguez DOI 10.5418/ra2021.v17i34.15665
071	**TEMAS E PARADIGMAS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÕES DO DEBATE PARADIGMÁTICO AOS ESTUDOS AGRÁRIOS** Janaina Francisca de Souza Campos Vinha DOI 10.5418/ra2021.v17i34.11623
	Resenha
087	**O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E SEUS DESDOBRAMENTOS SOCIOESPACIAIS: OS NOVOS VETORES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS** Edmilson Batista Santana DOI 10.5418/ra2021.v17i34.15428
090	**LISTA DE AVALADORES DO VOLUME 17, ANO 2021**

Revista da ANPEGE. v. 17. nº. 34, p. 5 - 6, ANO 2021. e-ISSN: 1679-768X
https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege.

Editorial

María Franco García - Editora REVANPEGE

Dedicamos este número a todas as equipes editorias, passadas e futuras,
que fazem da REVANPEGE uma realidade.

Chegamos, por fim, ao último número do volume 17 da Revista da ANPEGE e com ele finalizamos um ciclo, editorial e pessoal, que transcorreu no bienio de 2020 - 2021.

A pequena, porém robusta, "equipe editorial" da Gestão Bacurau, composta por Maria Clara Belchior, na função de Secretaria Executiva, e por mim, na função de Editora Gerente, embarcou, motivada pelo pulso político do momento e a fé na ciência aberta, na travessia editorial que hoje, podemos afirmar, chega em bom-porto.

Antes de qualquer coisa, a lembrança do trabalho feito e da experiencia adquirida, é uma forma de agradecer também a confiança depositada em nós pela ANPEGE e especialmente de retribuir os esforços feitos pelas equipes editorais anteriores.

A nossa incursão no "saber-fazer" do trabalho editorial junto à REVANPEGE, acompanhou o tumultuado contexto de mudanças globais, que, em apenas dois anos, nos forçaram - todas e todos - a uma nova forma de estarmos no mundo.

No finalzinho de janeiro do ano 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) emitiu o que foi conhecido como o definitivo alerta mundial para a doença COVID-19. Logo, foi decretado, em função da emergência de saúde internacional, a primeira pandemia do século XXI.

Entre outras coisas, trabalhar remotamente foi o nosso cotidiano e, até agora, essa é a forma de nos relacionarmos com os editores e editoras de seções temáticas que participaram dos últimos números da revista, com os autores e autoras, os e as avaliadoras, com leitorxs, a revisora de texto e diagramadores. O isolamento social repercutiu infelizmente na nossa capacidade de relacionarmos, porém, da perspectiva editorial, potencializou os encontros em/na rede. Isso permitiu dar continuidade ao projeto editorial da REVANPEGE, apesar dos entraves no percurso.

Todavia, trabalhar na revista durante esse período não esteve apenas condicionado pela pandemia do COVID-19, pois a sucessão de situações excepcionais não parou por aí. Politicamente, no Brasil o período foi o mais violento contra a Ciência na história democrática do país. A desvalorização das suas instituições e dos seus representantes também nos colocou, enquanto comunidade acadêmica, diante de uma nova forma de estarmos no mundo.

O fato de conseguir publicar uma revista científica nesse cenário, transformou-se também em uma forma de resistência no contra-ataque. Nunca antes tínhamos sentido tanta necessidade de abrir espaços para que o debate científico acontecesse. Revistas, *lives*, eventos *on-line*, todas possibilidades de interação e construção que tornassem público e notório a sua função social. Nunca antes os professores e professoras de geografia deste país, precisaram iniciar as suas aulas mostrando que a Terra é redonda, ou quase.

Um geógrafo brasileiro muito querido por todos nós, o professor Ruy Moreira, um dia falou que a Geografia "era uma forma de estar no mundo". Esse mundo datado, 2020-21, em convulsão e movimento permanente, fez com que, muitos de nós, reafirmássemos uma forma de vida. A Geografia comprometida com seus debates e temas, seus encontros e associações, suas revistas, eventos, linguagens e instituições, particularmente no Brasil é, antes de qualquer coisa, um estilo de vida.

Publicar os seis números que compõem os dois últimos volumes da REVANPEGE, além de uma satisfação pessoal da atual equipe editorial, é nosso compromisso com a comunidade geográfica que "fala ao Brasil"[1] a partir de cada um dos artigos que estão disponíveis para leitura.

1 Entre os dias 10 a 15 de Outubro de 2021 realizou-se, em formato virtual, o XIV Encontro Nacional de de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE). O evento teve como título: *A Geografia que fala ao Brasil: ciência geográfica na pandemia ultraliberal.*

Desejamos à Gestão *Outros Outubros Virão*, e à nova equipe editorial, sob a coordenação de Ricardo Jr. de Assis Fernandes Gonçalves, uma ótima travessia, a reafirmação da nossa forma de vida e a alegria da recompensa.

Boas leituras a todas e todos, e muito obrigada pela oportunidade dada.

María Franco García

A Telleira, Ares, 22 de março de 2022

Revista da ANPEGE. v. 17. nº. 34, p. 7 - 19, ANO 2021. e-ISSN: 1679-768X
https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege. // DOI 10.5418/ra2021.v17i34.13558

BLOCO NO PODER NO CENTRO DO ARRANJO ESPACIAL: as contribuições de Nicos Poulantzas e sua atualidade para entender a formação socioespacial

BLOCK IN POWER IN THE CENTER OF SPACIAL ARRANGEMENT: the contributions of Nicos Poulantzas in his relevance to understand the social-spacial formation

BLOQUE DE PODER EN EL CENTRO DE LO ARREGLO ESPACIAL: Las aportaciones de Nicos Poulantzas y su relevancia para comprender la formación socioespacial

Rodolfo de Souza Lima

RESUMO

A obra de Nicos Poulantzas, em especial o livro "Poder Político e Classes Sociais", de 1968, é um dos principais trabalhos no campo da ciência política e da filosofia. O conjunto de sua obra aborda a especificidade e a função do Estado burguês e das classes sociais, além dos conceitos de *bloco no poder* e de *burocracia*, dentre muitos outros. O presente trabalho busca ressaltar os conceitos da obra poulantziana para entender a formação socioespacial brasileira, os conflitos e as lutas de classes, a ação do Estado, e do bloco no poder, em um diálogo com o arcabouço conceitual da geografia, sobretudo de Ruy Moreira que em um determinado momento de sua obra incorporou elementos da abordagem do filosofo grego. Defende-se a hipótese de que os estudos geográficos, através dos arranjos espaciais, da formação socioespacial, e da intervenção estatal, encontram, por meio desta, seu centro de decisão no bloco no poder.

Palavras-Chave: Nicos Poulantzas; bloco no poder; arranjo espacial; formação socioespacial

ABSTRACT

The work of Nicos Poulantzas, in particular the book "Political Power and Social Classes" (1968), it is one of the main works in the field of political science and philosophy. The set of his work addresses the specificity and function of the bourgeois State and social classes, beside the concepts of the bloc in power and bureaucracy, among many others. The present work seeks to deal with the actuality of the Poulantzian work in order to reflect the brazilian socio-spatial formation, conflicts and the class struggles, the action of the State, and the block in power, in a dialogue with the conceptual framework of geography, especially in Ruy Moreira's work which at a certain point incorporated elements of the greek philosopher's approach. We defend the thesis that geographic studies, through spatial arrangements, socio-spatial formation and state action, find, through this, their decision center in the block in power.

Key-words: Nicos Poulantzas; block in power; spacial arrangement; socio-spacial formation

RESUMEN

La obra de Nicos Poulantzas, especialmente el Poder Político y las Clases Sociales de 1968, es una de las principales obras en el campo de la ciencia política y la filosofía. El conjunto de su obra aborda la especificidad y función del Estado burgués y clases sociales, además de los conceptos de bloque de poder y burocracia, entre muchos otros. El presente trabajo busca abordar la actualidad de la obra poulantziana para reflejar la formación socioespacial brasileña, los conflictos y las luchas de clases, la acción del Estado y el bloqueo en el poder, en diálogo con el marco conceptual de la geografía, especialmente Ruy Moreira. que en cierto momento de su obra incorporó elementos del enfoque del filósofo griego. Defendemos la hipótesis de que los estudios geográficos, ya sea a través de arreglos espaciales, formación socioespacial e intervención estatal, encuentran, a través de esto, su centro de toma de decisiones en el bloque de poder.

Palabras-clave: Nicos Poulantzas; bloque en el poder; arreglos espaciales; formación socioespacial

Introdução

Nicos Poulantzas foi, sem dúvidas, um dos principais cientistas políticos e filósofos da modernidade. A publicação de *Poder Político e Classes Sociais,* na França de 1968, ano de intensas lutas políticas no país e em várias partes do mundo, obteve importante repercussão e várias edições em diferentes línguas. No prefácio da mais recente edição publicada pela Unicamp, Armando Boito Júnior afirma que Poulantzas nos legou "um rigoroso e sofisticado tratado de teoria política marxista" (2019, p.7) e essa sentença combina com o próprio sociólogo. Na referida obra, sua relevância consiste, entre outras coisas, na discussão quanto à constituição e à especificidade do Estado capitalista, e à construção do conceito de "bloco no poder".

A obra de Poulantzas também repercutiu no Brasil (SAES, 2007; MOTTA, 2017), inclusive animando os debates em torno da renovação crítica da geografia, sobretudo entre os autores que buscavam romper com a geografia tradicional e propor um olhar marxista da teoria geográfica (PEDROSA, 2015; FRANÇA FILHO, 2012). O importante geógrafo carioca Ruy Moreira, durante este período, também fez um diálogo muito profícuo entre marxismo e geografia, buscando inspiração em autores como Yves Lacoste, Henri Lefebvre, Rosa Luxemburgo, Louis Althusser e Antônio Gramsci. O diálogo com Poulantzas se deu sobretudo na sua dissertação de mestrado publicada em 1985, chamada *O movimento operário e a questão cidade-campo. Classes urbanas e rurais na formação da geografia operária.*

A partir dos anos noventa houve uma mudança de paradigma nos estudos da geografia, que começaram a adotar diferentes correntes e escolas do pensamento. O marxismo perde a influência que tinha, "quando a nova esquerda e o pós-estruturalismo ganham força dentro do campo" (PEDROSA, 2015, p.5). De modo geral houve uma crise do marxismo como um todo durante este período, justificado por inúmeros fatores como a queda da União Soviética, o fortalecimento do neoliberalismo e da globalização como ideologias, assim como o crescimento de tendências socialdemocratas e liberais dentro das organizações de esquerda (HARNECKER, 2018).

No entanto, nos últimos anos houve uma retomada da obra poulantziana no Brasil e no mundo, com uma série de trabalhos realizados a partir de suas contribuições. O ressurgimento do marxismo poulantziano, de maneira criativa e renovada, é fundamental nesse momento em que as transformações socioespaciais profundas que passamos nas últimas décadas recolocam suas problemáticas teóricas. O mundo encontra-se diante de uma crescente concentração de renda e terra, da elevação do desemprego e da permanência da fome. A crise do capitalismo, sobretudo a partir de 2008, arranhou o ideário da globalização neoliberal, mas não modificou o neoliberalismo como modelo societário. O papel do Estado continua fundamental para garantir um sistema interestatal para garantir a acumulação sob hegemonia do capital financeiro, reforçando um arranjo desigual entre países imperialistas e dependentes (OSÓRIO, 2019).

O Brasil, por sua vez, não passou ileso dos efeitos da crise; os problemas estruturais e a condição de país dependente não se alteraram. Nos últimos anos o país enfrentou uma profunda reestruturação produtiva e ao mesmo tempo consolidou-se uma economia agroexportadora de *commodities* (DELGADO, 2012; THOMAZ JUNIOR, 2010). O agronegócio brasileiro tornou-se o modelo de desenvolvimento hegemônico no campo, dependendo de um forte apoio do Estado para a consolidação de um arranjo espacial da acumulação. Por outro lado, as lutas e os conflitos territoriais, empreendidos pelos movimentos socioterritoriais, partidos e sindicatos, buscam formas de desenvolvimento contra-hegemônico, pressionando o Estado a realizar políticas de desenvolvimento. Estas conflitualidades (FERNANDES, 2008) – lutas reivindicativas de classe expressas entre diferentes modelos de desenvolvimento – também são conflitos de espaço e contraespaço (MOREIRA, 2013) e engendram, nas formações socioespaciais, lutas de classe, raça e gênero articuladas. A reforma agrária popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Plano Camponês do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o projeto energético popular e soberano

do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), a soberania alimentar e agroecológica articuladas pelos movimentos ligados à Via campesina, são expressões de outro modelo de desenvolvimento e, portanto, de outro arranjo espacial.

Nota-se, assim, a atualidade e a relevância de Poulantzas nos estudos geográficos. Pretendemos, portanto, neste trabalho, com base nos resultados parciais de uma pesquisa de doutorado em andamento, resgatar a teoria materialista poulantziana no diálogo com o geógrafo Ruy Moreira, a fim de analisar o papel do Estado, das classes sociais em luta, do imperialismo e da formação socioespacial.

O texto está estruturado em três partes. Nas duas primeiras, introduzir-se-ão ao/à leitor/a os conceitos fundamentais das obras citadas alhures de Nicos Poulantzas e Ruy Moreira, respectivamente, demostrando os elos, os diálogos e as diferenças entre elas. No terceiro tópico conduziremos a leitura da análise sobre a formação socioespacial brasileira proposto por Ruy Moreira, tendo como eixo principal o bloco no poder no centro do ordenamento dos arranjos espaciais, com vistas a demonstrar uma leitura possível a partir do ferramental poulantziano, mas sem nenhuma pretensão de esgotar seu potencial.

Estado E bloco no poder na obra de Nicos Poulantzas

Para versar sobre a influência de Nicos Poulantzas na geografia em geral e na obra de Ruy Moreira em especifico, é necessário situá-lo no contexto em que estava inserido, no projeto teórico que tinha em desenvolvimento e nas fases de seu pensamento. Poulantzas foi um importante filósofo e cientista político grego (1936-1979); por volta de 1965 foi se aproximando do pensamento de Louis Althusser e de seus alunos, centrados na *École Normale Supérieure* em Paris. A influência althusseriana sempre foi central em sua obra; contudo, por volta de 1977-78, Poulantzas se associou ao eurocomunismo de esquerda e a um diálogo com Foucault. Apesar da sua trágica e repentina morte em 1979, devido a um suicídio, Nicos Poulantzas deixou importante obra sobre filosofia e ciência política, ainda extremamente relevante nos dias atuais (MARTIN, 2008; JESSOP, 1985).

Durante os anos 1960, a influência de Althusser foi fundamental para a mudança de foco na pesquisa de Poulantzas. Althusser e seus discípulos propunham, dentre outras coisas, um projeto intelectual de releitura crítica de Marx, com forte influência de Lenin e de Mao Zedong, que abandonasse o humanismo teórico e o historicismo. Dentre as suas proposições (ALTHUSSER, 2015) estão a existência de uma ruptura epistemológica em Marx, localizada principalmente na obra "A ideologia Alemã", de 1845, que levou Marx e Engels a uma mudança de problemática teórica, agora com o enfoque no modo de produção, nas lutas de classes, no capital etc; compreendendo o marxismo como uma ciência da história, e o modo de produção para além de sua infraestrutura econômica, mas como um "todo complexo-estruturado" – aqui a forte influência da dialética de Mao Zedong (1999). Esta perspectiva, em outras palavras, sugere que as instâncias são plurais, contraditórias e sobredeterminadas, das quais tanto as estruturas como as práticas possuem autonomia relativa, em que a depender da formação social e da conjuntura uma das instâncias é dominante, sendo elas determinadas *apenas* em última instância pelo "econômico" – pela produção da vida material.

Ora, a partir da compreensão da autonomia relativa da instância jurídico-política, o projeto de Poulantzas foi exatamente produzir uma teoria materialista do Estado no modo de produção capitalista. Em sua principal obra, nomeada *Poder político e classes sociais* (2019), originalmente publicada em 1968, Poulantzas realiza um estudo aprofundado de Marx, Engels, Lenin, Pachukanis, Gramsci e Mao Zedong, entre outros importantes teóricos que refletiram sobre o Estado.

Desta forma, Poulantzas entende o Estado como uma estrutura que garante a coesão de uma sociedade de classes e das práticas em uma formação social. Nesse sentido, o Estado condensa as contradições dos diversos níveis de uma formação social especifica (POU-

LANTZAS, 2019, p.46). Quando tratado de uma formação social capitalista, por exemplo, o Estado é a instância em que se permite a dominação pela classe burguesa, assim como o domínio do modo de produção capitalista sobre os outros modos de produção dominados, podendo haver diferentes arranjos, de classes e de frações de classe de cada formação. Em termos geográficos, é como afirmar que o espaço tem uma dimensão jurídico-política, o espaço superestrutural, que permite a coesão de uma formação socioespacial e que condensa as contradições (MOREIRA, 2008).

No capitalismo, a função do Estado como estrutura de dominação de classe está diretamente relacionada à sua autonomia relativa e está inscrita em sua própria forma. Poulantzas (2019) afirma que a ideologia jurídico-política ocupa um papel central, ao reproduzir um duplo efeito: o de isolamento e o da representação da unidade. Em outras palavras, os conceitos de cidadão, cidadania, indivíduo, sujeito de direito, direitos de propriedade individual e igualdade jurídica, geram um efeito atomizador, que isola os agentes de produção de seus pertencimentos coletivos de classe (POULANTZAS, 2019, p.130-133). Nesse sentido, o efeito de isolamento faz o/a proletário/a se ver como um indivíduo que vende sua força de trabalho como uma mercadoria equivalente ao salário – a mercadoria dinheiro –, escondendo as relações de exploração e de extração de mais-valor.

Ao mesmo tempo, o Estado aparece aos indivíduos isolados como um representante dos interesses gerais de todo o "povo", de toda a Nação. Esse efeito de representação da unidade de indivíduos já previamente isolados, só é possível por conta do caráter formalmente aberto de suas instituições a toda sociedade. Por conta disso, o recrutamento dos funcionários do Estado é aberto a todas as classes sociais, por meio do meritocratismo, como o concurso público, por exemplo (POULANTZAS, 2019, p.353-355). Os funcionários do Estado, i.e., a burocracia, aparecem como um "corpo-neutro", separado, apartado do conjunto da sociedade, como um representante dos interesses gerais. A despeito de suas diferentes origens de classe, para manter sua unidade e cumprir as funções estatais, a burocracia é rigidamente hierarquizada, assim como suas tarefas distribuídas a partir do topo. A isso o autor chama de burocratismo (POULANTZAS, 2019, p. 354).

O Estado, nessa perspectiva, a partir de seus efeitos, permite a organização da dominação política. Poulantzas enfatiza que esse processo decorre de outro já bastante evidenciado por Gramsci: a hegemonia das classes dominantes em relação às classes dominadas. Dentre outras formas de dominação, a principal delas é a efetivação dos interesses políticos da classe dominante a partir de um *equilíbrio instável de compromissos* com as classes dominadas (POULANTZAS, 2019, p.195). Desta maneira é possível as classes dominantes cederem a certos interesses econômicos, fazer alguns sacrifícios, ou até mesmo permitir que as classes dominadas conquistem alguns interesses econômicos, mas sem ferir os objetivos e interesses políticos centrais das classes dominantes.

No entanto, o filosofo grego vai além de Gramsci e aponta um processo de hegemonia dentro das classes dominantes. Poulantzas, a partir da leitura aprofundada de "As lutas de classe na França" (2012 [1850]), "18 do Brumário de Luís Bonaparte" (2011 [1852]), e "Guerra civil na França" (2011 [1891]), todas obras de Karl Marx, apontam que existem conflitos permanentes entre as distintas frações de classe no interior das classes dominantes. É nesse sentido que o conceito de bloco no poder é constituído, de modo a explicar a unidade contraditória existente entre as frações dominantes em uma formação social, porém sob a hegemonia de uma dessas frações (POULANTZAS, 2019). O autor demonstra que

> a fração hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações do bloco no poder, ao constituir seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política. (POULANTZAS, 2019, p. 245).

Portanto, a fração hegemônica consegue polarizar os diferentes interesses conflitantes das classes dominantes em interesses políticos. Décio Saes (2001), em sua acurada leitura de Poulantzas, afirma que uma das formas de identificar esse processo de contradições entre

frações de classe, pode ser feito através do olhar para como a intervenção do Estado, bem como sua política econômica e social, beneficia e/ou prejudica esses diferentes grupos.

Nota-se que o conceito de bloco no poder é muito profícuo e funcional para compreender, em diferentes conjunturas e períodos históricos, as formas de intervenção estatal e suas defasagens para com o bloco no poder, os deslocamentos de frações hegemônicas no interior do bloco, as defasagens entre representantes políticos e as classes dominantes, dentre outros aspectos. Tal como destacaremos, Ruy Moreira (2013) buscou evidenciar, a partir da leitura de Poulantzas, as relações entre bloco no poder e espaço geográfico na formação socioespacial brasileira.

Bloco no poder, formação social e os arranjos espaciais em Ruy Moreira

O geografo Ruy Moreira é inegavelmente um dos mais importantes intelectuais brasileiros, tanto do ponto de vista geral, quanto nos estudos da geografia, em específico. Sua obra é vasta – conta com contribuições no campo da epistemologia da geografia, com do entendimento da formação socioespacial brasileira e da educação em geografia, dentre muitas outras (MACHADO, 2019; CLAUDINO, 2019). O geógrafo em questão, que ainda conta com uma intensa produção acadêmica, foi um pivô na renovação crítica da geografia durante as décadas de 1970 e 1980.

O caráter e as polêmicas que até hoje envolvem esse processo de renovação ainda são discutidos – entre críticas e autocríticas –, tamanha a importância que teve esse desenvolvimento no campo da geografia. Não é objetivo deste trabalho adentrar nos meandros deste debate, mas observar que durante este período formou-se um campo de estudos marxista, abrindo um horizonte para a construção de uma teoria materialista da geografia (PEDROSA, 2015, p.40). Contudo, vale salientar que: a) nunca houve uma espécie de consenso, ou de uma única vertente marxista, mas orientações teóricas de diversos campos dentro do marxismo; b) tampouco existe uma teoria marxista finalizada da geografia, uma vez que, em acordo com Pedrosa (2013; 2015) e França Filho (2019), durante os anos 1990, fatores políticos como a queda do muro de Berlim e a influência de teorias pós-estruturalistas como as de Foucault, Delleuze e Guatari, interromperam, entre outros aspectos, o avanço da consolidação dessa teoria. Isso tudo, porém, não significa que os estudos marxistas na geografia tenham acabado, mas que houve uma perda significativa de sua influência.

Moreira foi profundamente impactado pelos debates marxistas, assim como era um militante ativo na reconstrução da principal entidade da categoria, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Segundo o geógrafo (MOREIRA, 2000), três autores, dentre outros, foram fundamentais em sua formação: a) Yves Lacoste em sua crítica radical à geografia tradicional, desde fundamentos metodológicos e epistemológicos calcados no positivismo, até sua função na reprodução do capitalismo e do imperialismo, utilizada como uma ideologia no aparelho escolar; b) Henri Lefebvre, que teria avançado em uma análise concreta do espaço, pois "Lefebvre toma o espaço como foco do seu olhar sobre a história, apresentando-o como a categoria que comanda a reprodução da estrutura global da sociedade" (MOREIRA, 2000, p.31); c) Milton Santos em sua obra *Por uma Geografia Nova* de1978 (2012), que sistematizou o debate da geografia critica, entendendo o espaço como estrutura, um produto social e um produtor da sociedade.

Em 1982, Ruy Moreira publicou um texto fulcral em sua obra, o artigo chamado "A geografia serve para desvendar máscaras sociais". Neste trabalho, o autor reflete sobre a função do espaço na reprodução do capitalismo; na dimensão espacial sobredeterminada pelas instâncias econômicas, ideológicas e jurídico-políticas; assim como o entendimento do conceito de formação socioespacial como síntese concreta do espaço. Esse artigo, além das influências de Lacoste, Lefebvre e Milton Santos, também buscava refletir criticamente sobre as problemáticas althusserianas e gramscianas acerca de estrutura e formação social.

Já em 1985, Moreira publica a sua dissertação de mestrado intitulada "O movimento operário e a questão cidade-campo. Estudo sobre sociedade e espaço no Brasil". Nesta, Ruy Moreira aprofunda as questões colocadas no texto de 1982 a partir das particularidades da formação socioespacial brasileira. Seu objetivo é compreender como a luta dos/as trabalhadores/as se desenvolve dentro de uma estrutura material dada – o espaço – e como a produção e organização do espaço sobredetermina as lutas de classes (MOREIRA, 2013, p.11). Tendo como foco a relação espaço-poder, em que as lutas de classes se expressam em confrontos de espaço e contraespaço, Moreira (2013) afirma que

> essa determinação é tomada como uma estrutura ordenadora dos confrontos de classe, que pelo lado dos dominantes tem o caráter de uma disciplinarização espacial dos dominados e pelo lado destes o de uma ação de contraespaço (2013. p.11).

A partir do enfoque nas relações cidade-campo, o autor analisa como vão se desenrolando historicamente, na formação socioespacial brasileira, as diferentes estratégias de dominação/libertação, mediadas pelos diversos arranjos espaciais, tanto pela vertente dos dominadores, que buscam ordenar o espaço com vistas à acumulação do capital, quanto pela classe trabalhadora, que busca alternativas societárias ao capitalismo. De tal sorte que "é pela forma de relação cidade-campo que, definido a relação dos aspectos dos eixos economia-política e produção-circulação, se orienta a linha de desenvolvimento do capitalismo" (MOREIRA, 2013, p,19). Moreira busca entender como são efetivadas as diferentes classes sociais e suas alianças no eixo cidade-campo, uma vez que isto determina a estrutura, o modo de produção na formação socioespacial brasileira.

Vale ressaltar que Moreira (1982) já definia a formação econômico-social nos termos de Harnecker (1973) e Amin (1973), nos quais a formação socioespacial seria "a estrutura que regula e assegura por meio de uma dada ordem de arranjo a própria formação econômico-social na história" (MOREIRA, 2008, p.77). Já em sua dissertação ele retoma esse conceito aplicando-o à realidade brasileira. A esta perspectiva, adiciona-se que a dimensão de raça (MOURA, 2020; ALMEIDA, 2020) e gênero no capitalismo dependente brasileiro também conformam formas de dominação social e, como na expressão de Saffioti (2015), estão articuladas à dimensão de classe e nas instâncias socioespaciais, econômicas, políticas e ideológicas.

Para Moreira (2013), o bloco no poder é o centro que por meio e através do Estado, com sua autonomia relativa, produz, ordena, regula o espaço e seus arranjos em uma formação socioespacial. Em outras palavras, os arranjos espaciais que dão coesão à dominação de classe burguesa são determinados pelo bloco no poder

> O Estado exprime a pactuação aliancista da vertente dos dominantes [bloco no poder], orientando o andamento e mudanças da estrutura interna da formação social brasileira e o seu modo de internalização da divisão internacional do trabalho e das trocas segundo os momentos mundiais de cambiação do capitalismo. (MOREIRA, 2013, p.39)

Além do mais, o autor também afirma que mesmo o modo de produção capitalista tendo como o seu núcleo a contradição centrada na burguesia e no proletariado, é necessário observar cada formação socioespacial específica com vistas a desnudar como as classes, raças e gêneros dos demais modos de produção de uma mesma formação socioeconômica engendram lutas e alianças classistas, pois é daí que se formam as classes no bloco no poder.

> O bloco histórico e de poder tem nesse complexo estrutural sua origem e suas características. Daí saem as alianças e os pactos que vão formar, correlativamente, o perfil estrutural do Estado, além do modo como a formação social vai então se substantivar enquanto forma particular de realização do capitalismo mundializado (MOREIRA, 2013, p.191).

Para Moreira, é evidente que a internalização e estruturação da divisão territorial do trabalho, dos arranjos espaciais, são determinados pelo bloco no poder. "O epicentro das decisões, é o bloco no poder como expressão de interesses entrecruzados do modo de produção e demais modos de produção constitutivos da formação" (MOREIRA, 2013, p.191).

No entanto, ressalta-se que as lutas de contraespaço conflitam com o espaço hegemônico, pois elas "aponta[m] para uma aliança dos de baixo que os de cima percebem e por todos os modos impedem, bloqueiam e dificultam, buscando evitar seus estratagemas" (MOREIRA, 2013, p.35).

Os arranjos da formação socioespacial brasileira sob o prisma do bloco no poder

Em "O movimento operário..." (2013, p. 40-41), Moreira propõe uma análise da formação socioespacial brasileira a partir de uma periodização de três etapas. A primeira é a fase *agromercantil colonial-escravocrata*: aqui há uma clivagem da economia (interna) e da política (externa), uma vez que o centro de decisões do Estado era metropolitano, externo, e o eixo da produção-circulação era voltado para a acumulação primitiva através da extração da renda escravista. Esta fase é caracterizada por uma aliança no bloco do poder entre a burguesia mercantil e a elite plantacionista, junto à hegemonia da Coroa portuguesa e suas classes dominantes. Já no lado dos dominados inexistia uma aliança campo-cidade complexa, mas as lutas engendradas nesse período foram fundamentais para contestar o modo de produção escravista colonial, tal como a quilombagem (MOURA, 2020).

A segunda fase é a da *transição*, que se caracteriza pela vinculação da economia e da política com a formação do Estado imperial escravista no Brasil. Havia uma economia agroexportadora, dominada ainda por um processo de acumulação primitiva interna (renda escravista, depois renda da terra). O bloco no poder era aliançado pelas frações plantacionistas e da burguesia mercantil. A partir de então, as classes sociais dominadas no campo-cidade começam a tornar-se complexas.

Por fim, a terceira fase cunhada pelo autor é a *urbano-industrialização*: ela é possível pelo processo primitivo de acumulação (renda escravista) e investimentos externos de capitais provenientes do imperialismo; esta fase pode ser caracterizada em dois períodos: a) o primeiro é o da formação do "espaço molecular", isto é, um capitalismo "atrasado", ordenado pelo bloco no poder industrial-agrário e mercantil, unificando o eixo produção-circulação; b) o segundo é a fase da configuração do "espaço monopolista", cujo "centro de ordenamento espacial é o bloco no poder industrial-agrário-financeiro" (2013, p.41), com hegemonia da fração industrial. Há, então, uma nova cisão no eixo produção-circulação "em uma quebra da unidade espacial do eixo em que a produção se mantém interna, e a circulação parcialmente" (2013, p.41).

Na vertente dos dominados, a quilombagem começa a perder protagonismo na primeira fase; já no movimento abolicionista, as camadas médias urbanas tomam à frente nos processos de luta, ensaiando as primeiras formas de alianças campo-cidade, contudo por meio de uma estratégia mais defensiva e subordinada aos interesses dos setores médios – que visavam o estabelecimento da república burguesa. Na segunda fase, há muitas lutas de contraespaço em formas de aliança campo-cidade, em que o movimento dos trabalhadores ganha também caráter acentuadamente operário e camponês, corpo sindical, partidário, organizado em movimentos sociais etc.

Cabe ressaltar o efeito da transformação do espaço jurídico-político de sua forma escravista-colonial para a forma propriamente burguesa. Para o autor (2013), o Estado burguês foi determinante para interligar o eixo economia-política, vinculando o eixo produção-circulação, operando a transição da acumulação primitiva (renda escravista, trabalho escravizado) para a acumulação capitalista de tipo dependente (mais-valia, trabalho assalariado), tornando a divisão social e territorial do trabalho mais complexa.

> Espelho institucional do bloco de classes a que serve, o Estado é em suas ações, a face da evolução conjuntural desse bloco. Sob a face do bloco agromercantil, ele concentra a ordenação espacial que exprime a fusão dos aspectos do eixo economia-política em espaço nacional. Muda para adquirir a face do bloco industrial-agrário que ordena o arranjo espacial que leva à fusão dos aspectos do eixo produção-circulação. E, por fim, toma a face do bloco industrial-agrário-financeiro quando o capital industrial-financeiro

> assume as rédeas e inverte os termos de hegemonia da aliança, engendra a ordenação espacial que ajusta os eixos às necessidades da urbano-industrialização que avança (MOREIRA, 2013, p.48).

O papel do Estado foi central na constituição do espaço monopolista, no período que é caracterizado entre os anos de 1930 e 1980. A consolidação desse arranjo se deu durante a ditadura militar (1964-1985), operando o que o autor chamou de dispersão e desconcentração industrial para as cidades pequenas e médias, associada à modernização/industrialização conservadora da agricultura (MOREIRA, 2013, p.145). O Estado atua tanto na regulamentação e normatização, quanto na orientação dessa (des)concentração e modernização/industrialização, através de planos nacionais de desenvolvimento e na criação de leis para tal. Em uma articulação entre regime político ditatorial militar e hegemonia da industrialização, dá-se "[...]o fundamento industrial-agrário-financeiro do bloco no poder e o baseamento sistêmico da economia na forte entrada de aporte financeiro de origem externa" (MOREIRA, 2013, p.152).

A partir dos textos mais recentes do autor sobre a formação socioespacial brasileira, é possível inferir uma nova etapa dentro da fase do espaço monopolista que teria início nos anos de 1980 e 1990, regida pela hegemonia financeira do bloco no poder e com o neoliberalismo como modo de regulação dos eixos economia-política e produção-circulação. Essa etapa pode ser caracterizada sobretudo por três aspectos: "modernização da agricultura, redistribuição territorial da indústria e despatrimonialização-desestatização que privatiza a gestão do espaço'' (MOREIRA, 2005, p.20).

Nesse novo arranjo espacial, opera-se a partir das diferentes lutas de espaço e contraespaço, uma combinação de reestruturação da base produtiva, acompanhada de novas formas de gestão e controle do trabalho e articulada a uma política de desconcentração industrial. Também houve a modernização da agricultura primário-exportadora, fortalecendo os laços entre a agricultura-indústria e as finanças, com forte apoio estatal, formando o agronegócio brasileiro. Além disso, houve uma série de privatizações e desregulamentação estatal, que demarcaram o avanço da gestão privada do território e que "define por sua lógica de mercado a lógica da regulação do espaço" (MOREIRA, 2005, p.24), assim como uma nova forma de intervenção e regulação estatal. Nesta fase, caracterizada pela mundialização do capital e do neoliberalismo, como discutido anteriormente, ocorreu a transição de hegemonia no bloco no poder da fração industrial para a fração financeira, que possui uma relação majoritariamente associada ao imperialismo. Essa fração opera como força principal no ordenamento espacial engendrado pelo Estado dependente brasileiro.

Neste período há a emergência de novos sujeitos nas lutas de contraespaço. Uma multiplicidade de formas de organização em movimentos sociais, de pautas políticas, que vão desde o viés da sexualidade, juventude, gênero, raça, saúde, educação, transporte, terra, água, até das formas de manifestação e protesto, para além das greves, mas também de manifestações de rua, ocupações de prédios públicos, bloqueio de rodovias etc. A bandeira da Constituinte e das Diretas Já! nos anos 1980 foram fundamentais nas formas de aliança campo-cidade, contribuíram para o fim da ditadura militar e impuseram derrotas importantes às classes dominantes na consolidação da nova república. Apesar disso, a transição foi realizada atendendo aos interesses estratégicos do bloco no poder e, com a vitória do neoliberalismo nos anos 1990, emplacou-se uma derrota no movimento dos trabalhadores, dispersando a aliança anterior em diversos polos (BOITO JÚNIOR, 1999; 2019; SAES, 2001).

Nessa perspectiva, nota-se a influência fundamental do conceito de bloco no poder de Nicos Poulantzas(2019) na obra de Ruy Moreira. De maneira criativa e inovadora, Moreira (2013) analisa o Brasil através do espaço geográfico, observando os processos de hegemonia e contra-hegemonia, as lutas de classes, tanto em seu interior das classes, quanto entre si. O autor ainda ressalta que o espaço é um elemento estrutural e estruturante para a dominação de classe, raça e gênero, e por meio do bloco no poder, através do Estado, ordena os arranjos espaciais de acumulação e controle social, bem como chama a atenção para as lutas de contraespaço e para a importância dos movimentos de resistência se atentarem à

relevância do espaço e da formação socioespacial na construção de um projeto contra hegemônico e socialista.

Este trabalho defende que a compreensão de Ruy Moreira para analisar a formação socioespacial em que o bloco no poder é o centro do arranjo, permite analisar não apenas os períodos da história, mas também conjunturas, políticas de desenvolvimento, ações de des-re-territoriorialização do Estado e do capital, os diferentes arranjos econômicos, jurídico-políticos e ideológicos, as ações de contraespaço dos movimentos sociais, partidos, organizações, dentre outros temas relevantes. Isto é, pode-se ir dos arranjos ao bloco no poder, mas também do bloco no poder aos arranjos, em meio às diferentes resistências de contraespaço.

Considerações finais

A hipótese que se buscou desenvolver neste artigo, e que necessita de aprofundamento e estudo, é que os arranjos espaciais encontram no bloco no poder seu centro de decisão. Sempre em relação à conflitualidade, isto é, as disputas entre espaço e contraespaço e dos "vetores verticais" do imperialismo e de seus aparelhos supranacionais. A problemática apresentada repõe a atualidade da obra de Nicos Poulantzas em "Poder Político e Classes Sociais" (2019) nos estudos geográficos, como o realizado por Ruy Moreira em "O movimento operário...." (2013). Evidentemente esta pesquisa ainda está em andamento e precisa aprofundar algumas questões. Pretende-se, em outro trabalho, retomar esta problemática a partir de um estudo de caso concreto em uma conjuntura especifica, observando a implementação da política de desenvolvimento territorial rural dos últimos anos.

O marxismo-leninismo de Poulantzas retoma o "Estado e a Revolução" de Lenin (2012), expondo os limites estruturais do Estado burguês em ser uma alternativa às classes dominadas e oprimidas por meio do interior dos seus aparelhos. O Estado, como uma estrutura de hegemonia, impõe limites às conquistas dos dominados no interior da institucionalidade, transformando e acomodando essas conquistas através de mecanismos de coerção e consenso. Poulantzas (2019), como um leninista, defende a importância da luta reivindicativa por direitos, políticas sociais etc., como subordinada à dimensão do poder; rompe com o reformismo e renova a perspectiva revolucionária, portanto a destruição do Estado burguês, e a construção de outra institucionalidade adequada aos interesses das classes populares.

Contudo, é fundamental compreender de maneira aprofundada cada formação socioeconômica e socioespacial, evitando qualquer aplicação mecânica da teoria. O Brasil, por exemplo, é uma formação dependente, com um Estado dependente, cujo racismo e o patriarcado são estruturais e constituintes de todas as instâncias da vida social (ALMEIDA, 2020; SAFFIOTI, 2013; SOUZA, 2001; MOURA, 2020). No campo, por exemplo, o agronegócio é o modelo hegemônico, subordina inclusive as políticas de desenvolvimento territorial rural com sua roupagem neoliberal e necessita do Estado como o elo ordenador dos arranjos espaciais da acumulação, reproduzindo o capitalismo dependente, o racismo e o patriarcado na cidade-campo.

Sob o governo Bolsonaro os desafios das lutas sociais são imensos, em meio às reconfigurações do bloco no poder, responsável pelo golpe contra Dilma em 2016. Frente ao programa econômico neoliberal e à agenda neofascista em curso, não apenas os direitos estão sendo retirados, mas também a vida da militância e dos sujeitos mais oprimidos da sociedade está sendo cada vez mais ameaçada (BOITO JÚNIOR, 2019; 2020), de tal maneira que é preciso compreender as formas de contraespaço da atualidade e refletir sobre alternativas. As lutas sociais de contraespaço não devem ser pensadas apenas como formas "essencialistas" entre burguesia e proletariado, pois elas são muito mais complexas. Salienta-se a perspectiva de Harnecker (2018), que aponta que camponeses, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais, mulheres, negros e negras, LGBTQIA+ e todos sujeitos oprimidos e explorados no eixo campo-cidade, devem ser incluídos em um projeto popular e democrático de transformação, orientados por uma estratégia revolucionária de contraespaço.

Referencias

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx.** São Paulo: Unicamp, 2015

AMIN, Samir. **Unequal development**: na essay on the social formations of peripheral capitalismo. England: The Haverster, 1973.

BOITO Jr., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1999.

_____. **Reforma e crise política no Brasil:** os conflitos de classe nos governos PT. Campinas: Unicamp; São Paulo: Unesp, 2018

_____. Prefácio à edição brasileira. In: POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais.** São Paulo: Unicamp, 2019.

_____. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica marxista**, n.50, p.111-119, 2020

BERRINGER, Tatiana. **Bloco no Poder e política externa nos governos FHC e Lula.** 241f. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

BUGIATO, Caio. A cadeia imperialista das relações interestatais: a teoria do imperialismo de Nicos Poulantzas. **Queastio Luris**, v.7, n.2, 2014, p.453-468.

CABRAL, Amilcar. **A arma da teoria.** Rio de Janeiro: codecri, 1980.

CAVALCANTE, Sávio Machado. **Classes médias e modo de produção capitalista:** um estudo a partir do debate marxista. 2012p. 377f. Tese (doutorado em sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2012.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Raízes e constelações do saber geográfico academico brasileiro**: o conhecer e o pensar na condição das nervuras. 2019. 556f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.

CODATO, Adriano. Poulantzas, o Estado e a revolução. **Crítica Marxista,** n.27, 2008, p.65-85.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016

DELGADO, Guilherme. **Do "capital financeiro na agricultura" à economia do agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: EFRGS, 2012

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo.** São Paulo: Boitempo, 2014

FARIAS, Francisco Pereira de. **Estado burguês e classes dominantes no Brasil (1930 – 1964).** Curitiba: CRV, 2017.

FERNADES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Buainain, Antônio Márcio. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2008 p.1-57

FRANÇA FILHO, Astrogildo Luiz de. Considerações sobre a renovação crítica da geografia brasileira. **Geografia em questão**, v.5, n.1, 2012.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

GORRITI, Jacinta. **Nicos Poulantzas. Una teoria materialista del Estado.** Chile: Doble Ciencia, 2020.

HARNECKER, Marta. **Conceitos elementais do materialismo histórico.** [S.n.: s.l], 1973.

_____. **Um mundo a construir:** novos caminhos. São Paulo: Expressão Popular, 2018

HARVEY, David**. O Neoliberalismo:** História e implicações. São Paulo: Loylola, 2008

JESSOP, Bob. **Nicos Poulantzas**: Marxist theory and politicial Strategy. London: Macmillan, 1985

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2016

LAZAGNA, Angela. **O político na transição socialista. Explicação e retificação da contribuição da corrente althusseriana.** 2017. 262f. Tese (doutorado em ciência política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Escorpião, 1973.

LENIN, Vladmir I. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular.2012

MACHADO, Monica Sampaio. A trajetória espacial e intelectual de Ruy Moreira e sua contribuição à geografia brasileira. **GeoUERJ**, n.35, 2019

MARTIN, James (org.). **The Poulantzas reader**: marxism, law and the State. London; New York: Verso, 2008

MOURA, Clovis. **Dialética radical do negro brasileiro.** São Paulo: Anita Garibaldi, 3.ed, 2020.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. 2013. 316 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280194>. Acesso em: 23 ago. 2018.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011

_____. **As lutas de classe na França de 1848 a 1850.** São Paulo: Boitempo, 2012

MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos (a renovação da geografia no Brasil no período 1978-1988). **GEOgraphia,** ano 2, n.3, 2000.

_____. Sociedade e espaço no Brasil (as fases da formação espcial brasileira: hegemonias e conflitos). **Boletim paulista de geografia**, São Paulo, n.83, 2005, p.7-31.

_____. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2008

_____. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil:** clases urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira. Rio de Janeiro: Consequências, 2 ed, 2013.

MOTTA, luiz Eduardo. Poulantzas e o Direito. In: **Dados vol.53, nº2.** Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010.

_____. A recepção de Althusser no brasil: o grupo da revista tempo brasileiro. **Novos Rumos,** v.54, n1, 2017.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização:** a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, 2 ed, 2019

PEDROSA, Brenno Viotto. **Entre as ruinas do muro**: a história da geografia crítica sob a ótica da ideia de estrutura. 2013. 361f. Tese (doutorado em geografia humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. A controvérsia da geografia crítica no Brasil (parte II). **Geosul**, Florianópolis, v.30, n.59, p.29-46, jan/jun, 2015.

PEREIRA, João Marcio Mendes. **O Banco Mundial Como Ator Político, Intelectual e Financeiro 1944-2008**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2010.

POULANTZAS, Nicos**. As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de janeiro: Zahar editores, 1975

_____. **A crise das ditaduras:** Portugal, Grécia, Espanha. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976

_____. **O Estado, o poder, o socialismo.** Rio de Janeiro: edições Graal, 2 ed, 1985

_____. **Poder político e classes sociais**. Campinas, SP: Unicamp, 2019

SAES, Décio**. A formação do Estado burguês no Brasil:** 1988-1891. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

_____. **Republica do capital:** capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001

_____. O impacto da teoria althusseriana da história na vida intelectual brasileira. In: MORAES, João Quartim (org.). **História do Marxismo no Brasil**. São Paulo: Unicamp, v.3, ed. 2, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013

_____. **Gênero, patriarcado, violência.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2015

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, p.81-100, jun. 1977

_____. **Por uma Geografia Nova:** da crítica da Geografia a uma Geografia Nov**a.** São Paulo: EDUSP, 6ª ed., 2012

SOUZA, Angelina Matos. **Estado e dependência no Brasil (1989-1930).** São Paulo: Annablue, 2001.

THOMAZ, Junior, Antonio. O Agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo - Território**, v. 5, p. 92-122, 2010.

ZEDONG, Mao. **Sobre a prática e sobre a contradição.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Revista da ANPEGE. v. 17. nº. 34, p. 20 - 39, ANO 2021. e-ISSN: 1679-768X
https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege. // DOI 10.5418/ra2021.v17i34.12460

ESTRATÉGIAS ESPACIAIS E ESTRATÉGIAS DE FIDELIZAÇÃO DE EMPRESAS VAREJISTAS: uma análise das Lojas Pernambucanas

SPATIAL STRATEGIES AND RETAIL COMPANY LOYALTY STRATEGIES: an analysis of Lojas Pernambucanas

ESTRATEGIAS ESPACIALES Y ESTRATEGIAS DE FIDELIZACIÓN DE EMPRESAS MINORISTAS: un análisis de las Lojas Pernambucanas

Flaviane Ramos dos Santos

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar as estratégias espaciais e as estratégias de fidelização de empresas varejistas tomando como recorte as Lojas Pernambucanas, uma das principais redes do país, de modo a entender como ela atua espacialmente e como decide o local de instalação de suas filiais. Para tanto, analisamos sua distribuição no Brasil, focando nos estados de São Paulo e Paraná. Além disso, demonstramos a importância do desenvolvimento de mecanismos de captação e fidelização dos clientes por meio da constituição de bancos de dados e estudos de análise do comportamento do consumidor, possibilitando a construção de um relacionamento e de um atendimento mais individualizado e duradouro com os consumidores procurando atender suas necessidades e cultivando a fidelidade. Assim, constatamos que em virtude do acirramento da concorrência, do aumento do poder de consumo e da mobilidade da população, a preocupação dos varejistas deixou de ser somente com a localização.

Palavras-chave: Estratégias espaciais. Estratégias de fidelização. Lojas Pernambucanas.

ABSTRACT

This article aims to present the spatial strategies and the loyalty strategies of retail companies taking as a cutout the Lojas Pernambucanas, one of the main networks in the country, in order to understand how it acts spatially and how it decides the location of its branches. To do so, we analyze its distribution in Brazil and in the states of São Paulo and Paraná. In addition, we demonstrate the importance of developing mechanisms to attract and retain customers through the creation of databases and studies of analysis of consumer behavior, enabling the construction of a relationship and a more individualized and lasting service with consumers seeking to meet their needs and cultivating loyalty. Thus, we found that due to the fiercer competition, the increase in consumer power and the mobility of the population, the concern of retailers is no longer only with the location.

Keywords: Space strategies. Loyalty strategies. Lojas Pernambucanas.

RESUMEN

Este artículo pretende presentar las estrategias espaciales y de fidelización de las empresas de retail tomando como recorte las Lojas Pernambucanas, una de las principales redes del país, para entender cómo actúa espacialmente y cómo decide la ubicación de sus sucursales. Para ello, analizamos su distribución en Brasil, enfocando en los estados de São Paulo y Paraná. Además, demostramos la importancia de desarrollar mecanismos para atraer y retener a los clientes mediante la creación de bases de datos y estudios de análisis del comportamiento de los consumidores, permitiendo la construcción de una relación y un servicio más individualizado y duradero con los consumidores que buscan satisfacer sus necesidades y cultivar la lealtad. Así, encontramos que, debido a la competencia más feroz, el aumento del poder de consumo y la movilidad de la población, la preocupación de los minoristas ya no se limita a la ubicación.

Palabras-clave: Estrategias espaciales. Estrategias de lealtad. Lojas Pernambucanas.

Introdução

Diante de um mundo cada vez mais globalizado, é grande o ritmo das mudanças que acontecem na sociedade, bem como a rapidez com que dinâmicas e processos se estabelecem e são superados. Novas tecnologias permitem que as empresas estimulem os consumidores, constantemente conectados, a transformar as formas de consumo e ampliar suas compras. Segundo Las Casas e Barboza (2007), diferentemente da indústria, o setor varejista possui a vantagem de estar permanentemente próximo ao consumidor, o que possibilita maior agilidade na detecção de tendências e na percepção de toda e qualquer mudança no perfil do consumidor, razão pela qual é possível promover alterações quase que simultâneas às necessidades percebidas. Para tanto, é fundamental estar em permanente processo de melhoria, desenvolvendo e utilizando os mais avançados meios tecnológicos para conseguir satisfazer e atender às necessidades de seus consumidores e, também, reduzir custos operacionais.

As estratégias espaciais ajudam a explicar como as empresas atuam espacialmente e como elas decidem suas localizações. Nas últimas décadas, houve aumento da importância das cidades médias, configurando-se atualmente em importante mercado para as empresas, tendo em vista sua capacidade de intermediação entre as pequenas e grandes cidades, bem como sua capacidade de polarização regional. No entanto, o tamanho e potencial de mercado menor quando comparado com as cidades maiores e metropolitanas, assim como os papéis regionais distintos que exercem na rede urbana à qual pertencem, exige que essas empresas, embora subordinadas a lógicas econômicas gerais, adotem estratégias espaciais específicas e particulares a cada contexto espaço-temporal em que se inserem (SPOSITO; SPOSITO, 2017).

Assim, o estudo das estratégias espaciais de empresas varejistas torna-se importante no período atual, porque há uma desconcentração espacial cada vez mais significativa dos grupos empresariais associados ao comércio, através da expansão de diversas empresas para cidades de diferentes tamanhos demográficos, o que varia de acordo com o porte, volume de vendas, público-alvo almejado e tipo de produtos oferecidos. Entretanto, essa expansão não ocorre de maneira aleatória no tempo nem no espaço, porque está relacionada à conjuntura econômica do país e fatores locacionais de cada localidade como, por exemplo, a renda média e o potencial de consumo da população.

Em outras palavras, grandes redes varejistas antes exclusivas de aglomerações maiores e mais densas demográfica e economicamente, como as metrópoles, passam, cada vez mais, a estar presentes em diferentes estratos da rede urbana brasileira. Por isso, a importância de compreender as lógicas e estratégias das empresas varejistas em relação às escolhas locacionais e verificar de que forma os investimentos são direcionados no espaço geográfico e quais os fatores condicionantes dessa decisão. Segundo Santos (2001), na busca do lucro desejado, as empresas valorizam diferentemente as localizações, ou seja, não é qualquer lugar que interessa.

Além das estratégias espaciais, também analisamos, neste artigo, as estratégias de fidelização adotadas por empresas varejistas, e na sequência, como exemplo, uma das principais rede de lojas do Brasil: as Lojas Pernambucanas.

Ao descrever a evolução do comércio, Vargas (2001) e Volpi (2007) ressaltam algumas transformações que aconteceram ao longo da história, entre as quais destacamos aquelas referente à mudança de foco do setor varejista. Inicialmente, os varejistas estavam preocupados em vencer a concorrência através do menor preço, depois, as atenções voltaram-se para os aspectos de decoração das lojas e de suas vitrines e, em seguida, para a qualidade dos produtos e serviços oferecidos. Recentemente, o foco deixou de ser o produto e passou a ser o cliente.

Maior foco no cliente e no *marketing* de relacionamento com o consumidor é uma das principais tendências do comércio varejista verificada nos últimos anos. As empresas dedicam cada vez mais esforços para satisfazer seus clientes com o objetivo de ampliar seus mercados consumidores. Banco de dados e estudos de análise do comportamento do consumidor possibilitaram a construção de um relacionamento e de um atendimento mais

individualizado e duradouro com as empresas procurando atender suas necessidades e cultivando, assim, a fidelidade através da relação de confiança entre a empresa e o cliente. A utilização de tecnologias é fundamental para a manutenção dessa relação personalizada, identificada a cada cliente, que se faz através dos programas de fidelidade como, por exemplo, os cartões próprios das empresas, que são usados como instrumento de captação de dados e ferramenta de atração de clientes.

Assim, a partir destas premissas, o artigo tem como objetivo apresentar as estratégias espaciais e as estratégias de fidelização das Lojas Pernambucanas. Para tanto, utilizamos procedimentos metodológicos, além do levantamento bibliográfico e busca por informações no site da empresa e de outras instituições (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES etc.), bem como a realização de entrevista com o gerente da Pernambucanas nas cidades de Presidente Prudente e Londrina, e a sistematização dos resultados em gráficos, quadros, tabelas e, principalmente, mapas, que contribuíram para análise da distribuição das filiais da rede Pernambucanas no Brasil e nos estados de São Paulo e Paraná.

Deste modo, este artigo está organizado em quatro tópicos além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, apresentamos como se deu a origem, desenvolvimento e expansão de uma das mais importantes empresas varejistas do Brasil. A Pernambucanas surgiu no mercado brasileiro como uma pequena loja de tecidos no estado de Pernambuco e, com o passar do tempo, em razão do aumento da competitividade no mercado e busca por maiores lucros, diversificou as linhas de produtos vendidos, tornando-se uma loja de departamentos.

Em seguida, no segundo e terceiro tópico, analisamos a abrangência de mercado e escala de atuação das Lojas Pernambucanas, no país e nos estados de São Paulo e Paraná, destacando que sua estratégia espacial privilegia locais que oferecem melhores condições para sua reprodução econômica. Por último, apresentamos as estratégias de fidelização e como ocorreu a passagem da lógica comercial do carnê para a lógica do consumo mediada pelo cartão.

Origem, desenvolvimento e expansão: a história das Lojas Pernambucanas

Em 1855, o sueco Herman Theodor Lundgren chegou ao Brasil e se instalou em Recife (PE), onde se dedicou a várias atividades comerciais e industriais, com destaque para fábrica de pólvora: Pernambuco Power Factory, e a indústria de fabricação de tecidos: Companhia de Tecidos Paulista. Com a morte de Herman em 1907, seus filhos Herman, Frederico, Alberto e Arthur inauguraram em 1908 a primeira loja, do que viria a constituir esta rede, em Recife, com o nome de Casas Pernambucanas, em homenagem ao estado onde o grupo foi constituído. Em 1910, inauguraram uma loja na Praça da Sé na cidade de São Paulo e, em 1915, a rede já mantinha lojas em funcionamento nas cidades de Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC) e Teresina (PI), conforme Dias (2006).

Sua rápida expansão e consolidação foi resultado de sua política de oferecer produtos de qualidade a preços acessíveis, além do seu investimento em publicidade, sendo que, no início, colocava anúncios de seus produtos em pedras, barrancos às margens de estradas, porteiras de fazendas e postes de iluminação (RIGO, 2000). Atualmente, além dos meios de comunicação (televisão, rádio e *internet*), a loja faz da sua fachada um enorme *outdoor*.

Segundo Sposito (1981), na procura por mercados mais simples e como estratégia de fugir da concorrência com tecidos importados que eram comercializados na capital, em 1930 a rede Pernambucanas se direcionou para municípios no interior do estado de São Paulo, que se destacavam por causa da produção de café e da expansão da ferrovia. Contudo, com a decadência do café estas cidades se tornaram menos lucrativas e, portanto, deixaram de interessar a rede, que passou a priorizar os grandes centros consumidores.

Ressaltando os eventos mais importantes da linha cronológica da empresa disponível no

site[1], destacamos que, na década de 1960, a Pernambucanas ganhou notoriedade por causa de uma campanha publicitária que ficou nacionalmente famosa: "Quem bate? É o frio", reeditada em 2013. Em 1970, a rede diversificou seus produtos, incorporando confecções para homens, mulheres e crianças, e aos poucos, começou a vender eletrodomésticos e eletrônicos, além de estar entre as redes pioneiras no segmento de varejo na utilização de carnês para crediário (batizado de Crediário Tentação). Em 1990, o Cartão Pernambucanas foi lançado, e iniciou-se a informatização de toda a rede, com a adoção de etiquetas de controle e códigos de barra. Já na década de 2000 até os dias de hoje, os serviços financeiros, como empréstimo pessoal, seguros e garantias estendidas, entraram no escopo de atuação da empresa, assim como o comércio eletrônico ganhou destaque.

Atualmente, as lojas2 Pernambucanas estão ancoradas em quatro departamentos: lar-têxtil (com produtos de cama, mesa e banho, tapetes e cortinas); vestuário (feminino, masculino e infanto-juvenil, *lingerie*, calçados e acessórios); eletro (eletrodoméstico, eletroeletrônico, eletro-portáteis, telefonia e informática) e produtos e serviços financeiros (seguros, garantias estendidas, empréstimos e consórcios), de acordo com o *site* da empresa e com o gerente entrevistado em Presidente Prudente em maio de 2016. Além disso, também possui marcas próprias, como Anik, Flobelle, Baila e Greta para lar-têxtil; e Vanguard, Argonaut, Norton, Anne Claude e Giardino para vestuário.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo (IBEVAR), Pernambucanas saiu da 14ª colocação no *ranking* dos maiores varejistas do país em 2015 e foi para a 27ª em 20173, com faturamento bruto de R$4,6 bilhões no ano (IBEVAR, 2017) e um total de 309 lojas distribuídas em sete estados do Brasil: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina. Segundo o Portal de Transparência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre 2007 e 2015, foi concedido um total de R$88,3 milhões em operações indiretas automáticas4 com prazos de 36 a 48 meses de amortização. Isso mostra o papel do Estado no financiamento da expansão desta rede, embora este valor seja bastante inferior ao concedido a outras redes como, por exemplo, as Lojas Americanas (SANTOS, 2019).

No quadro 1 é possível observar que entre 2012 a 2014 houve um aumento de 51 lojas, depois, o fechamento de 17 lojas entre 2015 e 2016 e, em 2017, a rede volta a aumentar o número de lojas, com a abertura de 7 unidades. Quanto ao faturamento houve algumas oscilações, resultados da recessão econômica que assolou o país nesse período, porém, em 2017 o faturamento aumenta em relação aos anos anteriores. Apesar do aumento de 48 lojas entre 2012 e 2017, houve redução de 5.615 funcionários. A justificativa para tal alteração pode estar atrelada à informatização das lojas ou, ainda, terceirização do trabalho, sendo que estes não são contabilizados como funcionários (ou colaboradores) da rede.

Quadro 1: Informações das Lojas Pernambucanas (2017)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Número de Lojas	275	303	326	312	309	318
Número de funcionários	16.615	17.000	16.000	16.000	16.000	11.000
Faturamento (Bilhões)	R$4,2	R$6,1	R$6,3	R$4,4	R$3,7	R$4,6

Fonte: IBEVAR, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017.

Considerando que, de maneira geral, a conjuntura do país reflete-se no comportamento das empresas, para entender o quadro apresentado acima, é importante lembrar que a conjuntura macroeconômica do Brasil dos anos 2000 até meados de 2014 foi, em certa medida, marcada por importantes transformações que contribuíram para alterações em sua estrutura social e expansão do consumo, com destaque para o crescimento econômico que, aliado à diminuição da desigualdade e dos níveis de pobreza e miséria, aos programas de transferência de renda, ao aumento do emprego formal e à expansão do crédito,

foi capaz de elevar os rendimentos e o padrão de consumo de muitas famílias, sobretudo, aquelas de menor poder aquisitivo (POCHMANN, 2014). A valorização do salário mínimo acima da inflação também contribuiu para melhoria da renda e redução de desigualdades sociais. Entretanto, a partir de 2014 até meados de 2016, o país passou por uma recessão econômica, cuja redução no Produto Interno Bruto (PIB) foi de 7,2%, e aumento dos níveis de desemprego o que acabou provocando redução no potencial de consumo da população de menor poder aquisitivo.

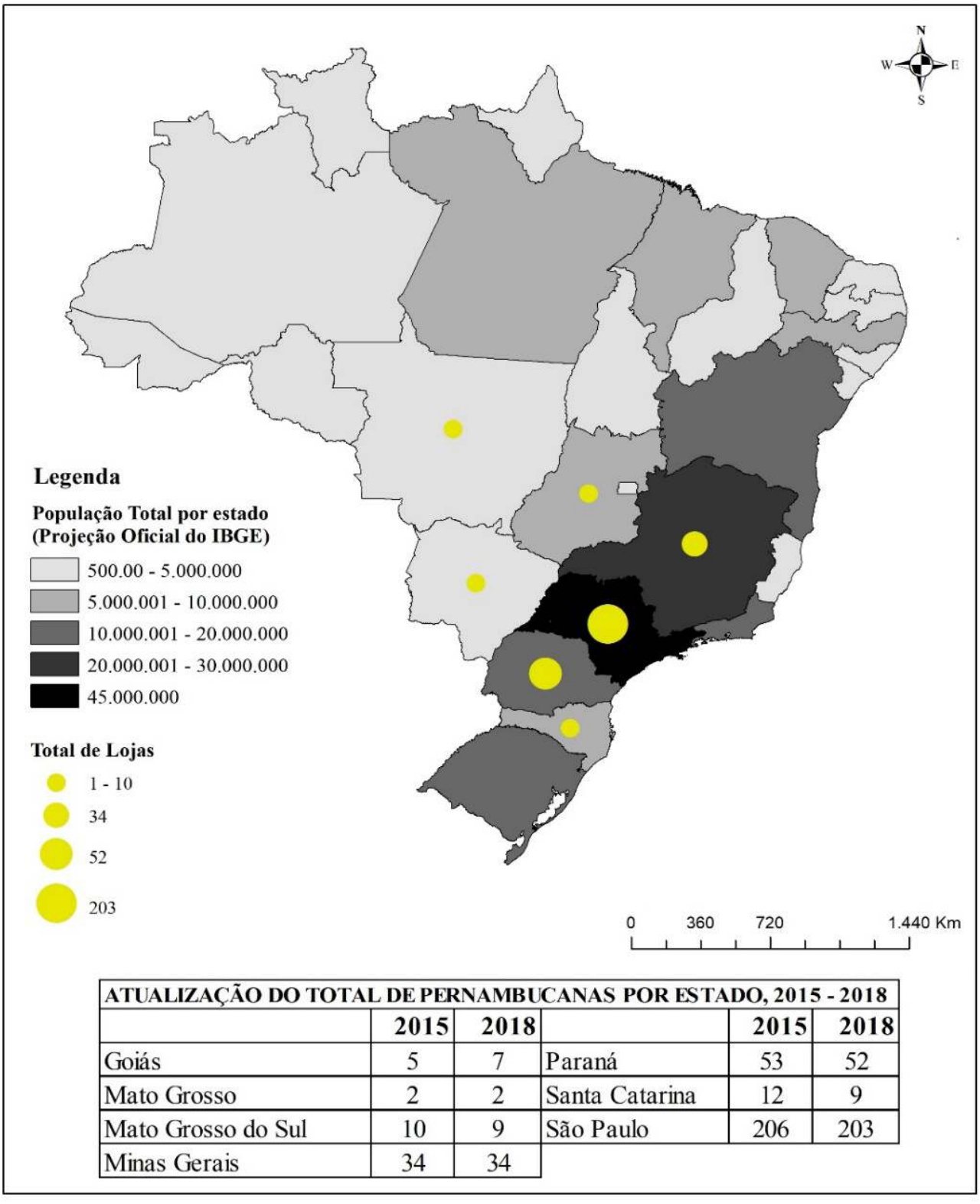
A Pernambucanas, sendo uma empresa varejista de capital fechado e familiar (Família Lundgren), teve nos últimos anos uma expansão mais tímida, se comparada com outras empresas varejistas do mesmo ramo (SANTOS, 2019) e sentiu os efeitos da recessão econômica de maneira mais intensa, através da redução do número de funcionários, fechamento de lojas e queda de quase R$2 bilhões no faturamento nos anos de 2014 e 2015.

Estratégias espaciais das Lojas Pernambucanas no Brasil

A análise geográfica alcançou um grau elevado de importância e influência para as estratégias espaciais das empresas, tendo em vista que através do *geomarketing* é possível compreender os elementos do mercado e analisar como eles se comportam dentro de um determinado espaço geográfico, uma vez que qualquer tomada de decisão mercadológica, sobretudo no varejo, tem implicações espaciais (SANTOS, 2019). Com um mapa, é possível entender mais rápido a dinâmica das relações comerciais e facilmente identificar qual local é mais interessante e qual não exige tantos esforços.

No que concerne à distribuição das Lojas Pernambucanas no Brasil (Figura 1) verificamos que, em 2018, a concentração do maior número de filiais ocorreu na região Sudeste, com 75% (237 lojas), seguido pelo Sul com 19,3%, (61) e Centro-Oeste com 5,7% (18). A rede possui três centros de distribuição, sendo dois em Barueri (SP) e um em Araucária (PR). Quando comparamos o total de lojas no ano de 2015 e de 2018 verificamos que houve o fechamento de 18 lojas, sendo destas 13 no estado de São Paulo, três no Paraná e uma loja nos estados de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Em contrapartida, Pernambucanas inaugurou 14 novas unidades, sendo duas em Goiás e dez no estado de São Paulo. Deste modo, se em 2015 havia 322 lojas da Pernambucanas no país, até fevereiro de 2018, havia 318 lojas.

BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DAS LOJAS PERNAMBUCANAS E POPULAÇÃO POR ESTADO, 2018



ATUALIZAÇÃO DO TOTAL DE PERNAMBUCANAS POR ESTADO, 2015 - 2018					
	2015	2018		2015	2018
Goiás	5	7	Paraná	53	52
Mato Grosso	2	2	Santa Catarina	12	9
Mato Grosso do Sul	10	9	São Paulo	206	203
Minas Gerais	34	34			

Grupo de Pesquisa: GASPERR

Base Cartográfica: IBGE (2015)
Fonte de Dados: Projeção Oficial da População, IBGE (2017) e Site Pernambucanas (Fev. de 2018).
Organização: Flaviane Ramos dos Santos
Orientadora: Maria Encarnação Beltrão Sposito

Apoio: FAPESP

Figura 1
Fonte: Site das Lojas Pernambucanas.
Elaborado pela autora.

No que diz respeito aos menores municípios que possuem filiais da rede no Brasil, destacam-se Cassilândia (MS) e Muzambinho (MG) com cerca de 20 mil habitantes. Nos estados de São Paulo e Paraná, as menores cidades que possuem lojas Pernambucanas são Teodoro Sampaio, no extremo este, com pouco menos de 22 mil e Goioerê, no Noroeste, com 29 mil habitantes. Tal como já exposto no tópico anterior, o interesse da rede pela instalação em cidades de pequeno porte acontece desde o início de sua expansão como uma estratégia de fugir da concorrência com tecidos importados que eram comercializados na capital. Depois, com a modernização da rede e diversificação dos produtos vendidos, essas localizações em pequenas cidades permanecem, concomitante à maior expansão da rede para cidades de diferentes portes na rede urbana.

A concentração no Sudeste, sobretudo no estado de São Paulo, e ausência na região Nordeste é explicada pelo tamanho do mercado consumidor e poder aquisitivo da população de São Paulo, e também pelo fato de que somente a Arthur Lundgren Tecidos com operações em São Paulo prosperou após a divisão, na década de 1970, das operações da rede nos estados de Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo entre os quatro filhos do fundador Herman, Frederico, Alberto e Arthur, respectivamente (DIAS, 2006).

Desde então a família Lundgren protagoniza a maior disputa societária do país, iniciada na década de 1990 e que dura até os dias de hoje, em que mais de 30 descendentes da quarta e da quinta geração disputam o controle acionário da empresa. De um lado está Anita Harley (filha de Helena e neta de Arthur Lundgren) que há 27 anos comanda a Pernambucanas. De outro, primos que discordam da condução do negócio e sobrinhos que brigam na Justiça para tirar poder de Anita e receber centenas de milhões de reais em dividendos nunca pagos (LEAL, 2015).

> Em 1990, Helena, dona de 50% das ações da Pernambucanas de São Paulo, morreu. A herança foi dividida entre seus três filhos. Anita Harley, que assumiu a presidência no lugar da mãe, ficou com 25% das ações. Seus dois irmãos, Robert e Christina, ficaram com 12,5% cada um. O plano era que Anita prestasse contas da empresa a cada seis meses aos dois irmãos e distribuísse dividendos. Mas o inventário de Helena Lundgren nunca foi concluído — e os lucros nunca foram distribuídos. Robert morreu em 1999, deixando cinco filhos. Christina morreu em 2001 e deixou quatro herdeiros. Eles brigam, até hoje, para receber a herança da avó e os dividendos anuais acumulados nesse período. No total, dizem que Anita lhes deve 600 milhões de reais (LEAL, 2015).

Segundo notícia publicada pelo Valor Econômico5, em setembro de 2017, com a conclusão do inventário de Helena Lundgren, essa disputa ganhou um novo capítulo, pois os herdeiros venceram a ação contra a tia Anita Harley que tramitava no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Isso significa que ela deverá transferir metade das ações sob sua posse, se tornando assim sócia minoritária, e pagar os dividendos retroativos.

A posição conservadora de Anita Harley no comando da Pernambucanas em relação à expansão de lojas ao decidir não investir novamente no Nordeste e Rio de Janeiro ou priorizar a instalação de lojas em *shopping centers,* por exemplo, era bastante questionada pelos herdeiros, que consideram que a Pernambucanas está atrás de seus concorrentes no ramo de vestuário e eletrodomésticos (FALCÃO, 2017).

Estratégias espaciais das Lojas Pernambucanas nos estados de São Paulo e Paraná

Em relação à análise da distribuição por faixa de população das Lojas Pernambucanas no estado de São Paulo, verificamos que do total de 206 lojas distribuídas por 144 cidades, 106 estão localizadas em municípios com até 200 mil habitantes (Figura 2). No estado do Paraná, a lógica é a mesma, ou seja, do total de 53 lojas distribuídas por 44 cidades, 36 estão localizadas em municípios com até 200 mil habitantes (Figura 3), o que revela seu caráter relativamente popular, através de sua presença em diversas cidades pequenas do interior

5 Disponível em: https://www.valor.com.br/empresas/5136350/herdeiros-da-pernambucanas-vencem-disputa-no-stj. Acesso em set. de 2018.

de ambos os estados. Além disso, é bastante significativa a presença em municípios com menos de 50 mil habitantes.

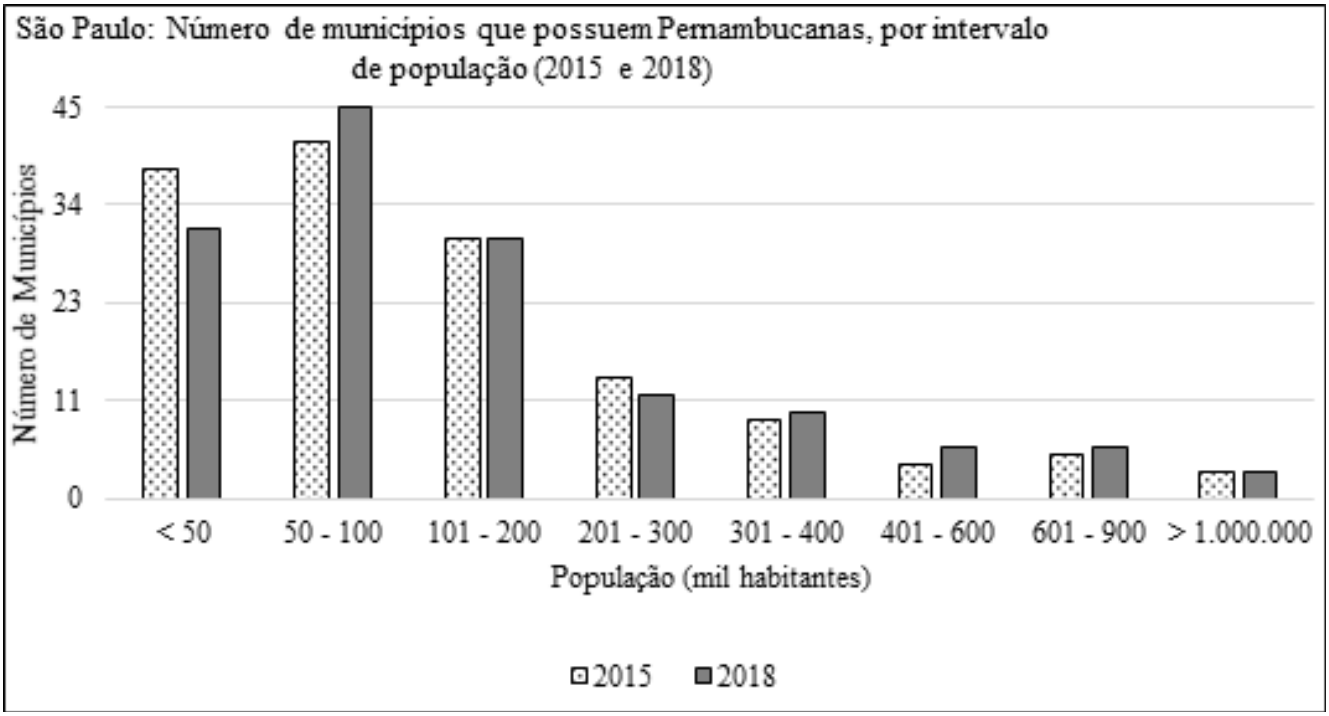


Figura 2
Fonte: Censo Demográfico (2010), Projeção oficial (2017) e Site da Pernambucanas (2018).Elaborado pela autora.

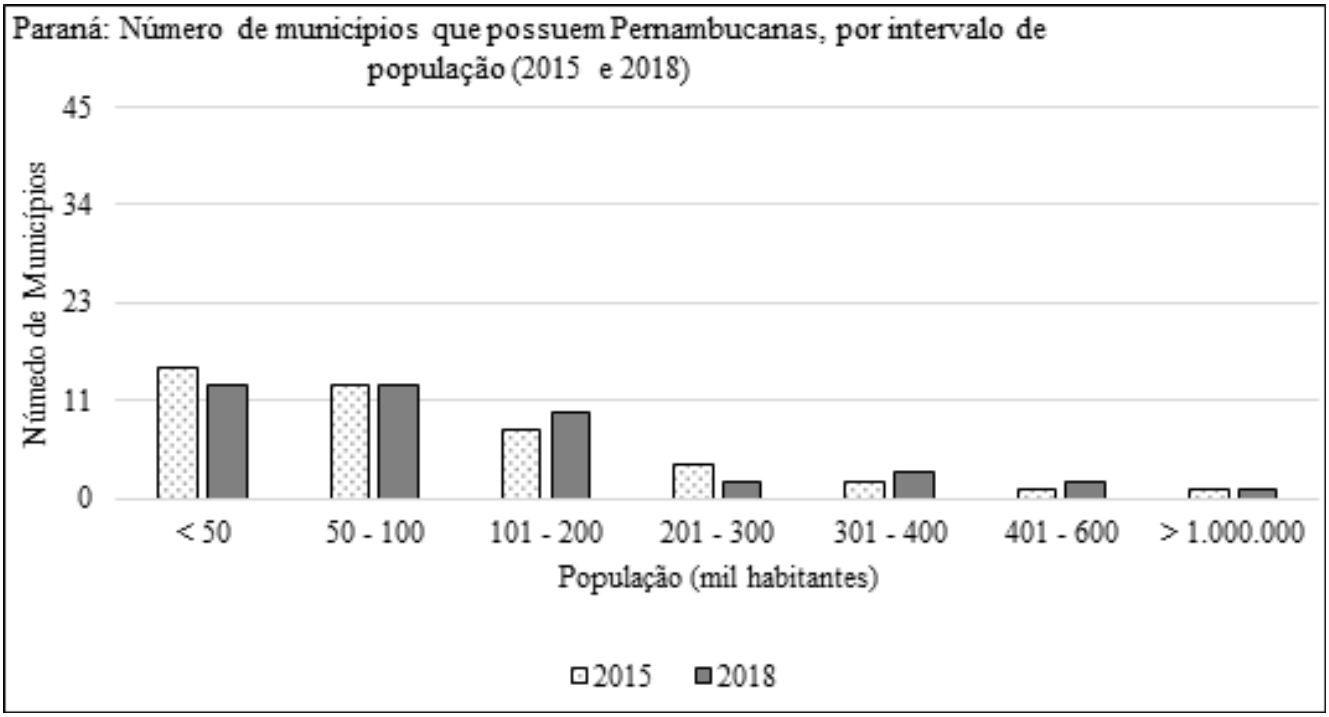


Figura 3
Fonte: Censo Demográfico (2010), Projeção oficial (2017) e Site da Pernambucanas (2018).Elaborado pela autora.

A distribuição espacial das lojas Pernambucanas nos estados de São Paulo e Paraná é apresentada nas figuras 4 e 5 os quais mostram o total de lojas por município e também a proporção de lojas por habitante, obtida através da divisão da população total (Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010) pelo número de lojas da rede Pernambucanas presentes em cada município. Com isso, pretendemos ressaltar que o cálculo da proporcionalidade permite a relativização do peso das cidades com maior número de habitantes

em relação às cidades de menor tamanho populacional, visto que uma loja em uma cidade de 225 mil habitantes como Presidente Prudente é mais significativa, em termos de potencial de consumo, do que 14 lojas em uma cidade de pouco mais de 1 milhão de habitantes como Campinas, por exemplo, porque nesse caso a proporção é de 1 loja para cerca de 77 mil pessoas.

A representação da proporção da presença de lojas face ao tamanho populacional pode ser um bom indicador para se estudar a centralidade interurbana das cidades. Podemos, por meio desta relação, supor que municípios não metropolitanos, com participação relativa importante das filiais das empresas, alcançam este patamar em função da atividade econômica significativa em sua região como, por exemplo, o papel da soja no sudoeste paranaense, ou pode decorrer também do grau de polarização forte de uma cidade média em relação às pequenas cidades do território que comanda.

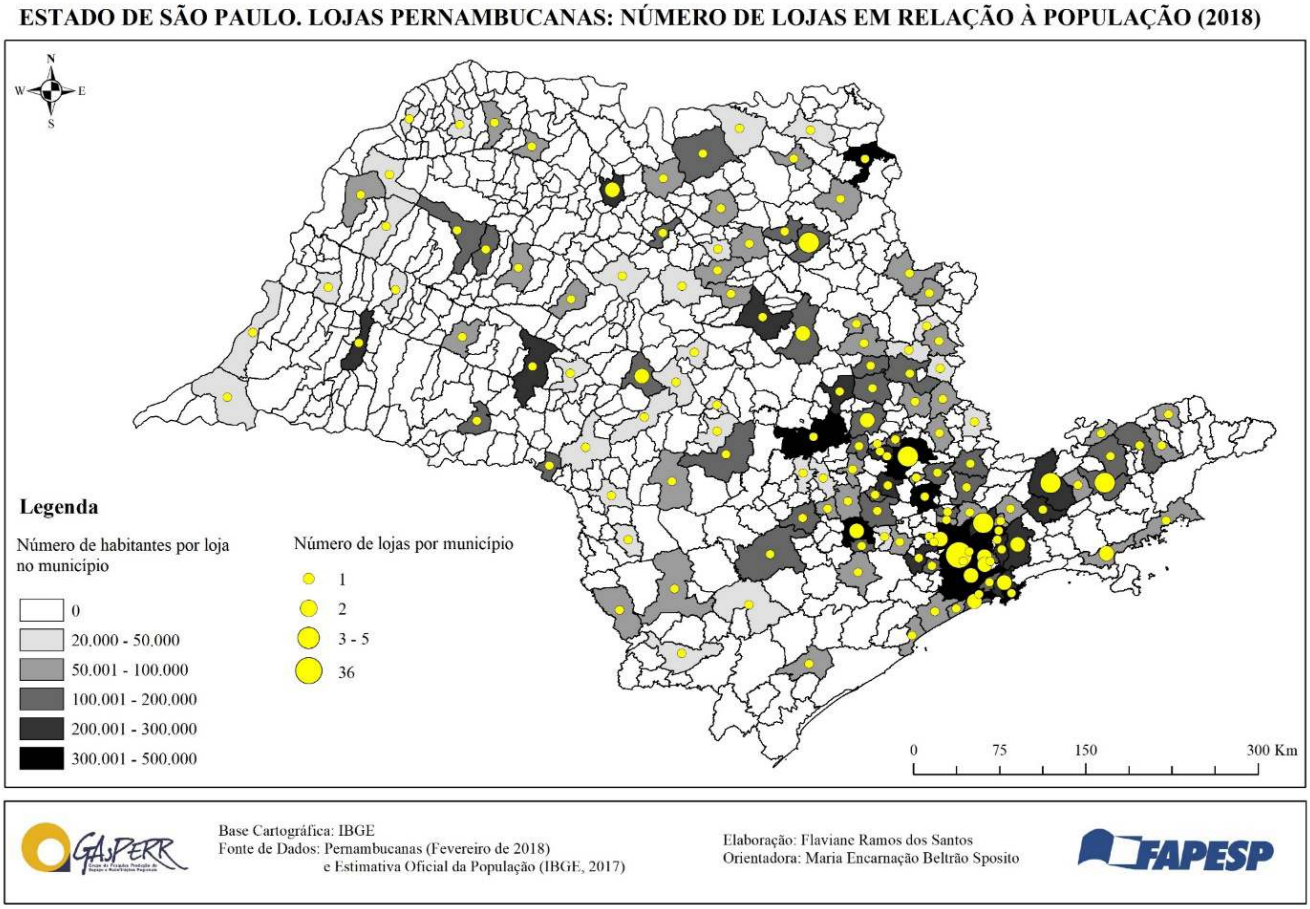


Figura 4
Elaborado pela autora.

Quanto à proporção de lojas por habitantes, destacam-se as cidades da região metropolitana em razão da pequena quantidade de lojas em municípios muito populosos, como Campinas, São José dos Campos, Sorocaba etc., o que significa que a proporção de lojas por habitante é bem alta, enquanto que no interior destacam-se Presidente Prudente, Araraquara, Marília, São José do Rio Preto e Franca.

No estado do Paraná as lojas estão bem distribuídas pelas principais cidades do estado, além de uma relativa concentração na região metropolitana de Curitiba. No que concerne a proporção de lojas por município, destacam-se Cascavel, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Maringá e Ponta Grossa.

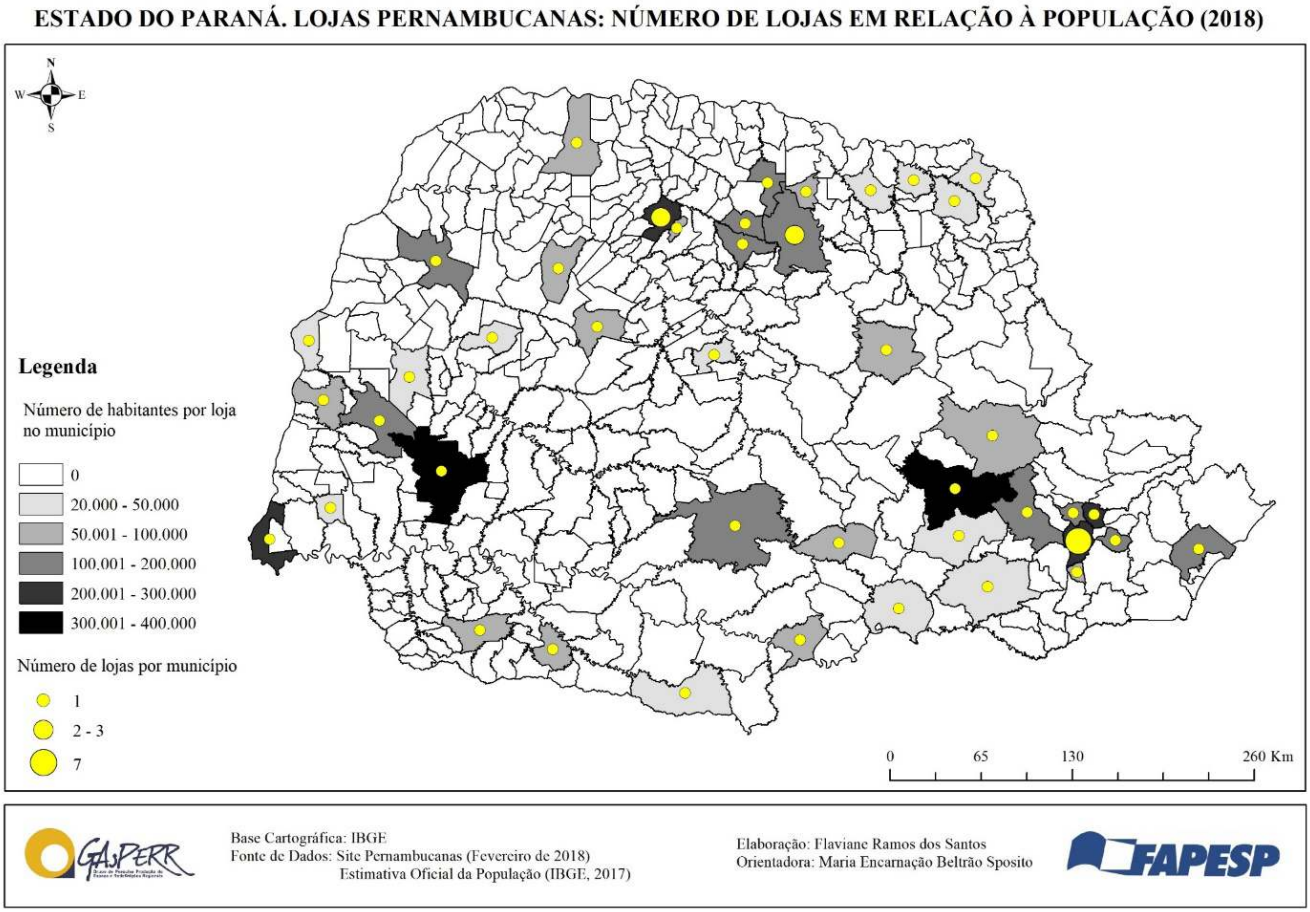


Figura 5
Elaborado pela autora.

Levando em consideração que no estado do Paraná predominam munícipios com população inferior a 300 mil e apenas quatro acima de 301 mil habitantes é fácil observar um padrão na distribuição das lojas, segundo o qual, por exemplo, com exceção de Ponta Grossa, todos os municípios com até 300 mil habitantes possuem apenas uma loja Pernambucanas, enquanto as outras três maiores cidades do estado, Maringá, Londrina e Curitiba, possuem 2, 3 e 7 lojas, respectivamente. Contudo, não podemos nos limitar a esse tipo de análise quantitativa. É importante ressaltar que, embora seja um fator relevante, a escolha de implantação de uma filial vai muito além do tamanho populacional de um município, devendo-se considerar a sua importância regional, além de outros fatores já destacados.

O estado de São Paulo, por sua vez, possui rede urbana maior e mais complexa, o que dificulta a identificação de um padrão de localização das lojas pelo porte populacional. No caso das lojas Pernambucanas, verificamos que as cidades que possuem mais de uma filial estão situadas na região metropolitana de São Paulo e adjacências, ou então são cidades de grande relevância regional, como São José do Rio Preto e Ribeirão Preto.

Assim, observamos que a estratégia locacional da Pernambucanas nos dois estados analisados é bastante diversificada, porque há filiais em cidades de todos os estratos da rede urbana, isto é, está presente nas duas metrópoles (São Paulo e Curitiba), mas também em cidades médias e em cidades pequenas. Conforme análise realizada por Santos (2019), a estratégia espacial das Lojas Pernambucanas difere de outras redes de lojas do mesmo ramo devido a sua grande presença e atuação em cidades pequenas, com intervalo populacional de 20 a 50 mil habitantes. A escolha por cidades pequenas também pode ter como objetivo a difusão da marca da loja, sendo que sua manutenção é garantida, em parte, pelas lojas de cidades maiores que geram lucros mais significativos.

Estratégias de fidelização: do carnê ao cartão de loja

A fidelização consiste em um conjunto de ações e estratégias adotadas pelas empresas que têm como objetivo principal fazer com que as pessoas consumam, com certa frequência, em determinada empresa ao invés de outra, concorrente. "Para que haja fidelização é necessário conhecer o cliente, identificar suas características, necessidades e desejos, fazendo dessas informações um fator positivo para ampliar os laços de relacionamento, criando elo de confiança, e com isso, fidelizando os clientes" (OLIVEIRA; SANTOS, 2014, p.9).

Com isso, a empresa obtém a retenção do cliente, aumento progressivo no número de recomendações da empresa para outras pessoas (publicidade boca-a-boca), aumento no resultado econômico e aumento do ticket médio gasto no estabelecimento. Assim, a construção da fidelização dos clientes pode representar para empresa uma fonte constante de renda, porém, essa vantagem não pode ser tomada como certa, pois a fidelidade dos clientes só continuará enquanto acharem que suas expectativas estão sendo amplamente atendidas.

Embora de início não tenha sido idealizado para tal, a estratégia de emissão de cartões próprios pelas grandes redes varejistas consiste em um importante mecanismo de captação de informações pessoais e de hábitos de compra de seus clientes. Além disso, existem alguns outros programas de fidelidade no mercado, como cartão carimbo (todas as vezes que adquire um produto ou serviço de uma empresa, o cartão é carimbado e, atingindo uma quantidade de compras, a bonificação é aplicada, desde gratuidade até prêmios diversos); *cashback* (consumidor compra num estabelecimento e recebe um pequeno percentual do valor gasto de volta); milhas (pontos que são convertidos em novas passagens, prêmios, bônus extras e outros prêmios disponibilizados pelas companhias aéreas); e *softwares* de fidelização. A escolha de cada um desses programas, está diretamente relacionada e depende do porte, das características e das especificidades de cada empresa.

Na época em que os cartões de crédito eram de difícil acesso pela população, notadamente, antes da expansão dos cartões verificada nos anos 2000, o crediário foi bastante utilizado como forma de pagamento das compras realizadas nas empresas varejistas. Várias lojas forneciam crediário diretamente em suas unidades e era uma forma de possibilitar ao cliente a aquisição de determinados produtos cujo valor à vista não cabia no seu orçamento. Assim, após análise de crédito, o cliente financiava suas compras em 12, 24 e até 48 vezes, dependendo da loja. No entanto, esta forma de financiamento possui juros altos, geralmente até maiores do que os cartões de crédito.

Na década de 1970, a Pernambucanas esteve entre as primeiras empresas do segmento de varejo a utilizar carnês para crediário (batizado de Crediário Tentação). Com o slogan "Seu crédito aberto num piscar de olhos", a empresa procurou valorizar o aumento da clientela e a rapidez na abertura do crediário. Como forma de aumentar os lucros, ampliar o público frequentador e, com isso, garantir o perfil tradicional constantemente reafirmado, Pernambucanas investia nas propagandas que apresentavam o "Crediário Tentação". Se até então a maioria das compras se dava à vista, nesse momento a empresa amplia a oferta de produtos e, com isso, os preços dos produtos também se tornam variáveis, o que exige formas de pagamento necessárias às condições de pagamento dos clientes. O crediário surge, assim, como uma forma "rápida" e com pouca burocracia para o cliente comprar parcelado em prestações que "coubessem no seu bolso" (MASCHIO, 2008, p.38).

O crediário surgiu como uma tentativa da empresa de se diferenciar da concorrência e, hoje, apesar de menos populares, ainda existem e podem ser uma opção para financiar as compras e gastos dos consumidores. Segundo a pesquisa "Crediário, carnê e cartão de loja: processo decisório e hábitos de compra", conduzida pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) em 2016, 26,6% dos consumidores continuam fazendo compras no crediário. De acordo com a pesquisa, a principal motivação para utilização do carnê como forma de pagamento é o desejo de realizar um sonho de consumo e a menor burocracia.

Uma diferença importante entre o carnê e o cartão é a forma de contratação, ou seja, enquanto, para a primeira modalidade de crédito é mais comum a solicitação por parte do próprio cliente, para o cartão, a iniciativa parte da loja. Isso é evidente quando entramos em alguma loja. É comum que venham nos oferecer o cartão da loja e, muitas vezes, somos vencidos pela insistência e acabamos optando por fazê-lo, apesar de isso não significar que efetivamente o cartão será utilizado.

> El crecimiento del número de tarjetas de crédito se relaciona con el aumento del número de instituciones habilitadas para emitirlas, así como su difusión como medio de pago se vincula a las asociaciones entre bancos y grandes estabelecimientos comerciales […] En virtud del crédito, especialmente cuando está libre de burocracia, la difusión del consumo encuentra menos impedimentos sociales. Gracias a la tecnificación de la circulación, enfrenta menos impedimentos territoriales (SILVEIRA, 2015, p.365).

A fidelização promove a interação entre o comércio e o consumo. O carnê, que era o meio pelo qual as grandes empresas varejistas faziam boa parte de suas vendas, foi, em grande parte, substituído pelo cartão, que amplia e, de certa forma, supera a lógica comercial para entrar na lógica do consumo como um fim em si mesmo. O consumo é mais do que o comércio, sendo parte dele, ao mesmo tempo. O ato de consumir é, também, subjetivação do processo de comprar bens e serviços. Além disso, o cartão possibilita e estimula a continuidade do consumo. Nessa lógica, o nível de consumo é sempre baseado no máximo que o crédito permite. Um exemplo disso são as pessoas que quando entram em uma determinada loja, antes mesmo de escolher os produtos que deseja comprar, vão até a central de atendimento para consultar o limite de crédito disponível naquele momento. Em resumo, estamos falando da diferença entre necessidade e desejo e o que ocorre é a passagem da lógica do quanto o indivíduo precisa, para a lógica do quanto ele pode pagar.

Para entender como ocorreu a significativa expansão dos cartões de loja, sobrepondo-se à lógica comercial do carnê/crediário, é preciso, primeiro, entender que houve um avanço na difusão da lógica financeira sobre o varejo nacional, levando em consideração a parceria realizada entre empresas varejistas e instituições financeiras para fomento do crédito ao consumo a partir dos anos 2000 que, inclusive, resultou em impactos organizacionais, tais como: estratégias de fusões e aquisições; adoção de novos formatos organizacionais para as parcerias; aberturas de capital; e maior participação dos resultados das atividades financeiras em detrimento das atividades varejistas tradicionais (SALTORATO et.al., 2016).

> O setor varejista nacional passa por uma dinâmica envolvendo, por um lado, uma forte aproximação com as instituições financeiras e, por outro, um intenso processo de concentração, atuação de capital estrangeiro, aberturas de capital, internacionalização dos negócios, profissionalização da gestão, impulsionando uma dinâmica financeirizadora do varejo brasileiro [...] As parcerias entre varejistas e instituições financeiras, a partir de 2000, passaram a focar na venda de produtos financeiros, principalmente de cartões de crédito (Private Label ou Co-Branded), logrando, ao mesmo tempo, incluir financeiramente, bancarizar e aumentar suas receitas, simbolizando emblematicamente a aproximação entre atores da esfera financeira e comercial (SALTORATO et.al., 2016, p.84-85).

A parceria entre varejistas e bancos é lucrativa para ambos. Saltorato et.al. (2016, p.91) afirmam que:

> A substituição das estruturas tradicionais das financeiras de rua e agências bancárias, por um lado, eliminam os custos fixos associados à imobilização e imóveis, aluguéis, manutenções prediais, segurança, seguros, portas giratórias, cofres, pessoal, impostos trabalhistas, processo de aquisição de clientes pessoa física, restrição do atendimento ao público de 30 horas semanais, etc., e, por outro, geram receita por meio da bancarização via produtos e serviços financeiros massificados, cobranças de juros decorrentes das vendas no cartão pelo varejista, ampliação do atendimento ao público, proximidade do local onde se processa o consumo, etc.".

Segundo Alves e Menezes (2007), os formatos organizacionais das parcerias entre bancos e/ou instituições financeiras e varejistas podem ser de três tipos: *in-house* (varejista possui total autonomia nas decisões e, normalmente, esse modelo é utilizado por grandes redes, porque é necessária uma ampla estrutura administrativa e tecnológica); terceirizado (todas as etapas ficam por conta da instituição financeira) e *joint-venture* (gestão compartilhada de custos e riscos).

A partir da multiplicação e diversificação dos agentes financeiros e não-financeiros que oferecem crédito no país ocorreu o reconhecimento da importância de desburocratizar a concessão de crédito, isto é, reduzir as exigências mínimas necessárias, de modo a ampliar os mercados e lucros. Em geral, os documentos solicitados para se fazer o cartão de um varejista, são: RG, CPF e comprovante de endereço. Em alguns, também é exigido o comprovante de renda (holerite ou carteira de trabalho). Após análise de crédito, o cartão pode ser emitido e entregue imediatamente, em alguns casos, ou após alguns dias, em outros.

Falando especificamente de uma experiência tida nas Lojas Pernambucanas, para obter um cartão Private Label desta rede bastou a apresentação dos documentos pessoais (RG e CPF) e preenchimento dos dados referentes ao endereço e renda, sem a necessidade de nenhuma comprovação. A análise e aprovação foi imediata, sendo que o limite de crédito concedido foi exatamente igual ao valor da renda informada, e já sendo possível realizar compras no mesmo dia, apesar do envio do cartão ser feito via correio dias depois. Esta experiência comprovou a facilidade em adquirir um cartão de uso exclusivo nas lojas desta rede e, inclusive, a falta de necessidade em comprovar renda e, consequentemente, as condições financeiras de quitar (ou não) o valor correspondente às compras realizadas. Ressalta-se que para os outros tipos de cartões disponibilizados pela Pernambucanas, sobretudo os cartões com bandeiras Mastercard ou Elo, as exigências são outras e a necessidade de comprovação de renda é fundamental para determinação do limite de crédito a ser concedido.

Deste modo, o papel das grandes redes varejistas na ampliação do crédito ao consumo foi importante na medida em que passaram a oferecer produtos e serviços financeiros. Para melhor compreensão dessa dinâmica, Saltorato et.al. (2016) definem três períodos. O primeiro, corresponde ao início dos anos 2000, quando se observa uma crescente tendência de oferta de crédito ao consumo por meio da emissão de cartões por varejistas para uso restrito nas lojas emissoras, também chamados de Private Label (PL). Isso se deu em decorrência da aproximação entre bancos e varejistas interessados em ampliar o acesso ao crédito e explorar o potencial do público não bancarizado.

O segundo período corresponde ao final dos anos 2000, quando os bancos e as bandeiras, dotados de grande capital financeiro, conseguem, de certo modo, quebrar a resistência dos varejistas em emitir cartões cujo uso não se restrinja à sua própria loja. Desse modo, os cartões PL começam a ser parcialmente substituídos pelos cartões Co-Branded (CB), isto é, cartões emitidos pelas empresas varejistas em parceira com instituições financeiras, contendo as bandeiras Visa e/ou Mastercard, ampliando, assim, sua aceitação para além do varejista emissor. Um fato importante a ser ressaltado nesse período é a regulamentação do mercado de cartões promovida pelo Governo Federal, com objetivo de fomentar a abertura do mercado incentivando a entrada de novos atores.

Tendo em vista a importância, o crescimento e a concentração da indústria de cartões, o Governo Federal tomou providências em relação à regulamentação do setor no tocante aos seguintes aspectos: a) cobrança de preços diferentes para pagamentos à vista e com cartão; b) falta de competição na atividade de credenciamento; c) exigência, por parte das bandeiras, de o emissor ser banco ou estar associado a bancos; d) indefinição de órgão responsável pela regulamentação do setor; e) ausência de compartilhamento da infraestrutura de captura e processamento de informações entre as bandeiras (FREITAS, 2007). Entre as expectativas geradas em torno da regulamentação estavam a queda dos preços e taxas cobradas pelas credenciadoras, o que não ocorreu na proporção esperada.

Por último, o terceiro período corresponde àquele em que grandes empresas varejistas veem seus lucros com operações financeiras (juros e tarifas de cartões, empréstimos e se-

guros) aumentarem de maneira significativa. Ao perceber que os varejistas estão lucrando mais com a operação financeira do que eles próprios, os bancos optam por encerrar algumas parcerias e acordos firmados. Isso aconteceu, por exemplo, com a parceria entre Lojas Americanas e o Banco Itaú-Unibanco, criada em 2005 e com previsão para durar até 2026, mas foi encerrada em 2012, porque teve resultados abaixo do previsto para o banco.

Além disso, a parceria entre empresas varejistas e instituições financeiras dá-se sob diferentes formatos organizacionais, dependendo dos objetivos da operação de emissão de cartões. De acordo com Alves e Menezes (2007), as empresas que buscam na emissão de cartões uma nova fonte de geração de receita adotam um alto grau de verticalização, internalizando toda a gestão dos negócios relacionados aos cartões e produtos e serviços financeiros; as empresas que têm como objetivo o compartilhamento dos riscos, custos e receitas associadas ao financiamento de suas vendas a prazo firmam *joint-ventures* com instituições financeiras e; por último, as empresas que buscam na operação de emissão de cartões uma ferramenta para fidelização de clientes, terceirizam toda a gestão a uma instituição financeira. Como exemplo do primeiro formato temos a Pernambucanas, Renner, Riachuelo e C&A, do segundo, Grupo Pão de Açúcar, Magazine Luiza e Casas Bahia; do terceiro, parceria entre Lojas Americanas e Bradesco formando a BradesCard (SALTORATO et.al., 2016). Uma mesma empresa pode adotar um mix de formatos.

Com o intuito de aumentar sua participação no mercado, seu faturamento e margem de lucro, bem como o fortalecimento de sua imagem, grandes redes varejistas criam além de produtos de marca própria, o seu cartão próprio. Com isso, de um lado, dão a possibilidade ao cliente de financiar suas compras através do pagamento à prazo e, a partir das altas taxas de juros, nas concessões de empréstimo pessoal, seguros, entre outros serviços financeiros, aumentam significativamente seus lucros e, por outro, dão ao portador um status de cliente preferencial, ao mesmo tempo em que estimula o consumo e procura fidelizá-lo oferecendo descontos especiais e parcelamentos das compras.

A Pernambucanas possui seis tipos de cartões (Figura 6). Os dois primeiros, o Cartão Pernambucanas e o Cartão Pernambucanas Diferenciado, são Private Label, isto é, de uso exclusivo nas lojas da rede e oferecem possibilidade de parcelamento da fatura em até 12 vezes (juros de 13,90% a.m.); dois limites, sendo um para compras à vista e outro para compras à prazo; até quatro cartões adicionais; flexibilidade em escolher o dia de vencimento do cartão; e prazos de pagamento diferenciado: 60 dias para pagamento de produtos dos departamentos de lar e moda e 40 dias para pagamento de produtos do setor de eletro. A diferença entre os dois cartões é que o Pernambucanas Diferenciado tem anuidade de R$59,88 (ou R$4,99 a.m.) e a cada pagamento de fatura, esse valor é devolvido como bônus para celular, além de concorrer a prêmios mensais de R$ 10 mil.

Os outros quatro cartões da Pernambucanas são Co-Branded, ou seja, não são de uso exclusivo nas lojas da rede, sendo, portanto, aceitos em qualquer estabelecimento comercial ou de serviços. Todos eles possuem *chip* e senha de segurança. Oferecem maior prazo de pagamento para compras realizadas nas lojas da rede; possibilidade de parcelamento da fatura em até 12 vezes (juros de 13,90% a.m.); crédito rotativo (16,99% a.m. somado a 2% de multa, 1% de juros de mora e 0,25% a.m. de IOF); até quatro ou cinco cartões adicionais; flexibilidade em escolher o dia de vencimento do cartão; dois limites, sendo um para ser usado na Pernambucanas e outro, nos demais estabelecimentos; saques emergenciais e acesso a produtos financeiros como, por exemplo, a contratação de empréstimo pessoal (16,9% a.m.) de até R$6.000 em 12 vezes com até 45 dias para pagar a primeira parcela. A fatura é encaminhada por *e-mail* e o pagamento pode ser realizado nas lojas ou em qualquer agência/correspondente bancário. Além disso, é possível monitorar os gastos, o limite disponível, acessar a fatura digital e ter acesso a ofertas e descontos exclusivos através do aplicativo de celular da Pernambucanas.



Figura – Cartões da Pernambucanas (2019)
Fonte: Site da Pernambucanas.

A diferença entre eles está, basicamente, na anuidade cobrada, que corresponde a R$95,88 para Elo Mais, R$298,80 para Elo Grafite (e mais R$142,80 para cada cartão adicional), R$190,80 para Mastercard Standard Internacional e R$418,80 para Mastercard Gold (e mais R$262,80, para cada cartão adicional)6. Importante destacar que todos os valores referentes a anuidade são divididos em 12 vezes.

A Pernambucanas busca na emissão de cartões uma nova fonte de geração de receita e adota um alto grau de verticalização, internalizando toda a gestão dos negócios relacionados aos cartões e produtos e serviços financeiros (formato organizacional *in-house*), a determinação de qual dos seis tipos de cartão cada indivíduo terá é resultado da análise de crédito realizada pela empresa, que assume todos os custos e riscos da inadimplência do consumidor.

No quadro 2, apresentamos os produtos e serviços financeiros oferecidos e disponíveis para os clientes que possuem qualquer um dos cartões da Pernambucanas.

Quadro 2 - Produtos e serviços financeiros oferecidos para os clientes da Pernambucanas (2019)

	DESCRIÇÃO
Proteção Financeira	Cobertura do saldo devedor em caso de morte natural ou acidental; invalidez permanente total por acidente; incapacidade física total e temporária por acidente ou doença; desemprego involuntário; e internação hospitalar por acidente ou doença. Concorre ainda a quatro sorteios mensais e prêmios em dinheiro.
Seguro Residencial	Indenização em caso de incêndio, queda de raio, explosão, responsabilidade civil familiar, pagamento de aluguel, vendaval, granizo e morte acidental. Concorre a sorteios semanais de R$10.000,00.
Seguro Bolsa Protegida	Seguro que protege o Cartão Pernambucanas e também os pertences da bolsa em caso de perda, roubo ou furto qualificado. Reembolso de até R$ 500,00 das compras indevidas e pagamento de até R$ 1.000 para cobrir perdas ou danos resultantes de roubo ou furto qualificado da bolsa. Concorre a 4 sorteios mensais de R$ 1.500,00.
Seguro Garantia Estendida	Seguro que protege o eletroeletrônico contra defeitos elétricos e mecânicos por mais 12 ou 24 meses, após o fim da garantia do fabricante.

6 Os valores relacionados à anuidade e à taxa de juros são referentes a janeiro de 2019. Extraído de: <https://www.pernambucanas.com.br/cartoes >. Acesso em jan. 2019.

	DESCRIÇÃO
Seguro Roubo e furto de portáteis	Proteção contra roubo e furto qualificado de portáteis e dano acidental. Nesses casos, o cliente recebe o mesmo produto segurado.
Assistência Computador	Serviço para ajudar a solucionar problemas técnicos no computador.
Seguro Mulher	Indenização de R$ 5.000,00 em caso de diagnóstico de doenças como: câncer de mama, colo de útero e ovário e cobertura de morte natural ou acidental no valor de R$ 10.000,00 extensivo ao cônjuge e filhos. Concorre a sorteios mensais no valor de R$ 4.500,00.
Plano Odontológico	Plano de qualidade com cobertura de consultas e diagnósticos; radiografia; prevenção a saúde bucal; restaurações; tratamento de gengiva, etc.

** Os custos de cada seguro não estão discriminados no site. Fonte: Site da Pernambucanas (Consultado em novembro de 2016 e janeiro de 2019).*

Além de uma excelente ferramenta de fidelização, porque promove a imagem do varejista e disponibiliza crédito facilitado, o cartão próprio também é uma forma bastante eficaz de obtenção de dados dos clientes, conforme já ressaltamos anteriormente. Todas as informações pessoais fornecidas no momento de adquirir um cartão próprio de determinada empresa varejista são armazenadas e, a partir de então, seus hábitos de compra podem ser monitorados. A cada visita, o histórico de compra fica registrado e através dos dados cadastrados é possível conhecer o perfil e hábitos do consumidor e, com isso, enviar ofertas dirigidas e descontos exclusivos.

De maneira geral, o público alvo preferencial são as pessoas de menor poder aquisitivo que, em muitos casos, não possuem conta em banco e, portanto, necessitam do crédito concedido pela loja para aumentar seu poder de consumo. Ou seja, as empresas procuraram, sobretudo, preencher a lacuna deixada pelos bancos. Segundo a versão das empresas, para compensar o risco de oferecer crédito para pessoas que podem eventualmente não pagar, os juros desses cartões são mais elevados. Entretanto, sabemos que em uma sociedade cujo modo de produção é capitalista, os juros elevados são, na verdade, uma tentativa de auferir cada vez mais renda adicional baseada na eventual incapacidade de as pessoas não terem condições de pagar suas contas. Dessa forma, as empresas varejistas se deram conta que os estratos socioeconômicos mais baixos poderiam se tornar uma clientela cativa e dependente do crédito oferecido (SILVEIRA, 2015).

Portanto, pensando na perspectiva do modo de produção e acumulação capitalista, a fidelização dos clientes tem dois objetivos por parte da empresa. O primeiro é o de oferecer crédito para pessoas de menor poder aquisitivo de modo a conquistar sua fidelidade, e o segundo e, mais perverso, é a necessidade de manter aquele cliente vinculado e endividado, cuja incapacidade de pagar suas dívidas se torna bastante lucrativa para a empresa, por meio das altas taxas de juros.

Considerações finais

A distribuição espacial das filiais das Lojas Pernambucanas é bastante diversificada, porque há unidades em cidades nos três estratos da rede urbana, isto é, está presente em cidades grandes, médias e pequenas. Isso não significa, no entanto, que a escolha locacional desta rede seja aleatória, mas, muito pelo contrário, leva em consideração não só o quantitativo populacional de determinada cidade, mas sua importância regional, entre outros aspectos. Além disso, a estratégia espacial das Lojas Pernambucanas difere de outras redes de lojas do mesmo ramo devido a sua grande presença e atuação em cidades pequenas, com intervalo populacional de 20 a 50 mil habitantes. Essa escolha, que inicialmente se deu como uma estratégia de distanciamento de concorrentes, tem como objetivo a difusão da marca da loja.

Para além da preocupação com questão locacional, os varejistas perceberam que mais do que a satisfação dos clientes, a fidelidade deles é importante para seus negócios pros-

perarem e, para isso, deveria ser conquistada. São notáveis os investimentos das empresas nas centrais de relacionamento como uma forma de personalizar o atendimento ao cliente e fidelizá-lo. Além disso, a adaptação do varejo às mudanças no comportamento do consumidor é fundamental para garantia de competitividade no mercado.

Com o acirramento da concorrência, atualmente, a conquista de novos clientes é cada vez mais difícil e dispendiosa, assim como manter os clientes "antigos" é fundamental para garantia da sobrevivência das empresas. Para tanto, o desenvolvimento de estratégias de *marketing* e de fidelização se tornaram diferencial competitivo na medida em que, diante da diversidade de produtos e serviços oferecidos pelas empresas, é necessário atentar-se para aquilo que o cliente busca e se posicionar à frente dos seus concorrentes na tentativa não apenas de atraí-los, mas também de fidelizá-los.

Na perspectiva das empresas varejistas, a fidelização é uma importante ferramenta que possibilita a melhoria no relacionamento com o cliente e a otimização dos investimentos como, por exemplo, em publicidade através do envio de panfletos de promoções somente para os clientes efetivos ou potenciais. Por outro lado, na perspectiva dos clientes, a fidelização ocorre por fatores que vão além apenas da preferência por determinada loja. Fatores relacionados com experiência do consumo, tais como satisfação com o atendimento e com o ambiente da loja, preço, preferência por certa marca ou produto e a possibilidade de comprar a crédito, na medida em que o indivíduo possui o cartão de certa empresa e não de outra, são importantes no processo decisório e, em razão disso, maiores deslocamentos são realizados.

Portanto, o que temos de novo no período contemporâneo é que em virtude do acirramento da concorrência, do aumento do poder de consumo e da mobilidade da população e, consequentemente, do poder de escolha, a preocupação dos varejistas deixou de ser somente com a localização ótima do ponto de vista da acessibilidade e do fluxo de pessoas.

Agradecimentos

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento da pesquisa de doutorado (Processo 17/17632-0).

Referências

ALVES, André Alexandre; MENEZES, Octaviano. **Cart**ão de cré**dito Private Label**: A arma de crédito na mão do varejo. São Paulo: Novatec Editora, 2007.

BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Portal de transparência: Consulta a operações do BNDES. 2018. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/. Acesso em: out. 2016 e mar. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo e Mercado de Consumo (IBEVAR). 2018. Disponível em: www.ibevar.org.br/ Acesso em: nov. 2018.

DIAS, Carlos Eduardo. Casas Pernambucanas. **Mundo das Marcas.** 30 jul. 2006. Disponível em: http://mundodasmarcas.blogspot.com/2006/07/casas-pernambucanas-tudo-para-sua-casa.html. Acesso em: fev. 2016.

FALCÃO, Marina. Herdeiros da Pernambucanas vencem disputa no STJ. **Valor Econômico.** 28 set. 2017. Disponível em: https://valor.globo.com/empresas/noticia/2017/09/28/herdeiros-da-pernambucanas-vencem-disputa-no-stj-1.ghtml. Acesso em: out. 2018.

FREITAS, Paulo Springer de. Mercado de Cartões de Crédito no Brasil: problemas de regulação e oportunidades de aperfeiçoamento da legislação. **Consultoria Legislativa do Senado Federal**, 2007. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/estrutura/orgaosenado?codorgao=49/textos_discussao.htm. Acesso em: dez. 2017.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi; BARBOZA, Valdemirson Alves. Marketing no Varejo. In: **Estratégias de Marketing para Varejo**: Inovações e diferenciações estratégicas que fazem a diferença no marketing de varejo. São Paulo: Novatec, 2007, p.19-43.

LEAL, Ana Luiza. Herdeiros das Casas Pernambucanas brigam para mudar comando. **Exame Abril.** 19 fev. 2015. Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/edicoes/1083/noticias/%20de-roupa-nova> Acesso em: fev. 2016.

MASCHIO, Maralice. **Experiências dos trabalhadores das Lojas Pernambucanas no contexto da reestruturação produtiva (1970-2000)**. 2008. 233f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008.

OLIVEIRA, Fagna Florindo de; SANTOS, Sonia Maria Rodrigues. A arte de fidelizar clientes como diferencial competitivo. **Revista Foco**, Guarulhos, v.7, n. 2, p.4-17, 2014.

PERNAMBUCANAS. Disponível em: < http://www.pernambucanas.com.br/> Acesso em: jan. 2019.

POCHMANN, Márcio. **O mito da grande classe média.** São Paulo: Boitempo, 2014.

RIGO, Elisangela Daros. **As grandes redes varejistas e suas estratégias econômicas e locacionais no estado de São Paulo**. 2000. 109f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2000.

SALTORATO, Patrícia; DOMINGUES, Larissa Cecilia; DONADONE, Júlio César; SANCHES, Eliane Costa; SOLA, Fernando. Fusões, aquisições e difusão da lógica financeira sobre as operações de varejo brasileiro. **Gestão & Produção**, São Carlos, v.23, nº1, p.84-103, 2016.

SANTOS, Flaviane Ramos. **Da localização estratégica às estratégias locacionais**. A dimensão espacial do crédito e da fidelização nos magazines e nas escolhas dos citadinos em Presidente Prudente (SP) e Londrina (PR). 2019. 390f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento crítico à consciência universal. São Paulo: Hucitec, 2001.

SILVEIRA, Maria Laura. Consumo, crédito y endeudamiento en la Región Metropolitana de São Paulo. In: KOPPMANN, Sonia Vidal (Org.) **Metrópolis en mutación.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Café de las ciudades, 2015, p.347-377.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; AOKI, Yolanda Shizue. Crescimento e concentração das redes comerciais paulistas. **Caderno Prudentino de Geografia,** Presidente Prudente, v. 1, n. 02, 1981.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SPOSITO, Eliseu Saverio. Articulações entre múltiplas escalas geográficas: Lógicas e estratégias das empresas. In: **Geousp – Espaço e Tempo,** São Paulo, v. 21, n. 2, p.462-479, 2017.

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço Terciário**: O lugar, a arquitetura e a imagem do comércio**.** São Paulo: Senac, 2001.

VOLPI, Alexandre. **A história do consumo no Brasil:** Do mercantilismo à era do foco no cliente. Rio de Janeiro : Elsevier, 2007.

Notas

1 Paulista se refere ao município próximo a Recife.

2 Linha do tempo interativa que mostra os principais acontecimentos nacionais e internacionais, além de eventos importantes relacionado a rede de lojas e ao mundo da moda. Disponível em: http://100anos.pernambucanas com.br/ Acesso em fev. de 2018.

3 Com o passar do tempo o termo "Casa" no nome da rede foi deixando de ser utilizado, sendo que hoje ela é conhecida somente como Pernambucanas.

4 No ranking de 2019, a Pernambucanas ocupou a 26º posição no *ranking das maiores varejistas do país em termos de faturamento, com um total de 4,9 bilhões de faturamento bruto no ano.*

5 De acordo com o site do BNDES, é possível solicitar o financiamento diretamente ao BNDES (forma direta) ou por meio de instituições financeiras credenciadas (forma indireta), que pode ser automática, quando não precisa passar por avaliação prévia do BNDES, ou não automática, quando é necessário apresentar consulta prévia para análise). A forma de apoio depende da finalidade e do valor do financiamento.

6 Disponível em: https://www.valor.com.br/empresas/5136350/herdeiros-da-pernambucanas-vencem-disputa-no-stj. Acesso em set. de 2018.

7Os valores relacionados à anuidade e à taxa de juros são referentes a janeiro de 2019. Extraído de: <https://www.pernambucanas.com.br/cartoes >. Acesso em jan. 2019.

Revista da ANPEGE. v. 17. nº. 34, p. 40 - 54, ANO 2021. e-ISSN: 1679-768X
https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege. // DOI 10.5418/ra2021.v17i34.12063

IDENTIDADES COMO UMA QUIMERA DE LUGARES

IDENTITIES AS A CHIMERA OF PLACES

IDENTIDADES COMO UNA QUIMERA DE LUGARES

Leonardo Luiz Silveira da Silva | Alfredo Costa

RESUMO

A partir dos pressupostos de que conceitualmente o lugar é o lócus da experiência humana e de que as identidades são forjadas por intermédio destas experiências, o artigo propõe dimensionar as identidades como uma quimera de lugares. O sentido metafórico da afirmação alude à figura da mitologia grega, que reunia partes de diversos animais em sua morfologia. Assim, nessa analogia, vemos as identidades como portadoras das experiências colhidas em diferentes lugares. Sustentam a reflexão proposta a dialética envolvendo a perpétua interação entre o homem e o meio, as fragmentações espaciais proporcionadas pelo deslocamento do homem no espaço e pelas heterotopias, e, por fim, a consideração do tempo como variável passiva da experiência. Concluímos que as identidades carregam experiências colhidas em lugares diferentes e, dada a excepcionalidade das escolhas humanas, salientamos que cada indivíduo carrega sua própria quimera.

Palavras Chave: Lugar; Experiência; Quimera; Dialética; Heterotopias.

ABSTRACT

Based on the assumptions that conceptually the place is the locus of human experience and that identities are forged through these experiences, the article proposes to interpret identities as a chimera of places. The metaphorical sense of the statement alludes to a creature from Greek mythology, whose morphology is composed of parts of different animals. Thus, in this analogy, we see identities as carriers of experiences gathered in different places. The proposed reflection is based on the dialectic involving the perpetual interaction between man and the environment, the spatial fragmentations provided by heterotopies and the movement of man in space, and, finally, the consideration of time as a passive variable of the experience. We conclude that identities carry experiences gathered in different places and, given the exceptional nature of human choices, we emphasize that each individual carries his own chimera.

Keywords: Place; Experience; Chimera; Dialectic; Heterotopias.

RESUMEN

Basado en los supuestos de que conceptualmente el lugar es el locus de la experiencia humana y que las identidades se forjan a través de estas experiencias, el artículo propone dimensionar las identidades como una quimera de lugares. El sentido metafórico de la declaración alude a la figura de la mitología griega, que reunió partes de diferentes animales en su morfología. Por lo tanto, en esta analogía, vemos identidades como portadores de experiencias reunidas en diferentes lugares. La reflexión propuesta apoya la dialéctica que involucra la interacción perpetua entre el hombre y el medio ambiente, las fragmentaciones espaciales proporcionadas por las heterotopías y el desplazamiento del hombre en el espacio y, finalmente, la consideración del tiempo como una variable pasiva de la experiencia. Concluimos que las identidades llevan experiencias reunidas en diferentes lugares y, dada la naturaleza excepcional de las elecciones humanas, enfatizamos que cada individuo trae consigo su propia quimera.

Palabras clave: lugar; Experiencia; Quimera; Dialéctico; Heterotopias

Introdução

Homi Bhabha (2013) introduziu magistralmente a ideia de que as identidades são sempre um acesso problemático à totalidade. Como numa aversão pós-moderna às metanarrativas, o autor condena implicitamente a materialização de uma verdade histórica e anuncia explicitamente a essência identitária: excepcionalidades temporalmente adiadas e espacialmente fendidas. Por tempos adiados, considera que as identidades são compostas por um mosaico de fragmentos temporais não lineares e de complexa associação ao tempo atomístico (Munn, 1992), afinal, o passado é um país estrangeiro (Lowenthal, 2015). Por espaços fendidos, considera que as experiências formativas da identidade, sejam a partir da memória individual, ou coletiva (Halbwachs, 1990), se dão em porções que são espacialmente desconectadas. Deste modo, descontinuidades temporais e espaciais compõem as identidades.

Não faz sentido pensar em um acontecimento sem referência à localização, fazendo do lugar o *lócus* da experiência humana. Os lugares possuem caráter e, em uma abordagem dialética, o sentido do lugar é construído e dado pelo homem, ao mesmo tempo em que o lugar também molda as identidades. Por isso, por intermédio do lugar podemos compreender o *genius loci*, isto é, o espírito do lugar (Norberg-Schulz, 2006). É importante termos consciência sobre o dinamismo do caráter do lugar e a diversidade de interpretações que se lançam a ele.

O lugar e a identidade são entrelaçados. A identidade de uma pessoa pode ser entendida de forma generalista como vinculada a um lugar, como, por exemplo, o londrino (Twigger-Ross; Uzzel, 1996), ou o morador da Tijuca. Esse processo, contudo, faz com que os limites entre identidade e cultura se misturem, para aqueles que acreditam na possibilidade da cultura ser descrita e delimitada. Já colocamos em evidência nossas restrições quanto à ideia de uma cultura monolítica, tangível e passível de ser descrita (Silva; Costa, 2018a, 2018b e 2020). Nossas restrições têm como base elementos oriundos da virada cultural (Valentine, 2010; Cohen, 2011) e de certos autores identificados com o pós-colonialismo (Eagleton, 2011; Hall, 2013; Bhabha, 2013; Chakrabarty, 2000; Saïd, 2007 e 2011; Canclini, 2011;) e abordagens renovadas nos estudos culturais em geografia, como Don Mitchell (1995). Este último autor chegou a afirmar que a cultura, como entidade reificada, não existe. Cohen (2011), por sua vez, defende que as culturas deveriam ser abordadas no nível identitário, pois são generalizações grosseiras que não dão conta das variações extraordinárias contidas na diversidade humana. Até mesmo as identidades, em um movimento contrário à etimologia da palavra, são algumas vezes apresentadas como entes totalizantes capazes de representar uma grande quantidade de indivíduos, posição que não concordamos.

À exceção de casos extremos, indivíduos não limitam a sua experiência a um só lugar. Nesse sentido, a identidade é formada por um complexo processo que envolve:

- a dialética da perpétua interação e significação homem-meio e a particularidade da experiência;
- seu deslocamento no espaço que possibilita a experiência, colhida no seu *lócus*: o lugar;
- o tempo, como fator passivo, o que nos aproxima do entendimento de Homi Bhabha (2013) acerca dos tempos adiados;

Não estamos propondo neste artigo uma mera reprodução do pensamento de Homi Bhabha (2013). Inegavelmente, sua teorização nos inspira. Contemplamos o espaço, no âmbito da categoria lugar, como *o lócus* da experiência humana, tal como preconiza Bhabha. Todavia, rejeitamos a colocação do tempo e do espaço em uma mesma dimensão formativa da identidade, a partir de argumentos que serão apresentados. Além disso, conjugamos à nossa reflexão a relação dialética entre o homem e o ambiente percebido, tendo como inspiração Denis Cosgrove (1983) e Augustin Berque (2012; 2017).

A quimera enquanto criatura da mitologia grega inspirou o título e abordagem do nosso trabalho. Mitologicamente a quimera era composta por partes de diversos animais, mostrando um arranjo morfológico caótico. Afirmamos neste artigo que as identidades se constituem

como quimeras de lugares. No entanto, são quimeras em permanente construção, nas quais a inserção de novas partes em meio ao quixotesco conjunto faz parte de sua essência. Ademais, precisamos fazer nesta assertiva as considerações sobre o tempo, pois o mesmo é um fator indireto na formação identitária, a partir da premissa de que não somos onipresentes. Esta é a justificativa para o título que escolhemos para este trabalho, cujo objetivo é a defesa da participação dos lugares na formação identitária, de forma quimérica, a partir de um processo que envolve a dialética do homem meio, os retalhos espaciais descontinuados que são o *lócus* da experiência, ocorridos em momentos temporais distintos.

Notas sobre o lugar

Apesar de discussões pioneiras realizadas por Eric Dardel (2011) e John Kirtland Wright (2014) as reflexões sobre o lugar se proliferaram com a ascensão da geografia humanista nos anos 1960-1970, em um contexto de reação ao neopositivismo (Pocock, 1983; Gold; Goodey, 1983; Leite, 1998). Assim, o lugar é uma categoria geográfica problematizada há menos tempo do que tradicionais palavras que compõem o cânone geográfico, como, por exemplo, região.

Os lugares são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as diversas necessidades biológicas (Tuan, 2013). É o palco da experiência humana, e, assim como a paisagem, estabelecemos nos lugares vínculos emocionais. A experiência humana é multissensorial à medida que a visão não detém o monopólio dos nossos sentidos. Por isso falamos em *soundscapes* (Porteous; Mastin, 1985) e *smellscapes* (Porteous, 1985). Estabelecemos afeição (Tuan, 1980) e desenvolvemos o medo (Tuan, 2005) frente ao lugar e àqueles indivíduos que não estamos habituados a conviver (Tuan, 1986). Lamentamos as mudanças que alteram certos elementos, ou mesmo conjunto dos lugares, a ponto de desenvolvermos palavras para este tipo de ressentimento: o topocídio e o domicídio (Porteous, 1988, 2001). A necessidade das pessoas de acessar as marcas na paisagem em um mundo marcado por rápidas mudanças está associada ao desejo de permanecer em contato com memórias físicas do seu passado. Este movimento está motivando comunidades a preservarem cenas e estruturas que não haviam sido pensadas como algo a ser preservado (Lowenthal, 1979). Por isso não é estranho que o desconforto ambiental possa nos induzir à fuga (Tuan, 1998). É notável o fato de que as alterações que ressentimos possam ser ressignificadas. A aniquilação dos Budas de Baymian realizada pelo regime afegão do Taleban sob pretextos religiosos pode ter feito com que as cavidades nas rochas que abrigavam os budas tragam mais significado do que a sua antiga presença (Andreotti, 2010).

Excepcionalidades naturais acabam sendo apropriadas simbolicamente: as cavernas acabam se tornando lugares sagrados para diversas religiões (Price; Travassos, 2016), assim como quedas de água e outros cursos hídricos podem simbolizar o sagrado. Todavia, não é somente o extraordinário que se torna simbólico: paisagens e lugares ordinários também podem manifestar o simbolismo, o que depende da força das narrativas históricas e do valor atribuído aos monumentos e outras edificações.

As toponímias territorializam simbolicamente os lugares (Claval, 2011). Existe uma associação comum entre toponímias que unem o viés religioso ao geológico/geomorfológico, como em Santo Antônio do Monte, Saint-Germain-du-Plain, ou San José del Cabo. Toponímias que podem sobrepor-se evidenciando litígios territoriais, como é o caso da dupla nomeação Ilhas Falkland e Malvinas, e, também, o lago Kinneret e Tiberíades. Os registros toponímicos correspondem a importantes testemunhos históricos da vida social de um povo, cujo estudo corresponde a uma alternativa para a obtenção de conhecimento sobre a cosmovisão das comunidades que ocupam (ou ocuparam) determinado território, ou lugar (Deus; Barbosa, 2017). Entretanto, as toponímias não garantem significações idênticas entre os indivíduos e o lugar batizado sob um topônimo.

A finitude humana guia dialeticamente o simbolismo que é atribuído ao lugar e a forma como o lugar responde a este processo, interferindo da identidade humana. Implicitamente

a ideia de finitude está fortemente ligada aos ritos religiosos, aos cemitérios, aos cortejos fúnebres e ao próprio planejamento do homem frente à paisagem. É difícil conceber a ideia acerca da construção de uma casa que será tão demorada ao ponto de ser improvável que o seu construtor a desfrute, apesar de certas ideologias, ou filosofias, poderem interferir na forma pela qual certos indivíduos entendam o sentido da vida. Assim, podemos pensar as maneiras como o gosto da morte constitui a vida dos lugares: rituais, alimentação, religiosidade, esperança, prazer sexual, asco, memória, revolta, política, violência e libertação. Estes são temas instigantes para pensarmos não apenas lugares claramente voltados para morte, mas toda a multiplicidade de formas que a morte se apresenta em nossa vida social (MARANDOLA, 2018). Tanto o lugar quanto a paisagem se arranjam a partir da organização da vida social, isto inclui a nossa expectativa de vida média. É a nossa vida e a nossa finitude participando da construção da paisagem e do lugar, tanto na perspectiva da materialidade circunscrita nas formas, como nas elaborações mentais.

A globalização não raramente é apontada como capaz de aniquilar o senso de lugar. O regional e também o local são condicionados e condicionantes da globalização (Haesbaert, 2010), que como fábula não garante homogeneidade (Santos, 2012a) tal como Mcluhan e Fiore (1971) pretenderam nos fazer acreditar. As transmissões culturais provocadas pela compressão-tempo espaço (Harvey, 2004) se dão por intermédio de um processo que mais se assemelha a uma repetição-com-diferença e reciprocidade-sem-começo (Hall, 2013), apesar de estarem inseridas no dinamismo da "modernidade líquida" (Bauman, 2001). Assim, ainda é possível falar do *genius loci*, do caráter e identidade dos lugares (Sasaki, 2010), apesar de sua abordagem reificada somente servir para o estabelecimento de uma relação dialética entre indivíduo e ambiente. Afinal, não existe imagem consensual sobre o espaço, graças à diversidade das experiências humanas e a excepcionalidade das formulações mentais.

Apesar disto, Los Angeles é citada como *locus classicus* de uma cultural popular global e crescente, não apenas pelo óbvio caso de Hollywood e sua constelação de fenômenos culturais, mas pela diversidade étnica, de linguagens e de estilos de vida, sua cultura política, seu culto ao automóvel e sua morfologia residencial (Cosgrove, 2006). Não é difícil conceber que o globalismo tem colocado as paisagens vernaculares em xeque. "Argumentar sobre a instabilidade dos significados e expulsar toda e qualquer autenticidade da paisagem e do lugar constitui-se num clichê pós-moderno" (Crouch, 1991). Entretanto, se por um lado a globalização é irresistível, por outro, os lugares continuam excepcionais, contradizendo as promessas vazias de homogeneização absoluta do espaço.

Lugares são marcados pela intersubjetividade interpretativa. Na dimensão da abordagem ficcional de Jean-Leon Géróme, a tela *Une piscine dans le harem*, expressa um lugar com múltiplos sentidos, qualidade que é o apanágio dos lugares. Alguém identificado com o feminismo contemporâneo poderia ver o harém de Géróme como uma deprimente prisão de mulheres. Contudo, inseridas em seu *zeitgeist*, algumas das partícipes da cena poderiam entender o seu papel social como um dever a ser cumprido e, por extensão, ver o harém como o lugar do seu aconchego, mordomias e segurança. Dentro da concepção que defendemos – da excepcionalidade da formação identitária – o harém é o local dos múltiplos julgamentos. O próprio eunuco, frequentador assíduo das pinturas orientalistas, não pode ser esquecido. Sua presença provoca outras reflexões sobre o sentido daquele espaço.

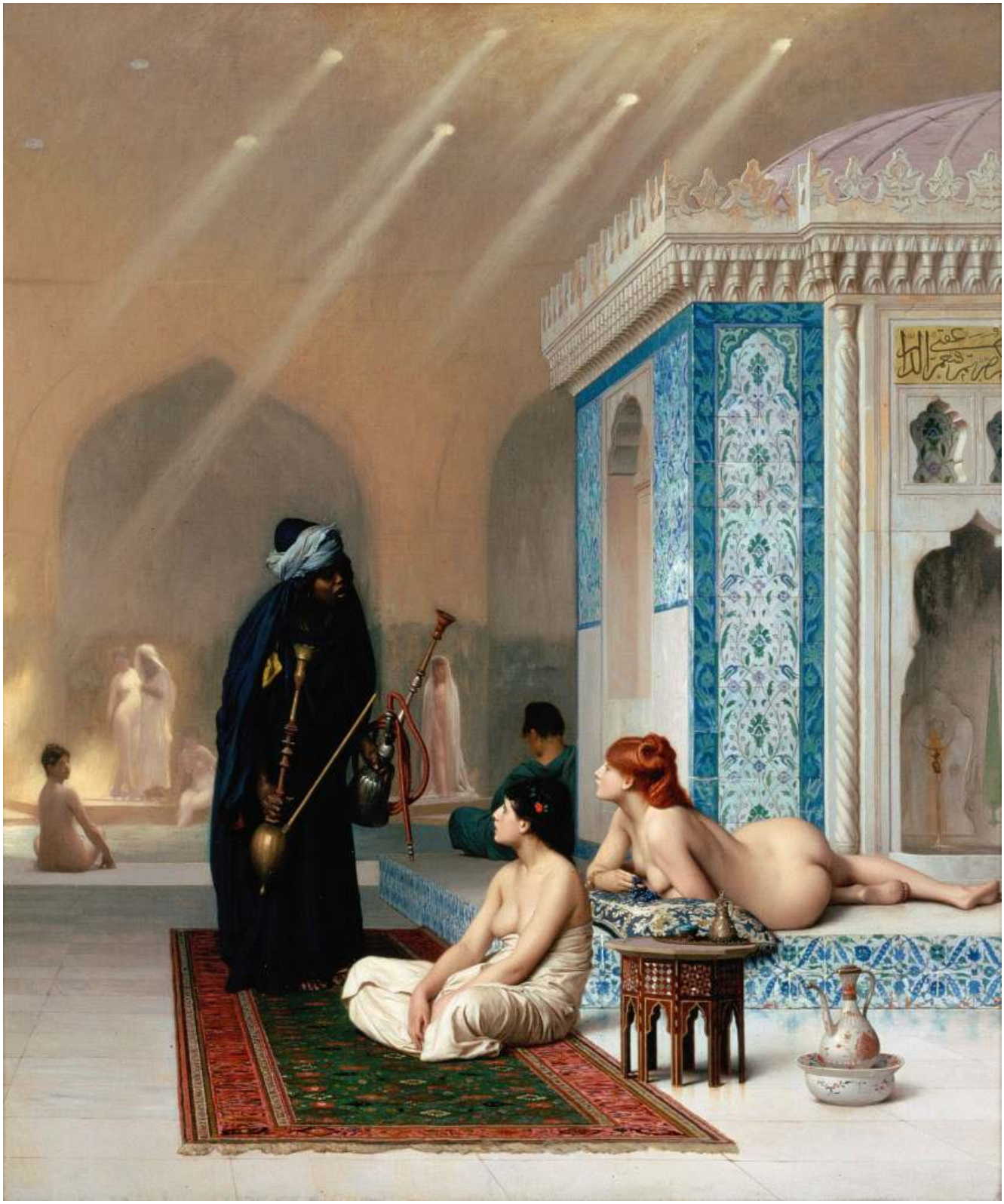


Figura1 - GÉRÓME, Jean-Leon. Une piscine dans le harem. 1876, óleo em tela, 73,5 x 62 cm, Hermitage Museum.

Sérias críticas recaem sobre a geografia humanista e sua abordagem sobre o lugar. A mais comum refere-se ao fato de que os humanistas negligenciam a dimensão social em sua análise. A excessiva problematização de significados muito comum à era posterior à virada cultural cria dificuldades para a reflexão social: "Não sei como é possível desenvolver uma visão e advogar por reformas sociais se nós não podemos ter clareza em como descrever o mundo" (Relph, 2001, p.150). Denis Cosgrove acredita que o equilíbrio entre a abordagem idealista e marxista como pilares para a interpretação dos lugares é o caminho mais assertivo para a pesquisa geográfica: "Nós devemos buscar uma frutífera cooperação entre a geografia

humanista e a geografia social marxista em uma exploração conjunta do mundo do homem e das geografias da mente" (Cosgrove, 1978, p.71). Pós-estruturalistas criticam o fato de os geógrafos humanistas centrarem suas pesquisas no lugar, pertencimento, enraizamento em detrimento do não-lugar, não pertencimento e mobilidade. Além disso, certo grupo de pós-estruturalistas questionam se existe mesmo o lugar no mundo pós-moderno, marcado pela globalização, o não-lugar e o hiperespaço. No mundo de ambientes virtuais a distinção entre lugares reais e imaginados tem sido criticada por aqueles que são identificados com pressupostos da pós-modernidade. Os geógrafos humanistas respondem que mesmo que alguns lugares sejam erodidos pela globalização, outros são fortalecidos. Argumentam ainda que, mesmo que tenha crescido a importância da comunicação digital, do hiperespaço e dos ambientes virtuais, os espaços concretos mantém sua importância primordial, pois as pessoas são seres portadores de corpo que possuem um inevitável conjunto de experiências em algum espaço físico (Seamon; Lundberg, 2017). Isto significa dizer que as sensações corporais (calor, frio, ventania, aridez, umidade, impressões olfativas e táteis) que ajudam a integrar a noção de lugar são esvaziadas na maior parte das proposições virtuais.

Dialética homem e meio e a particularidade da experiência

Quando abordamos a relação dialética entre homem e meio, duas categorias geográficas apresentam-se como instrumentos eficazes: a paisagem e o lugar. É importante esclarecer, de partida, que a paisagem e o lugar não são a mesma coisa, mesmo quando estas categorias são definidas em parte pela presença e pelos valores dos homens que nelas vivem (Muir, 1998), constituindo-se, deste modo, como a core área da cultura (Gil Filho, 2005). A paisagem e o lugar possuem abordagens diversificadas, com entendimentos que vão desde a noção reificadora dos conceitos até a fenomenológica. A paisagem possui "elasticidade e ambiguidade, necessariamente sendo impossível de apreendê-la de forma totalizante e encarcerá-la em uma definição única" (Name, 2010, p.180). O conceito de lugar, por sua vez, é marcado por uma maior rigidez em sua abordagem, estando essencialmente ligado ao âmbito da experiência humana. É nessa congruência entre a paisagem e o lugar que nos permitimos nos apropriar de certas reflexões direcionadas à paisagem para pensarmos o lugar.

A discussão que envolve a objetividade e a subjetividade na leitura da paisagem é realizada com maestria por Augustin Berque (2012). Preocupado quanto à questão dos significados dos objetos, Berque cria uma oposição entre *topos* e *chôra*, conceitos que antagonizam, respectivamente, a dimensão meramente descritiva dos objetos e a descrição holística, que vai muito além de sua manifestação física. Para exemplificar a oposição destes conceitos, Berque promove a reflexão acerca do significado do lápis:

Tabela 1: Os significados do lápis entre topos e chora.

Topos	Chôra
Posicionamento do lápis de acordo com as coordenadas geográficas; mensuração de sua forma, massa e seus constituintes. Por meio deste procedimento saberemos fisicamente o que é um lápis.	Dimensionamento simbólico sobre a escrita da palavra e o que ela representa; os processos produtivos vinculados ao lápis, como a exploração florestal, o minério para o grafite, as fábricas de papel (pois o lápis não escreve no vazio) e os transportes para a condução do lápis ao mercado;

Fonte: Adaptado de Berque (2012).

Berque afirma que "a realidade vai além do material, ao mesmo tempo retornando a ele também" (Berque, 2012, p.7). É curioso pensarmos também que as ideias humanas moldam a paisagem, ao mesmo tempo em que a experiência humana molda as ideias (Walton, 1995). Para contemplar esta dimensão holística dos objetos materiais, Augustin Berque sugeriu a palavra geograma ao anunciar que "imaginar a Terra sem o céu, ou o inverso, não passa de uma abstração" (Berque, 2012, p.8). Como dito, enquanto geogramas que superam a

dimensão da descrição física, os objetos não podem ser meramente descritos. O trecho a seguir explora o simbolismo que está por detrás dos corpos físicos:

> A espécie humana se tornou o que é devido a um processo imensamente longo durante o qual o fisiológico, o técnico e o simbólico não cessaram de interagir. Pelo que nos diz respeito, esta interação se traduziu por uma "exteriorização" progressiva das funções do corpo humano, que começou quando os nossos ancestrais, por assim dizer, extraíram seus incisivos de suas bocas para colocá-los na mão, na forma de pedras lascadas. Momento bem considerável e da maior eficácia! Este vantajoso processo nunca parou de se ampliar, constituindo, assim, pouco a pouco, nosso "corpo social" que é exterior ao nosso "corpo animal", que só faz estender as funções naturais que fazem parte, com todas as coisas que as compõem, de nossa corporeidade global (Berque, 2012, p.9).

A reflexão de Berque se associa diretamente no processo descritivo da paisagem e do lugar. Tim Ingold (1993) endossa o argumento ao asseverar que rejeita a dicotomia entre mundo interno e externo, mente e matéria, significado e substância. Por isso paisagens e lugares tornam-se parte de nós assim como nós somos partes deles. Os objetos que compõem estas duas categorias geográficas vão além do seu corpo físico, constituindo-se como *geogramas*. A reflexão assemelha-se ao argumento de Cosgrove (1983) acerca da atividade humana. Para o autor, toda atividade humana é, ao mesmo tempo, material e simbólica, produção e comunicação. A forma de Augustin Berque elaborar a materialidade e a imaterialidade constitui-se como uma maneira de resolver a dicotomia entre a objetividade e a subjetividade. Na verdade, na dimensão de Augustin Berque (2017), a objetividade e a subjetividade são extensões de um mesmo fenômeno, sendo sua dicotomia, *stricto sensu*, falaciosa. De certa forma os *geogramas* apresentam-se periféricos ao seu pensamento, que tem no conceito de *trajeção* a sua centralidade criativa:

> A trajeção, por sua vez, é o processo evolutivo no qual o ambiente é antropizado pela técnica e humanizado pelo símbolo, o que faz um meio humano e onde, simultaneamente, em retorno, este meio condiciona o humano para, indefinidamente, humaniza-lo de volta e assim por diante (Berque, 2017, p.6).

Assim, Berque define que o ambiente e o homem estão em constante interação material e imaterial, de tal maneira que se torna desafiante separar estas duas dimensões interativas. Desta forma, contestando a dicotomia entre a objetividade e a subjetividade que guiam a interpretação da paisagem, o autor define que "em suma, a realidade do meio não é propriamente objetiva (porque ela pressupõe uma interpretação), nem propriamente subjetiva (porque ela pressupõe o ambiente). Ela é *trajetiva*" (Berque, 2017, p.7).

Augustin Berque conseguiu sintetizar e dar nome aos processos nos quais a materialidade e a imaterialidade dialogam e se fomentam. Seus méritos concentram-se na capacidade de explicação acerca da complexa interação entre homem e ambiente. Na concepção de Berque, não há uma zona de contato entre as elaborações objetivas e subjetivas. A *trajeção* representa uma franca relação retroalimentada e permanente de constituição daquilo que Carl Sauer (2008) chamou de "fatos geográficos". É como se a *trajeção* fosse o fenômeno em si, e não um processo que une fenômenos. A *trajeção* é a totalidade da relação homem ambiente, que não pode ser dimensionada em toda sua constituição, tamanha é a infinidade de pensamentos e ações que direta ou indiretamente contribuem para modelar a dimensão do visível.

Em 1978, Denis Cosgrove já abordava esta dialética que envolve o homem, o ambiente, a materialidade e a imaterialidade, ao dizer que "as ideias humanas moldam a paisagem, as intenções humanas criam e mantém lugares, mas a nossa experiência no espaço e no lugar propriamente molda as ideias humanas" (Cosgrove, 1978, p.66), e ainda salienta: "a racionalidade dialética requer que a mente e a matéria seja vista em interação uma com a outra" (Cosgrove, 1978, p.70). Há de se considerar que as relações entre o homem e o ambiente envolvem as próprias relações entre os homens, já que as imagens sobre a paisagem, o lugar e os fenômenos que os mesmos carregam que são produzidas no âmbito individual passam pelo escrutínio coletivo. Constantemente ressignificadas, estas imagens tornam-se ações práticas, ou simbólicas, que atuam sobre o ambiente, que se transforma e passa a

transformar o homem. A participação social neste processo é um fato que atribui na trajeção de Augustin Berque (2017) um elemento a mais de complexidade dialética.

Outros nomes como J. Wreford Watson (1983) endossam o trânsito entre a materialidade e a imaterialidade:

> Eu tenho concluído que a alma da geografia é a geografia da alma. Parcela do progresso da geografia tem sido mostrar que os sonhos e as ambições, sentimentos e crenças (em outras palavras, as coisas que são associadas ao espírito humano) são a medida, e deste modo formatam o mapa das geografias do mundo. Decidem qual estrutura geológica, quais formas da terra, quais climas e sistemas ecológicos terão importância ou irão jazer na insignificância geográfica (Watson, 1983, p.393).

Acreditamos nas ideias de Berque (2012 e 2017) acerca dos geogramas e da trajeção. Cremos que é justamente esta complexidade que envolve a relação homem e ambiente que cria sérias dificuldades para os pesquisadores que trabalham com a perspectiva de avaliação de paisagens. Afinal, a busca de objetividade na avaliação qualitativa do espaço se enuncia, aprioristicamente, quixotesca. A dialética entre homem e meio auxilia-nos a entender que, se por um lado as identidades são quimeras compostas experiências locacionais, por outro, é importante dizer que a comparação entre indivíduos nos conduz a metáfora de distintas quimeras; afinal, cada indivíduo carrega a sua própria experiência com o espaço, naquilo que chamamos de "particularidade da experiência".

Retalhos espaciais descontinuados como *lócus* da experiência

No passado, as ilhas eram vistas como espaços desconectados do cotidiano continental, sendo frequentemente estereotipadas como bastiões do exotismo. As dificuldades de acessá-las devido ao que Hans J. Morgenthau (2003) referiu-se como "o poder parador das águas", trouxe para o final do século XVIII uma ideia relativamente comum de que as ilhas eram registros vivos de modos de vida que haviam sido extintos em muitos lugares, aniquilados pelo progresso (Lowenthal, 2007). Foi numa ilha que Agatha Christie (2000) conseguiu criar uma atmosfera de mistério e isolamento e conceber a trama do romance *Ten little niggers*, publicado originalmente em 1939.

Em certa parcela as imagens do passado são eternizadas, ignorando o fato de que muitas ilhas são mais conectadas do que diversos anecúmenos no interior continental. A densamente ocupada ilha de Singapura desfruta de um grau de cosmopolitismo dificilmente visto em outras partes do planeta, constituindo-se com um dos principais nós da aviação comercial contemporânea. Por outro lado, certas ilhas do estado-arquipélago de Kiribati, distantes de sua capital Baikiri e do atol de Tarawa, podem reanimar as imagens que eternizam o insular, ainda que o viver em anecúmenos continentais possa igualmente nos conduzir a considerar as geografias vernaculares. Estas imagens que se eternizam são tão seriamente vivas que o governo de Fiji, recentemente, pediu desculpas à comunidade internacional a respeito do seu canibalismo pretérito (Lowenthal, 2007).

Existe uma metáfora melanésia que alude a uma situação mais próxima à integração do que ao isolamento insular. O viver em um arquipélago é visto como assumir a forma de uma árvore e de uma canoa. No caso da forma da árvore, é construída uma alusão às raízes identitárias da ilha-natal; no caso da forma de canoa, é representada uma vida em movimento, entre as ilhas do arquipélago. Apesar da vida em trânsito, a metáfora da canoa é útil porque significa dizer que o dinamismo espacial não apagou as marcas identitárias diretamente ligadas ao lugar de nascimento, expressas pela composição da madeira constituinte, advinda, por sua vez, da árvore (Bonnemaison, 1994). Os fluxos entre as ilhas formam um espaço reticulado fundamental para que se desenvolva a territorialidade baseada em princípios de ligação, que foram bastante explorados por Claude Raffestin (1980) no livro *Por uma geografia do Poder*. Talvez esteja nestes fluxos proporcionados pelas canoas parcela importante da explicação da origem do território dos atuais Estados-Arquipélagos.

Os exemplos insulares são capazes de estimular a nossa reflexão sobre os retalhos espaciais como *lócus* da experiência. As embarcações como meio de transporte estabelecem ligações com outras ilhas, estabelecendo rotas relativamente comuns, que obedecem à lógica do encurtamento das distâncias. No "território das águas", o deslocamento do homem é menos livre, pois depende dos meios de transporte marítimo. Assim, a experiência reticulada formada por deslocamentos variados no interior das ilhas contrasta com a experiência em linha reta, dada pela ligação entre as ilhas por intermédio do transporte marítimo. É interessante observar que faz mais sentido pensarmos na espacialidade da experiência por meio de uma geometria reticular, ou por polarizações, do que por áreas (Claval, 1999).

Com a evolução dos transportes, é de se pensar que em um avião, a experiência se dá no interior da própria aeronave, incluindo o trepidar de suas eventuais instabilidades. Grandes distâncias são percorridas em um tempo relativamente pequeno, em uma altitude suficiente para que, a partir das janelas, só se avistem nuvens, ou traços mal identificados de uma paisagem longínqua. Deste modo, a partir da aviação comercial, a experiência associada ao espaço passou a ocorrer de forma fragmentada. Um boliviano pode conhecer algum país da costa atlântica africana sem conhecer o Brasil, atravessando somente o seu espaço aéreo. Por isso vivemos uma era em que fisicamente a nossa experiência pode se acumular por intermédio de espaços desconectados, ainda que certos transportes, por questões sociais, não serem de fato universais. Uma canoa ou um carro permitem experiências lineares. O avião comercial, em elevada altitude, nos conduz à experiência espacialmente fragmentada.

Do ponto de vista sociocultural, também podemos falar de experiências espacialmente fragmentadas. Locais são penetrados e moldados em termos de influências sociais originadas bem distantes deles (Lemos, 1999). Lugares são, portanto, porosos e incompletos, dinamizando-se em função das influências que são externas à sua constituição (Barnes, 2004), tanto do ponto de vista ideológico e cultural, quanto do ponto de vista material. Esta condição associada ao lugar instigou Michel Foucault (2002) a falar de heterotopias. Vindo inicialmente do campo de estudo da anatomia, a palavra heterotopia aplicada ao espaço alude à presença de elementos que não são originais a um dado lugar e que, por lá, marcam presença. As heterotopias não surgiram recentemente. As grandes pedras que compõem o milenar Stonehenge foram trazidas de outros lugares. Por meio de sua dinâmica, criam novos tipos de lugares que tendem a se tornar, pelo menos durante um período, pontos de passagens obrigatórias para outros lugares (Barnes, 2004). As atuais geografias e suas paisagens não são menos indeterminadas, deslocadas e perplexas do que as epistemologias pós-modernas. A heterotopia parece ser uma forma precisa de ver o mundo e englobar a geografia arbitrária da justaposição de elementos (Relph, 2001). Las Vegas, com seus simulacros de pirâmides egípcias e outras reproduções de cidades mundiais é um ícone heterotópico. É necessário ser dito que a condição heterotópica está mais próxima de uma regra do que de uma exceção.

Lugares que marcam nossas identidades podem ainda nos acompanhar para além do seu espaço físico. É o que provavelmente ocorre com estudantes uniformizados que perambulam pelas cidades, ou por trabalhadores que tem sido seriamente admoestados pelos seus patrões devido às postagens no ciberespaço das redes sociais, em duras lições que apontam para a existência de um panóptico para além do mundo físico, ou, alternativamente, um Leviatã dentro de outro.

O neologismo glocalização fortemente alude a este processo. A glocalização está, por sua vez, associada à busca de glamourização do espaço, sobretudo o urbano, onde se concentra o capital financeiro. Assim, as cidades transformam sua paisagem e os lugares em espetáculo permanente, que destrói velhos arranjos, que sobram fragmentados na forma de rugosidades (Santos 2012b, 2014), ou palimpsestos que testemunham a inexorabilidade temporal os bairros-museu (Debord, 1997), que atendem, por sua vez, à sanha das massas silenciosas (Baudrillard, 2006).

Deste modo, temos claramente dois tipos de aquisição experiência vinculada à espacialidade do lugar: a primeira, composta pelos nossos deslocamentos físicos, leva-nos a uma

experiência linear ou reticulada, que muitas vezes pode suprimir o *continuum* espacial pela natureza dos transportes modernos. A segunda, do ponto de vista sociocultural, permite-nos que tenhamos experiências com elementos de lugares diferentes a partir da condição heterotópica que parece ser o apanágio do espaço. Pensando espacialmente nessa segunda tipologia, é como se o que está distante viesse até nós, sem a necessidade de conhecermos o que está no trajeto entre nossa posição atual e a posição de origem do objeto contemplado.

Estes dois tipos de aquisição de experiência fazem com que essencialmente a nossa identidade sofra influência de retalhos espaciais descontinuados. Há de se pensar se a condição social, ou constrangimentos políticos, não impactam dramaticamente na capacidade de acessar heterotopias e conhecer mais e mais fragmentações espaciais. Independente disso, devido à natureza do lugar, é plausível considerar que a nossa identidade comporte uma quimera de lugares, dentre eles aqueles que nunca foram fisicamente visitados.

Tempo atomístico e espaço assimétricos

O tempo atomístico e espaço não se constituem simétricos no plano da experiência. O homem não é onipresente, o que faz com que a sua múltipla experiência colhida nos lugares se dê em diferentes tempos. Podemos escolher, ou sermos induzidos a estar em algum lugar. Não podemos escolher estar em um momento do tempo. Fala-se em *zeitgeist* na análise histórica para se levar em conta o contexto sociopolítico de um momento específico do tempo. Podemos evitar estar em algum lugar, mas ninguém é capaz de evitar a passagem do tempo. Por esta razão, o tempo atomístico é um fator passivo como constituinte das identidades, enquanto que o espaço é um fator ativo, sendo o lugar o lócus da experiência.

Rejeitamos a perspectiva de que o tempo não garante a experiência. Mesmo com sérios constrangimentos para o deslocamento espacial, como, por exemplo, em uma situação de prisão perpétua, o tempo atomístico garante que a imobilização e a tênue ou nenhuma socialização permita-nos processar a angústia, ansiedade e outras elaborações que estão associadas à nossa condição. Assim, não concordamos com a máxima: "se a experiência leva tempo, a própria passagem do tempo não garante a experiência" (Leite, 1998).

Homi Bhabha (2013) salienta que as identidades são compostas por tempos adiados. O adiamento temporal pode ser entendido de duas formas; a primeira refere-se à perpetuação da memória, que se monta, num quebra-cabeça de difícil problematização, no nosso conjunto identitário. Vindas de um mesmo tempo atomístico, certas práticas desaparecem e outras se perpetuam. É plausível considerar que neste caso o que se perpetua é a memória, e não o tempo, em um entendimento no qual a palavra tempo teria o sentido de metáfora. A segunda forma de entendimento do adiamento temporal é baseada no fato de não sermos onipresentes. Desta forma, a nossa experiência se dá em um lugar, e em um dado período do tempo atomístico. Assim, o retorno a um lugar já visitado compõe uma experiência temporalmente adiada.

Considerações finais

A identidade é formulada a partir de uma dinâmica espaço-temporal, que acaba por elaborar quimeras locacionais. No âmbito desta dinâmica, três forças atuam. A primeira delas se associa com a dialética que envolve o homem e o meio. Neste processo, chamado por Augustin Berque (2017) de *trajeção*, a experiência humana, ainda que sujeita a estranhamentos sociais, percorre caminhos únicos que são reelaborados dialeticamente ao longo do tempo atomístico. A segunda força trata-se da incorporação de lugares na constituição das identidades. Se os lugares proveem a experiência, axiomaticamente interferem na composição identitária. A participação dos lugares no âmbito experiência não é espacialmente continuada, apresentando-se fragmentada. Ademais, faz mais sentido pensar em um do-

mínio experiencial polarizado do que contínuo em superfície. Além do contato direto com os lugares, as heterotopias tem garantido experiências espacialmente desconjuntadas e fendidas. A terceira força é de atuação passiva: o tempo atomístico. Esta constitui-se em uma força passiva pois a sua existência somente permite que as demais forças atuem. Todavia, dada a nossa incapacidade de onipresença, nossa experiência se dá sempre em algum lugar e em dado momento do tempo. A associação entre tempo atomístico e lugar nos conduz, invariavelmente, a uma experiência temporalmente adiada.

O tempo, como fator passivo, ainda contribui para que as identidades sejam quimeras em permanente construção, ao sabor das ressignificações dos lugares que já visitamos e da inclusão de lugares que visitamos pela primeira vez. Sokolove, Fairfax e Holland (2002) afirmaram que as identidades não são quimeras, justamente pela natureza fluída das identidades. Esta afirmação revela uma interpretação dura da metáfora. Na mitologia, a quimera é concebida como um ser composto por partes de diferentes animais, mas não é prevista a inclusão de novas partes em sua morfologia ao longo do tempo.

Considerar as identidades como quimeras de lugares em construção nos parece adequado, o que implica, devido à natureza passiva do tempo atomístico e à relação espaço temporal, a reunião de tempos diferentes. Como há de se considerar que o percurso da experiência humana é exclusivo e, portanto, excepcional, cada indivíduo carrega a sua própria quimera.

Referências

ANDREOTTI, Giuliana. Paisagens do espírito: a encenação da alma. *Ateliê Geográfico*, v.4, n.4, p.264-280, 2010.

BARNES, Trevor. Placing ideas: genius loci, heterotopia and geography´s quantitative revolution. *Progress in Human Geography*, v.28, n.5, p.565-595, 2004.

BAUDRILLARD, Jean. À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BERQUE, Augustin. Geogramas, por uma ontologia dos fatos geográficos. *Geograficidade*, v.2, n.1, verão, p.4-12, 2012.

BERQUE, Augustin. A cosmofania das realidades geográficas. *Geograficidade*, v.7, n.2, p.4-16, inverno, 2017.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura.* Belo Horizonte: editora UFMG, 2013.

BONNEMAISON, Joel. The Metaphor of the tree and the canoe. Tradução de Peter Crowe. *Pacific Arts*, n.9-10, p.21-24, jul-1994.

CANCLINI, Nestor. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 2011.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Postcolonial thought and historical difference.* New Jersey: Princeton University Press, 2000.

CHRISTIE, Agatha. *O caso dos dez negrinhos.* São Paulo: Globo, 2000.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. *Geographia*, v.1, n.2, p.7-26, 1999.

CLAVAL, Paul. *Epistemologia da Geografia.* Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

COHEN, Anthony P. Culture as identity: An Anthropologist´s view. *New Literary History*, v.24, p.195-209, 1993.

COSGROVE, Denis. Place, landscape, and the dialetics of cultural geography. *Canadian Geographer*, v.XXII, n. 1, p.66-72, 1978.

COSGROVE, Denis E. Towards a radical cultural geography: problems of theory. *Antipode*, Vol. 5, Issue I, p.1-11, 1983.

COSGROVE, Denis. Prospect, Perspective and the Evolution of the Landscape Idea. *Transactions of the Institute of British Geographers*, new Series, v.10, n.1, p.45-62, 1985.

COSGROVE, Denis. Modernity, Community and the Landscape Idea. *Journal of Material Culture*, v.11, n.49, p.49-66, 2006.

CROUCH, David. The authentic, the everyday and the postmodern in landscape research: a note. *Landscape Research*, v.16, n.2, p.8-18, 1991.

DARDEL, Eric. *O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica.* São Paulo: Perspectiva, 2011.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo.* Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEUS, José Antônio Souza de; BARBOSA, Liliane de Deus. Uma contribuição ao estudo da paisagem nas regiões de antiga mineração do Brasil na ótica das geografias cultural e histórica. *Geografias*, v.15, n.2, p.38-49, 2017.

EAGLETON, Terry. *A ideia de Cultura.* São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FOUCAULT, Michel. *The order of things: an archaeology of the human sciences.* London: Routledge, 2002.

FUKUYAMA, Francis. O fim da história e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Geografia cultural: estrutura e primado das representações. *Espaço e Cultura*, UERJ, n.19-20, jan./dez., p.51-59, 2005.

GOLD, John R.; GOODEY, Brian. Behavioural and perceptual geography. *Progress in Human Geography*, v.7, p.578-586, 1983.

HAESBAERT, Rogério. *Regional-Global.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva.* São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HALL, Stuart. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior (in): Hall, Stuart - Sovik, Liv (org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna.* São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HUNTINGTON, Samuel. O choque das civilizações. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

INGOLD, Tim. The temporality of the landscape. *World Archaelogy*, v.25, n.2, p.152-174, 1993.

LEITE, Adriana Filgueira. O lugar: Duas Acepções Geográficas. *Anuário do Instituto de Geociências-UFRJ*, v.21, p.9-20, 1998.

LEMOS, Amalia Inés Geraiges. Geografia da modernidade e geografia da pós-modernidade. *Geousp*, v.3, n.1, p.27-39, 1999.

LOWENTHAL, David. Environmental perception: preserving the past. *Progress in Human Geography*, v.3, i.4, p.549-559, December, 1979.

LOWENTHAL, David. Island, Lovers and Others. *Geographical Review*, v.97, n.2, p.202-229, april, 2007b

LOWENTHAL, David. *The Past is a Foreign Country.* New York: Cambridge University Press, 2015.

MCLUHAN, Hebert Marshall e FIORE, Quentin. *Guerra e Paz na Aldeia Global.* Rio de Janeiro: Record, 1971.

MITCHELL, Don. There's No Such Thing as Culture: Towards a Reconceptualization of the Idea of Culture in Geography. *Transactions of the Institute of British Geographers.* New Series, v.20, n.1, p.102-116, 1995.

MORGENTHAU, Hans. *A política entre as nações.* Brasília: Editora Universidade de Brasília – Clássicos IPRI, 2003.

MUIR, Richard. Landscape: a wasted legacy. *Area*, v.30, n.3, p.263-271, 1998.

MUNN, Nancy D. The cultural anthropology of time: a critical essay. *Annual Review of Anthropology*, v.21, p.93-123, 1992.

NAME, Leo. O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura. *Geotextos*, v.6, n.2, dez., p.163-186, 2010.

NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. (in) Nesbitt, Kate. *Uma nova agenda para a arquitetura.* São Paulo: Cosac Naify, 2006.

POCOCK, Douglas C. D. The paradox of human geography. *Area*, v.15, n.4, p.355-358, 1983.

PORTEOUS, J. Douglas; MASTIN, F. Jane. Soundscape. Chicago: *Journal of Architectural and Planning Research,* Vol. 2, Number 3, p.169-186, 1985.

PORTEOUS, J. Douglas. Smellscape. Manchester: *Progress in Human Geography*, Number 9, p.356-378, 1985.

PORTEOUS, J. Douglas. *Planned to death: the annihilation of a place called Howdendyke.* Toronto: University of Toronto Press, 1988.

PORTEOUS, J. Douglas; Smith, Sandra E. *Domicide: the global destruction of home.* Montreal: Mcgill-Queen´s University Press, 2001.

PRICE, Liz; TRAVASSOS, Luiz Eduardo Panisset. Uso religioso de cavernas no Sudeste Asiático e China: a paisagem cárstica sob outra perspectiva. *Ateliê Geográfico*, v.10, n.3, p.129-159, dezembro, 2016.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1980.

RELPH, Edward. *Place and Placelesness*. London: Pion Limited, 1976.

RELPH, Edward. The critical description of confused geographies (in): ADAMS, Paul C.; HOELSCHER, Steven; TILL, Karen E. *Textures of Place*. Minneapolis and London: Minnesota University Press, 2001.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização.* Rio de Janeiro: Record, 2012a.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço.* São Paulo: Edusp, 2012b.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado.* São Paulo: Edusp, 2014.

SASAKI, Karen. A contribuição da Geografia Humanística para a compreensão do conceito de identidade do lugar. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, ano XIII, n.22, dezembro, p.112-120, 2010.

SAÏD, Edward. *Orientalismo.* São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SAÏD, Edward. *Cultura e Imperialismo.* São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. (in): OAKES, Timothy S; PRICE, Patricia L (eds). *The Cultural Geography Reader.* New York: Routledge, 2008.

SEAMON, David; LUNDBERG, Adam. *Humanistic Geography*. The International Encyclopedia of Geography: people, the Earth, Environmental and Geography, p.1-11, 2017.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. A inadequação das regionalizações culturais mediante os pressupostos do pós-colonialismo. Salvador: *Geotextos*, v.14, n.1, p.225-247, 2018a.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. Cultura como comunidade imaginada: uma crítica à abordagem ontológica da cultura nos estudos geográficos. Geografias, v.16, n.1, p.27-41, 2018b.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. Questionando as delimitações cartográficas da cultura. Caminhos de Geografia, v.21, n.73, p.445-457, 2020.

SOKOLOVE, Jeniffer; FAIRFAX, Sally K.; HOLLAND, BREENA. Managing place and identity: The Marin Coast Miwok experience. *The Geographical Review*, v.92, n.1, p.23-44, January, 2002.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.* São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. Strangers and Strangeness. *Geographical Review*, v.76, nº1, jan, p.10-19, 1986.

TUAN, Yi-Fu. *Escapism.* Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998.

TUAN, Yi-Fu. *Paisagens do medo.* São Paulo: Editora Unesp, 2005.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.* Londrina: Eduel, 2013a.

TWIGGER-ROSS, Claire L; Uzzel, David L. Place and identity process. *Journal of environmental psychology*, n.16, p.205-220, 1996.

VALENTINE, Gill. Whatever happened to the social? Reflections on the "cultural turn" in British Human Geography. *Norwegian Journal of Geography*, v.55, p.166-172, 2001.

WALTON, Judy R. How Real(ist) can you get? *Professional Geographer*, v.47, i.1, p.61-65, 1995.

WATSON, J. Wreford. The soul of geography. *Transactions of British Geographers*, v.8, n.4, p.385-399, 1983.

WRIGHT, John K. Terrae Incognitae: O lugar da imaginação na Geografia. *Geograficidade*, v.4, n.2, inverno, p.4-18, 2014.

Notas

1. Entendidas como narrativas que pretendem explicar a totalidade dos fatos utilizando-se de um ponto de vista que se apresenta com um ângulo da totalidade. Dois exemplos é a narrativa do fim da história (Fukuyama, 1992) e do Choque das Civilizações (Huntington, 1997).
2. Ao referir-se ao passado como um país estrangeiro, David Lowenthal alude aos estranhamentos e a dificuldade de interpretação da análise histórica, na qual estaremos sempre na posição de *outsiders* (Relph, 1976).
3. O "poder parador das águas" foi uma reflexão proposta por Morgenthau (2003) no livro *A política entre as nações*, quando aludiu ao papel dos oceanos como um dificultador para os inimigos invadirem arquipélagos como o Japão ou o Reino-Unido, ao mesmo tempo em que apontou que as nações insulares também sofrem com a logística demandada por uma guerra continental.
4. Publicada posteriormente com o título "And then there were none".

Revista da ANPEGE. v. 17. nº. 34, p. 55 - 70, ANO 2021. e-ISSN: 1679-768X
https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege. // DOI 10.5418/ra2021.v17i34.15665

LAS RÍAS BAIXAS MÁS ALLÁ DE SOL Y PLAYA. O GROVE, ESTUDIO DEL CASO. (GALICIA, ESPAÑA)

AS RIAS BAIXAS PARA ALÉM DO SOL E DA PRAIA. O GROVE, ESTUDO DE CASO. (GALIZA, ESPANHA)

THE RÍAS BAIXAS BEYOND SUN AND BEACH. O GROVE, CASE STUDY. (GALICIA, SPAIN)

Jorge Olleros Rodríguez

RESUMO

O forte crescimento experimentado pelo Mediterrâneo espanhol ao redor do sol e do produto da praia, como no caso das Ilhas Canárias ou do Atlântico Andaluz, aparentemente deixou as costas do norte da Espanha em desvantagem, pois têm um clima irregular que não proporciona segurança para aqueles que procuram muitas horas de sol durante boa parte do ano. Por esta razão, durante a segunda metade do século XX, o destino turístico das Rias Baixas aroupou-se com outros atributos turísticos complementares, tais como a gastronomia e a paisagem. Isto não foi suficiente para superar a marcada sazonalidade em comparação com outros destinos nacionais. Na seção metodológica, seguindo o estudo de caso, nos baseamos principalmente em pesquisas e entrevistas realizadas na cidade de O Grove. Tentaremos verificar a conveniência de mudar o modelo, bem como as alternativas a ele.

Palavras-chave: Rías Baixas, O Grove, dessazonalização, gastronomia, natureza

RESUMEN

El fuerte crecimiento experimentado por el mediterráneo español alrededor del producto de sol y playa, así como el caso de Canarias o el atlántico andaluz aparentemente dejaba en una posición de desventaja a las costas del norte de España al disponer éstas de una irregularidad climática que no propicia seguridad a quienes buscan muchas horas de sol durante buena parte del año. Por ello durante la segunda mitad del siglo XX el destino turístico de Rías Baixas se arropó con otros atributos turísticos complementarios, como son la gastronomía y el paisaje. Ello no resultó suficiente para superar la marcada estacionalidad en comparación con el resto de destinos estatales. En el apartado metodológico, siguiendo el estudio del caso, nos hemos basado principalmente en encuestas y entrevistas realizadas en la localidad de O Grove. Se tratará de comprobar la conveniencia de cambiar de modelo así como las alternativas al mismo.

Palabras clave: Rías Baixas, O Grove, desestacionalización, gastronomía, naturaleza.

ABSTRACT

The strong growth experienced by the Spanish Mediterranean around the sun and beach product, as in the case of the Canary Islands or the Andalusian Atlantic, apparently left the coasts of northern Spain at a disadvantage, as they have an irregular climate that does not provide security for those seeking many hours of sunshine for a good part of the year. For this reason, during the second half of the 20th century, the tourist destination of Rías Baixas was wrapped up with other complementary tourist attributes, such as gastronomy and landscape. This was not enough to overcome the marked seasonality in comparison with other national destinations. In the methodological section, following the case study, we have based ourselves mainly on surveys and interviews carried out in the town of O Grove. We will try to verify the convenience of changing the model as well as the alternatives to it.

Key words: Rías Baixas, O Grove, deseasonalisation, gastronomy, nature.

Introducción

Las Rias Baixas conforman un espacio turístico importante en el panorama gallego y español. Es un destino de larga tradición que, en las últimas décadas, ha visto una expansión significativa con una importante repercusión en la creación de plazas hoteleras y extrahoteleras, oferta complementaria y profesionalización de parte de la población en este sector, con una importante contribución al PIB autonómico. Así mismo se ha consolidado como una marca reconocida ampliamente en el conjunto de España, aunque en menor medida en el panorama extranjero.

Aunque es cierto que España en las últimas décadas ha hecho un esfuerzo por la diversificación de la oferta, la identificación con el turismo de sol y playa sigue siendo evidente y es sintomático de esto que el Plan Horizonte 2020 de Turismo de España[1] consideraba como una fortaleza el "Reconocimiento de España como destino turístico de sol y playa. Posicionamiento destacado en las clases medias europeas" (2007, p 23). A ojos del Plan, España estaba bien posicionada porque era apreciada por los mercados emisores como un buen destino de sol y playa; esto es parcial, pues comunidades con litoral como Comunidad de Galicia, Principado de Asturias, Comunidad de Cantabria o la Comunidad del País Vasco también aspiraban en el momento de redacción del documento a ser comunidades turísticas y no se veían bien acomodadas dentro de ese producto. Baste ver el número de turistas internacionales que vienen atraídos por las playas del Cantábrico y Atlántico gallego en comparación con las del mediterráneo o las islas Canarias.



Figura 1. *Mapa de la península ibérica y franja norte de la España Verde.*
Fuente: ingreenspain.es

1 https://www.tourspain.es/es-es/Conozcanos/Documents/HistoricoPoliticaTuristica/PlanTurismoEspanolHorizonte2020.pdf. p 23.



Figura 2. *Comunidades autónomas de la España Verde o franja norte.Fuente: ingreenspain.es*

En un entorno de creciente competitividad turística, se hace necesario que productos turísticos secundarios, gastronomía y naturaleza (actualmente tratado este último, a nivel español, por la Directrices Generales de la Estrategia de Turismo Sostenible de España 2030 y por el Plan Sectorial de Turismo de Naturaleza y Biodiversidad 2014-2020), se pongan en valor de tal manera que sean motivadores de más y mejor movimiento turístico y sean apreciados por los mercados emisores como realmente se merecen. No tener en cuenta estos recursos sería desperdiciar la potencialidad que el territorio gallego ofrece y le dejaría en una situación de desventaja con otros destinos que o bien son muy fuertes en sol y playa o bien han puesto en valor el mix de productos turísticos mencionados con buenos resultado como es el caso de la Comunidad del Pais Vasco en el ámbito gastronómico. A día de hoy, estos dos recursos, son los más apreciados por quienes visitan la Comunidad de Galicia y creemos que a lo largo de este estudio se va a poder demostrar su importancia para ser considerados esenciales en una oferta diversificada. Ambos tienen mucho recorrido y margen de mejora, para que contribuyan a un salto cualitativo del destino. Los dos han sido motivadores de vacaciones en la zona de referencia, han generado marca del destino y dado algunas de las tendencias más relevantes a nivel internacional. Serán además de la oferta vinculada al mar, elementos fundamentales para entender el futuro de este espacio, siempre bajo criterios de sostenibilidad e identidad. De la mayor concienciación medioambiental entre la población y su influencia positiva en la economía dan cuenta Donarie (2002). Espejo (2011). Luque (2003). Muñoz (2008). También son coincidentes en la importancia para el destino del producto gastronómico Du Rand, Heath y Alberts (2003). López Guzman y Jesús (2011). Kivela y Crotts (2006). Athena, Lumbers y Eves (2012).

También se trata de evidenciar la posibilidad de desarrollar estrategias de desestacionalización turística que refuercen el sector y, al mismo tiempo, no generen más dependencia del mismo en la medida que contribuyen a diversificar la economía de las localidades turísticas gallegas y del objeto de estudio del caso, O Grove. Como se verá más adelante, las Rías Baixas y O Grove en particular, padecen de una marcada estacionalidad, centrándose la mayor parte de la afluencia turística en los meses de verano; después hay una drástica bajada de turismo en los meses de primavera y otoño, la cual se agudiza en invierno. Este fenómeno se aprecia en la zona litoral, a excepción del caso particular de Vigo en el mes de diciembre, con el fenómeno actual que se produce con el alumbrado navideño y también con el caso de O Grove y su Festa do Marisco en el Puente del Pilar, en octubre. Esta estacionalidad reduce los beneficios de las empresas hasta extremos que los obligan a llevar una gestión (gran parte de ellas) en la que la familia se multiplica en las labores de gestión o en la que los recursos humanos padecen unas condiciones poco atractivas, ya que la empresa tiene que aprovechar el verano para compensar la falta de rentabilidad el resto del año, lo que se traduce en jornadas largas y con alta carga de trabajo continuo. Se hace muy difícil a las empresas tener mejores recursos humanos pues son pocos los meses de trabajo que puede

ofrecer al empleado y los profesionales más cualificados optan en ocasiones por destinos que les ofrezcan más continuidad a lo largo del año como son la Comunidad de Islas Canarias, Inglaterra, Suiza y Alemania o capitales españolas.

Esta estacionalidad golpea a los municipios turísticos que ven como la población desciende considerablemente pasados los meses estivales con la consiguiente bajada de la carga de trabajo del comercio y actividades complementarias que se dedican al turismo; la provisión de servicios públicos se hace mucho más complicada ya que implica grandes esfuerzos económicos y humanos para un periodo muy corto, condicionando frecuentemente las cuentas municipales. La importancia también de una economía local diversificada es una necesidad para evitar una dependencia monofuncional muy poco equilibrada.

Dado que la extensión territorial de las Rías es muy amplia vamos a tener como objeto de estudio el municipio de O Grove. Este espacio, aunque es relativamente pequeño en tamaño, turísticamente es muy importe ya que es aquí donde históricamente nació el turismo gallego entorno a la riqueza termal de la Isla de A Toxa, su economía basada en la pesca y el marisqueo, hasta la actualidad, se fue especializando hacia el turismo con el desarrollo de una potente oferta restaurativa y de alojamiento reglado: cuenta con 53 hoteles (de 5, 4, 3, 2 y 1 estrellas) , apartamentos turísticos y 10 campings (IGE, 2021). Además cuenta con una importante oferta alternativa donde destaca el Acuarium y doce compañías de charters nauticos por la ría. O Grove es una combinación de verde y mar que se puede decir que forma un resumen de lo que es el destino turístico de las Rías Baixas. El municipio se encuentra enclavado en la comarca del Salnés, que se corresponde, grosso modo con una amplia planicie drenada por el río Umia, antes de su desembocadura en la ría de Arousa.

Metodología

Este trabajo representa un ejemplo de estudio de caso que, como tal, "busca profundizar en la descripción de una determinada realidad" (Triviños 2006, p 56) y nos "permite conocer en profundidad los procesos y relaciones sociales, incluyendo registros observaciones, entrevistas estructuradas y no estructuradas entre otras técnicas de investigación" (Dencker 1998, p 127).

Desde el punto metodológico hemos acudido a encuestas y entrevistas. Éstas forman parte de un trabajo más amplio. En relación a las primeras se han realizado a lo largo de los meses de junio a septiembre de 2020, coincidiendo con el fin de la cuarentena impuesta por el covid. El objetivo era recabar información de turistas alojados en O Grove sobre su conocimiento de los valores naturales de la localidad, así como sus preferencias y principales motivaciones a la hora de hacer turismo en el destino. Como complemento de esta información de carácter cuantitativo, realizamos entrevistas cualitativas a hosteleros y al responsable del centro de interpretación de naturaleza de la Siradella.

El hecho de entrevistar durante toda la temporada a turistas a pie de calle y a usuarios de la oficina de información turística, da una gran fiabilidad pues el encuestado responde prácticamente siempre a las preguntas que le hace el encuestador. Se trata de una recolección de datos más activa. El hecho de trabajar con un encuestador ha permitido al estudio obviar los problemas de un cuestionario electrónico que puede dejar preguntas sin contestar o que, dado su despersonalización, haga que no contesten todos los encuestados, entre otras desventajas. Con carácter secundario nos hemos valido de las estadísticas del propio centro de interpretación a la hora de hacer un análisis de sus visitantes.

Población encuestada: residentes en España, turistas.	20.000
Muestra	183 encuestas.
Error Muestra	+/-6,50%
Procedimiento	Muestreo de conveniencia
Periodo de realización	Junio- Septiembre 2020
Control de Muestra	Realización y supervisión del trabajo de campo por los autores de la encuesta

Tabla 1 . *Ficha técnica de la investigación*
Fuente: Elaboración propia (2020).

Como elementos secundarios de trabajo se ha revisado la hemeroteca de prensa escrita. También se ha servido para la realización de este trabajo de las fuentes estadísticas del Instituto Nacional de Estadística (INE), Instituto Galego de Estadística (IGE) y del Plan de Turismo Galicia Estrategia 2020 (Xunta de Galicia).

Se ha de advertir, en lo relativo a las limitaciones de este estudio, que nos hemos encontrado con grandes dificultades para la realización del trabajo de campo toda vez que fue efectuado en un momento en el que el covid-19 estaba perturbando la lógica dominante en el destino y que existen muchas incertidumbres en el futuro.

Resultados

En este item analizaremos qué dificultades padece el sector, la incidencia de la estacionalidad y cómo repercute en la situación socioeconómica de la comunidad local, en concreto en O Grove. También se verá el potencial que albergan otros productos turísticos que consideramos necesarios poner en valor para revertir los problemas de los que adolece el sector.

Se trata de verificar algunas figuras que vienen a respaldar nuestra hipótesis; O Grove, como estudio de caso del conjunto de las Rías Baixas, a pesar de haber centrado su oferta turística en un modelo estival de sol y playa ha mantenido su competitividad a lo largo del tiempo gracias a la incorporación de elementos secundarios de gran valor, como la gastronomía o el paisaje. Veremos el porqué el producto de sol y playa no es suficiente para asegurar una temporada turística más satisfactoria.

Grado de estacionalidad. Como se puede ver en el siguiente gráfico, la Comunidad de Galicia figura entre las comunidades con mayor estacionalidad, sólo superada por Comunidad de Islas Baleares y Principado de Asturias y a mucha distancia de Comunidad de Valencia, Comunidad de Andalucía, Comunidad de Murcia y Comunidad de Islas Canarias. Es reseñable el caso paradigmático de la Comunidad del País Vasco que, siendo una comunidad del norte, tiene ratios de ocupación buenos a lo largo de todo el año. Esto se debe a que no basa su oferta en el producto de sol y playa únicamente. La estacionalidad incide en la concentración de la demanda y por lo tanto en la calidad de los ingresos y en otros factores como es el caso de la ocupación laboral.

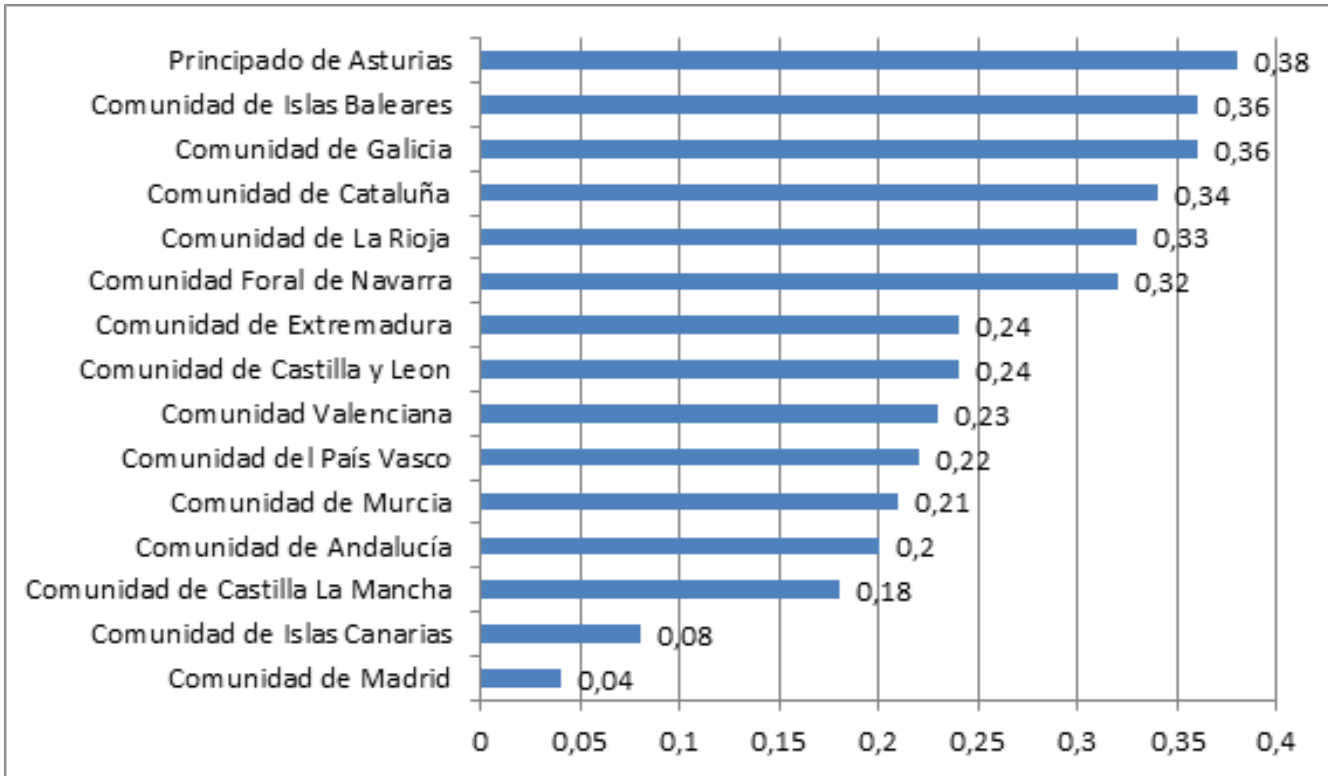


Figura 3. Grado de estacionalidad por Comunidades Autónomas.
Fuente. Exceltur (2018).

En el siguiente gráfico vamos a ver cómo se comporta la temporada media y alta en diferentes localizaciones turísticas, ya sin entrar en el invierno. Incluso en este periodo de referencia se observa en las Rías Baixas, frente a las otras localizaciones turísticas una fuerte dependencia del mes de agosto y julio. En lo que respecta al destino gallego, el grado de ocupación hotelera en agosto fue de un 73,96% y fuera del verano bajó en mayo a un 44,30% en 2019. Estos datos contrastan con el 73,01% de ocupación de la costa de Guipúzcoa en mayo de 2019 o el 69,46% de la Costa del Sol (INE, 2019), por poner dos ejemplos de entre los seleccionados. Como se puede ver, la Comunidad del País Vasco, que ofrece una propuesta no focalizada en el sol y playa, trabaja fuera de temporada con una ocupación óptima a pesar de que climáticamente tenga unas condiciones incluso más inestables que las de Rías Baixas (también es cierto que su oferta hotelera es menor con lo cual es más fácil ocupar los hoteles). El dato de la Costa del Sol no viene más que a refrendar que la costa mediterránea española juega con cierta ventaja en el concepto del sol y playa. Se puede aportar como dato de relevancia el grado de estacionalidad por comunidades autónomas del que se ha dado cuenta al principio del capítulo.

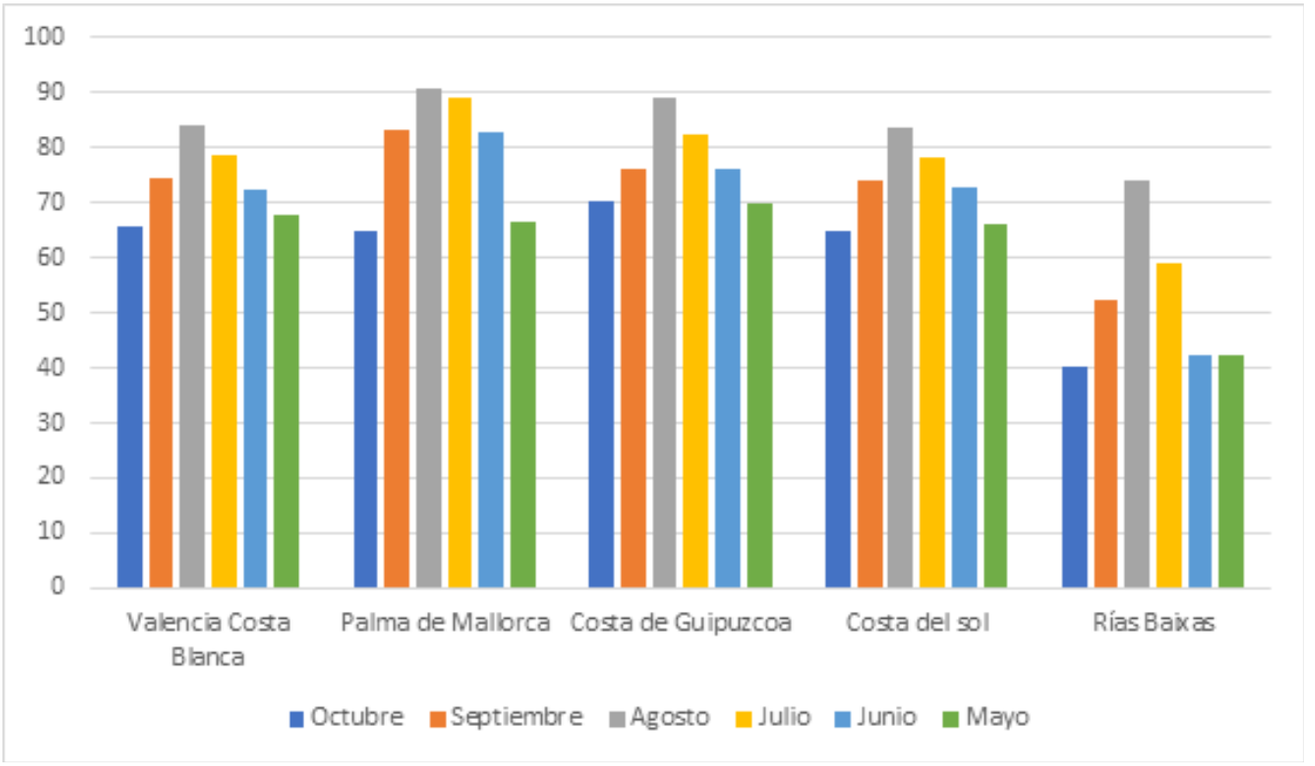


Figura 4. *Porcentaje de ocupación hotelera en Rías Baixas a lo largo de la temporada en comparación con otros destinos turísticos. Fuente INE (2019).*

Grado de estacionalidad en O Grove. Cambiando el foco hacia una escala más local, en el siguiente gráfico se observa una gran estacionalidad, especialmente en el caso de Sanxenxo, muy volcado en el producto de sol y playa, del que tampoco escapa O Grove. Al padecer la zona de este binomio; por un lado, un bajo volumen de turismo internacional que tiene un gran poder desestacionalizador y, por el otro, al contar con turismo nacional, muy volcado en las vacaciones veraniegas, el efecto es claro sobre los índices de ocupación y de visitantes a lo largo del año. Ya sin mencionar el invierno que son meses de muy baja ocupación. Meses como mayo u octubre, época de temporada media, también cuentan con índices muy bajos, acentuando la estacionalidad del destino.

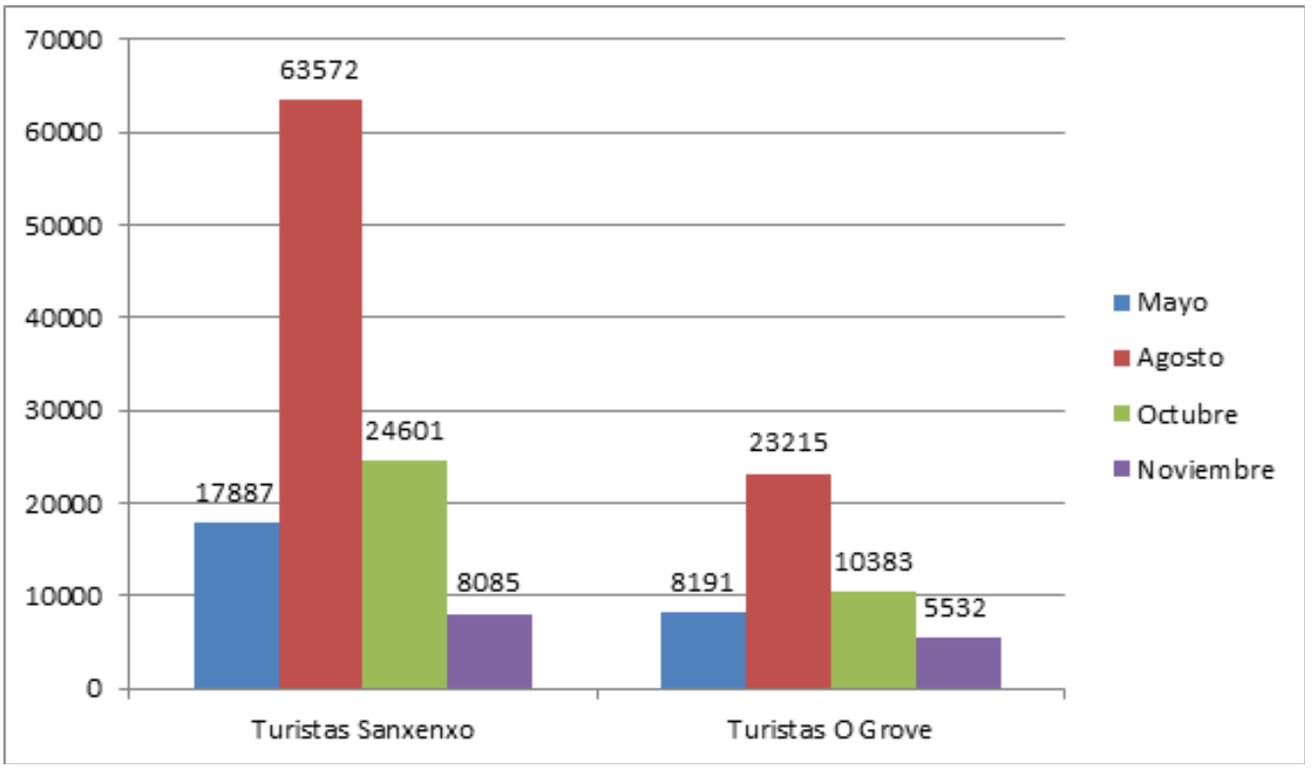


Figura 5. *Número de turistas alojados en hoteles en 2019 en Sanxenxo y O Grove en diferentes meses del año. Fuente: IGE (2019). Evolución del paro a lo largo del año en O Grove.*

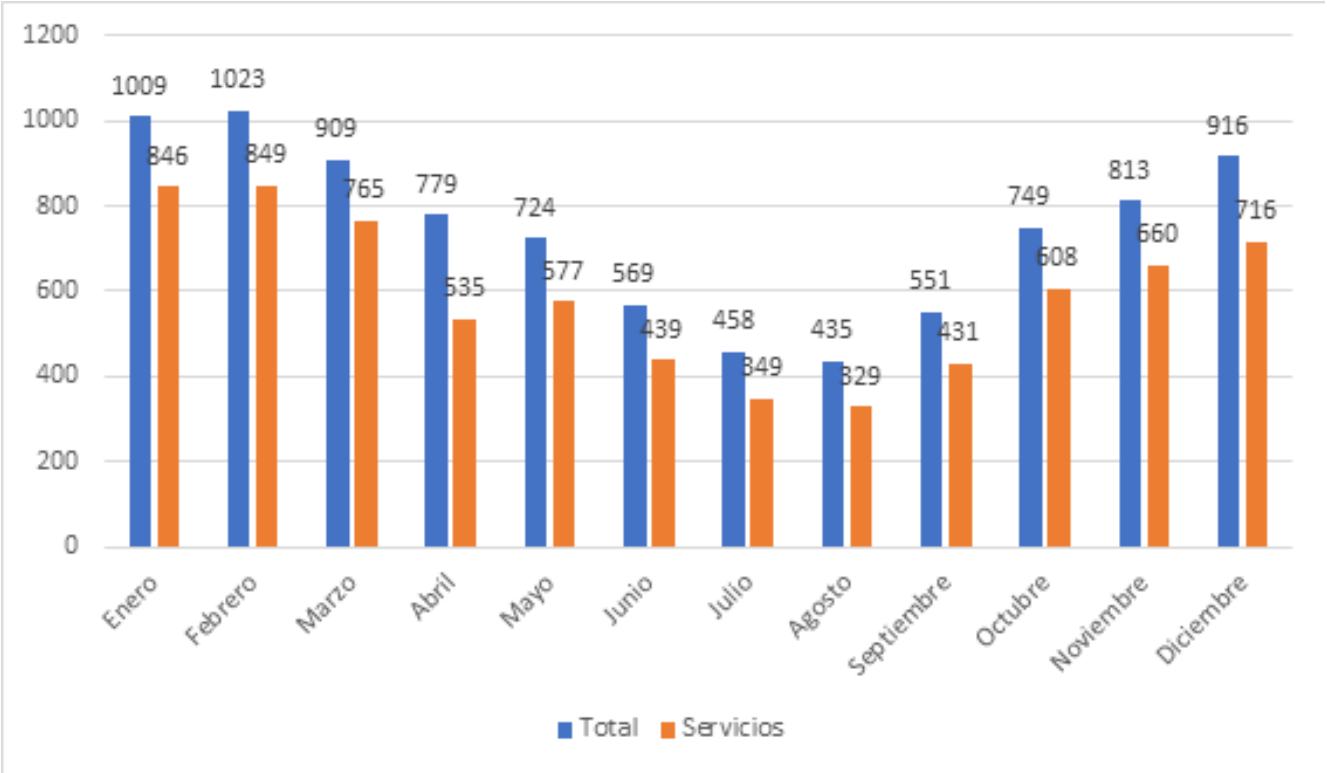


Figura 6. *Evolución del paro en O Grove 2019, en total y en el sector servicios. Fuente: IGE (2019).*

Si se analiza el caso particular de O Grove. Este gráfico pone de manifiesto el alto índice de temporalidad en el sector en el municipio, debido a la estacionalidad. Contando con una menor tasa de desempleo en los meses veraniegos, la mitad que en los invernales. Frente a la amplia oferta de trabajo que se produce en agosto, la actividad decae en todos los sentidos en invierno. Hay que añadir el hecho de tener en hostelería un alto volumen de autónomos que paran su actividad en invierno y que no aparecen en estas estadísticas, lo cual vendría a engrosar aún más el parón de actividad fuera de temporada. Según datos de la Oficina de Emprego de la Xunta de Galicia el paro en la comarca del Salnés es uno de los lugares donde más crece en invierno en Galicia, lo cual es normal si se considera que pasa de prácticamente el pleno empleo al cierre de la temporada.

Influencia del clima en los turistas que ya están en O Grove. Parece que enfocándose el destino al sol y playa, no es todo lo atractivo que sí es en otras comunidades. En cambio, si se pregunta a los turistas que ya están en O Grove en verano (un pequeño porcentaje, en comparación con el total que acaparan otros destinos del sur, con temporadas más largas), muchos de ellos no priorizan el tiempo, adquiriendo relevancia otros atributos que después se analizarán. En el trabajo de campo realizado con los visitantes, hemos detectado que existe una conciencia sobre la variabilidad del tiempo en Galicia, en O Grove, de tal manera que, siendo importante, hay otros elementos de atracción que suplen esas inseguridades vinculadas al verano de clima oceánico. Muchas de las personas encuestadas son conscientes del clima gallego y son los que optan en venir al destino a pesar de su peor atractivo climático. Ello da pie a reforzar por parte del planificador turístico la oferta en aquellos elementos que sí valoran los turistas, que a pesar de la menor garantía de buen tiempo, vienen igualmente a Rias Baixas.

Otros no son tan pacientes o imaginativos con la inestabilidad climatológica y optan por cancelar o dejar de reservar si la previsión meteorológica da lluvias o ausencia de tiempo soleado. Así es habitual que en situaciones climatológicas adversas se produzcan cancelaciones y el proceso de reservas se paralice, como dan cuenta los hoteleros consultados.

Cuando se les pregunta a los visitantes de O Grove qué influencia tiene el clima en sus vacaciones, las encuestas reflejan que el turista que ya está alojado en O Grove en verano

ya ha pasado el filtro de la inestabilidad climática y tiene una actitud más comprensiva con dicha inestabilidad meteorológica. Pero es cierto que estos turistas son los menos, comparado con el potencial que podría atraer el destino si se pusiesen en valor otros alicientes de los que dispone éste, especialmente en temporadas medias. Creemos que una puesta en valor de otros recursos podría ayudar a mejorar los números de las temporadas medias, más allá del verano. Existen segmentos de población que podrían moverse motivados por otros recursos, más allá del sol y playa. Este estudio en su parte final hará propuestas para que éstos resulten más atractivos y el destino O Grove pueda ampliar su oferta entorno a ellos.



Figura 7. *Grado de afectación del tiempo inestable en la actitud del turista.*
Fuente. Elaboración propia a partir de encuestas realizadas a los turistas (2020).

También hay una creencia arraigada entre los turistas de O Grove de que las Rías Baixas tienen un microclima en el norte. Así, de los consultados que visitaron por primera vez O Grove, los que si eran sabedores de este hecho doblaban a los que no lo conocían.

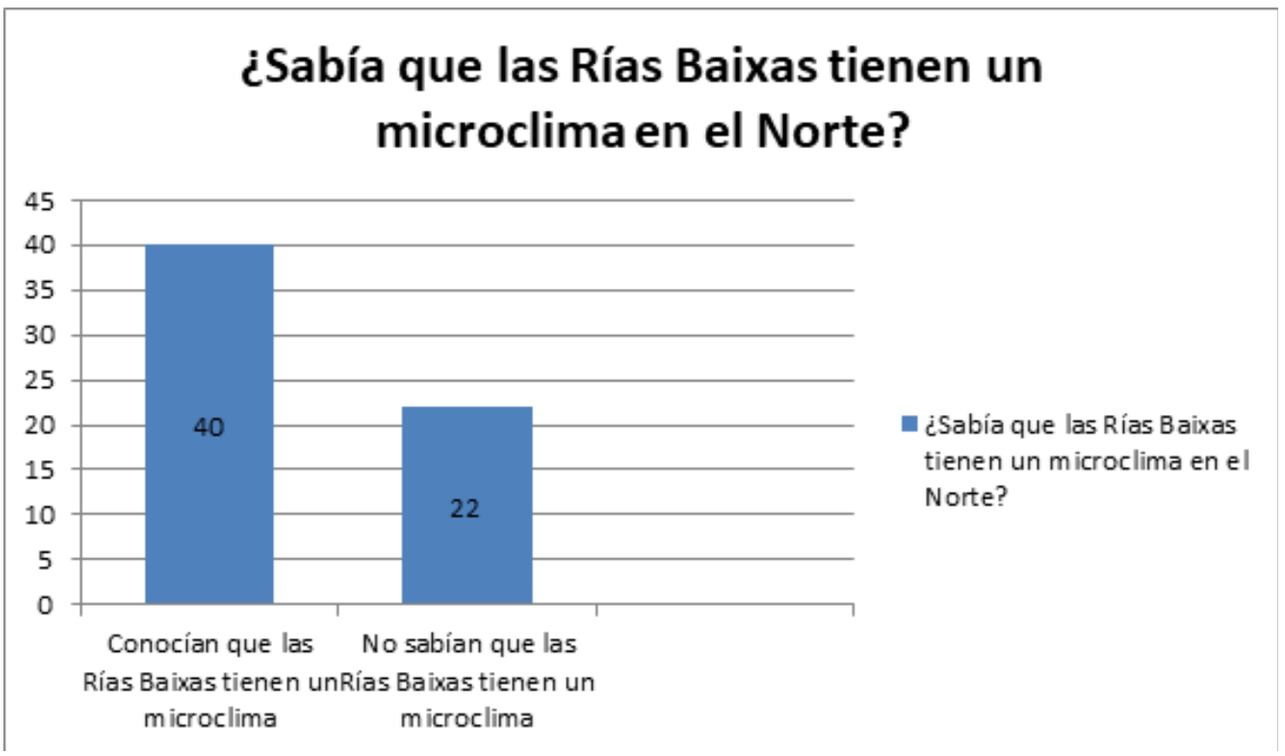


Figura 8. *Grado de conocimiento del "microclima" de las Rías Baixas.*
Fuente: elaboración propia a partir de encuestas realizadas a turistas en O Grove (2020).

Vista la aceptación por parte de una buena parte de los turistas de O Grove de su clima (una vez que ya se encuentran en destino), gracias a que disfrutan de otros alicientes además de la playa, ahora resta trasladar a los mercados emisores una serie de propuestas para que se mejore la afluencia del turismo y especialmente se consiga desestacionalizar la demanda pues de ello depende la robustez del sector, de la economía y condiciones laborales del entorno.

Principales motivaciones de los turistas de Galicia. Lo que más valoran los que visitan la Comunidad de Galicia son los paisajes y entorno natural puntuándolos con un 4,8 sobre un 5 de nota máxima, las playas un 4,75, la gastronomía con un 4,7%, el patrimonio histórico con un 4,53% y no queda mal valorado el clima con un 4,10 (Xunta, 2018). Es sintomático que una de las consideradas como grandes debilidades del sector que es su clima aparece valorado por quienes visitan Galicia con una nota cercana al sobresaliente. Ninguno de los recursos mencionados ha perdido aprecio a lo largo del tiempo, al contrario han mejorado sus puntuaciones ligeramente a lo largo de los años.

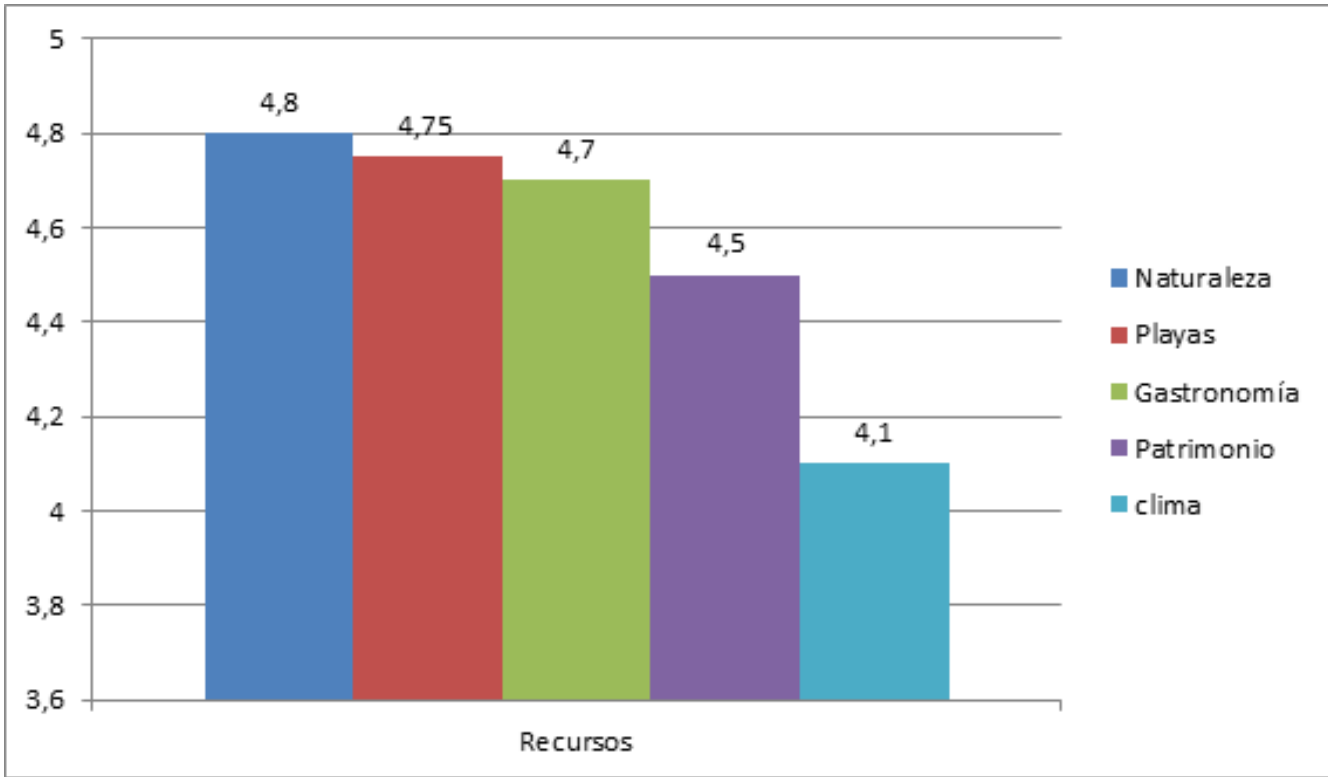


Figura 9. *Preferencia de recursos turísticos en Galicia.*
Fuente: Axencia Turismo de Galicia. Enquisa de ocupación en destino (2018).

El 97,3% repetiría su viaje y el 98,1 lo recomendaría a amigos, lo cual constituye una buena base y materia prima para poder ofertar con mayor fuerza si cabe el destino turístico.

El goce de la playa se ha disparado en 2017 como una de las actividades que realizan los turistas contando con un 40,3% frente al 28,8% del 2016 o 30,4% de 2015. El producto gastronómico es una actividad realizada por el 40,3%, un dato que ya se viene arrastrando de los tres años precedentes. También es constante la visita a monumentos con un 37,2%. Así como la visita a parque naturales con un 15,3%. De ello se deduce que una actividad muy ligada al verano como es el goce de la playa la realizan un importante número de turistas. Otras actividades más desestacionalizadoras como la gastronomía y la visita a museos también son realizadas por un importante número de viajeros.

Galicia sorprende positivamente a los turistas que la visitan ocupa el sexto puesto en el grado de satisfacción del turista como revela la estadística proporcionada por Exceltur.

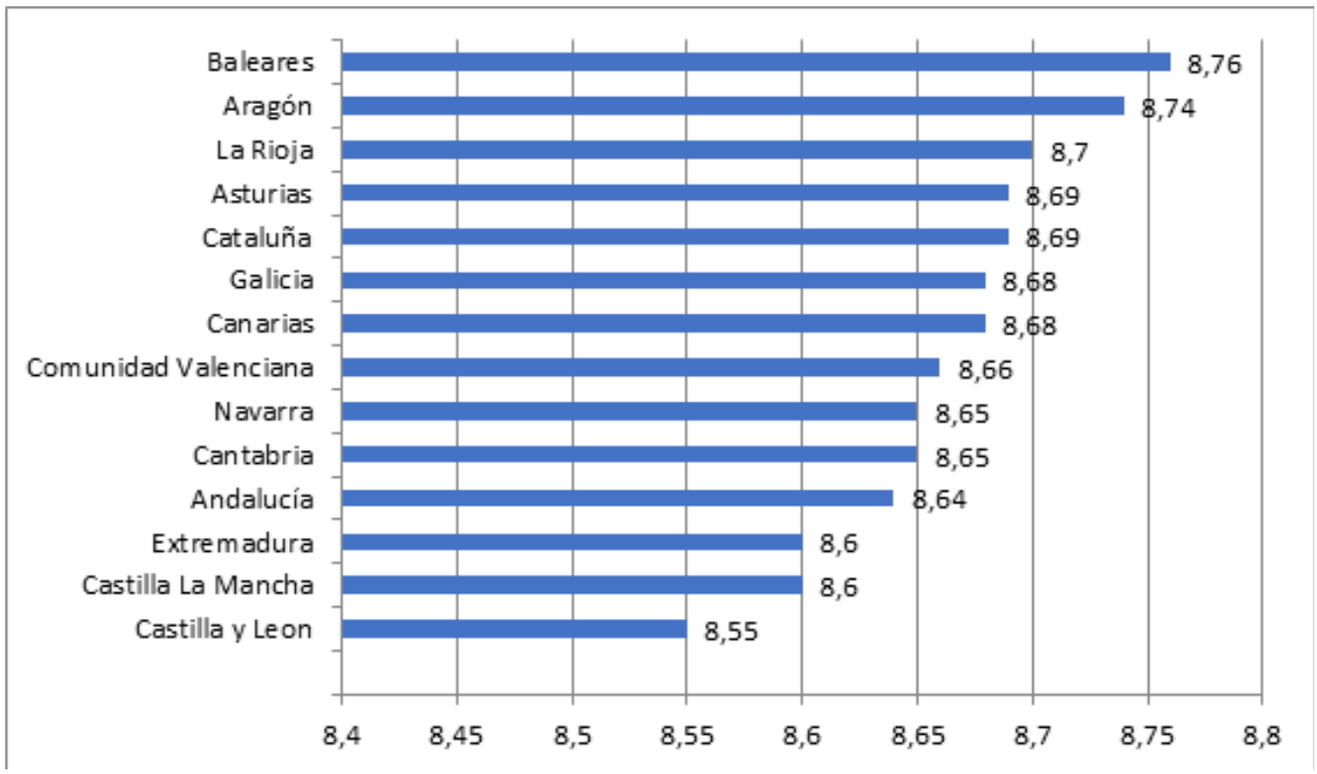


Figura 10. *Índice de satisfacción del turista por CCAA. Fuente Exceltur (2018).*

La posición de Galicia en el Ranking autonómico aparece como una ventaja competitiva de la misma, lo que nos anima a seguir profundizando en el estudio pues la Comunidad de Galicia se revela como un destino con gran atractivo una vez que se la conoce.

Principales motivaciones de los turistas de O Grove. Los datos que arroja nuestro trabajo de campo nos dicen que la playa sigue siendo una de las principales motivaciones del turista en O Grove, con un 22% de encuestados que lo encuentran como la principal motivación de su viaje. Pero este recurso no monopoliza las preferencias del turista del municipio. Para fortuna de O Grove esta preferencia se reparte a partes iguales con la naturaleza y paisaje, por un lado, y la gastronomía, por otro. Es importante que en el imaginario del turista transcienda que el destino tiene otros atributos más allá del sol y playa.

A continuación vamos a hacer una descripción de los principales resultados obtenidos del trabajo de campo y empezaremos por un dato que nos parece relevante, la atracción que sienten quienes visitan O Grove por sus recursos naturales, que van a la par con recursos muy potentes como son las playas y la gastronomía.

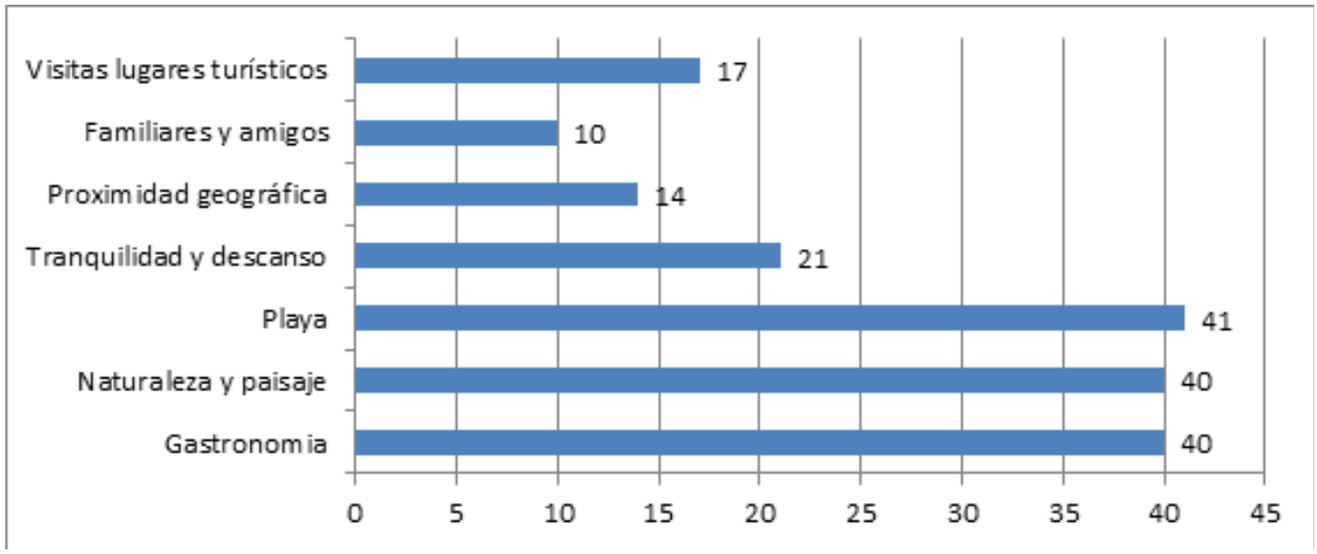


Figura 11. *Opción que más atrae al turista de O Grove. Fuente: Elaboración propia a partir de encuestas a turistas (2020).*

Posición de O Grove en el ámbito gastronómico y natural. En O Grove hay una amplia cantidad y representación del servicio de restauración, la mayor parte de ellos se concentran en la fachada marítima del casco urbano y en sus callejuelas adyacentes.

Pero también se está observando una ampliación de la oferta gastronómica en el litoral de San Vicente como se indica en la tabla más abajo.

En una concepción amplia el turismo gastronómico tiene en cuenta a todos aquellos que eligen el destino por otras motivaciones, pero que parcialmente también contempla el propósito de probar la cocina del lugar, (Organización mundial del Turismo OMT, 2019). Si además se tienen en cuenta a los clientes que van específicamente a un destino para probar un restaurante particular, como es el caso de los estrella Michelín, por poner un ejemplo (Batat, 2019), entenderemos que a la luz del amplio número de restaurantes de la localidad muchos sean turistas gastronómicos. Son noventa y tres establecimientos de comidas en total, entre restaurantes, tabernas y chiringuitos. De acuerdo con López Guzmán et al (2011) la localidad cumple ya de inicio con uno de los requisitos para ser considerado destino gastronómico, cual tener un número apreciable de establecimientos. Además, según la consultora Dinamiza, es la segunda localidad, capitales de provincia a parte, con mayor reconocimiento gastronómico en España.

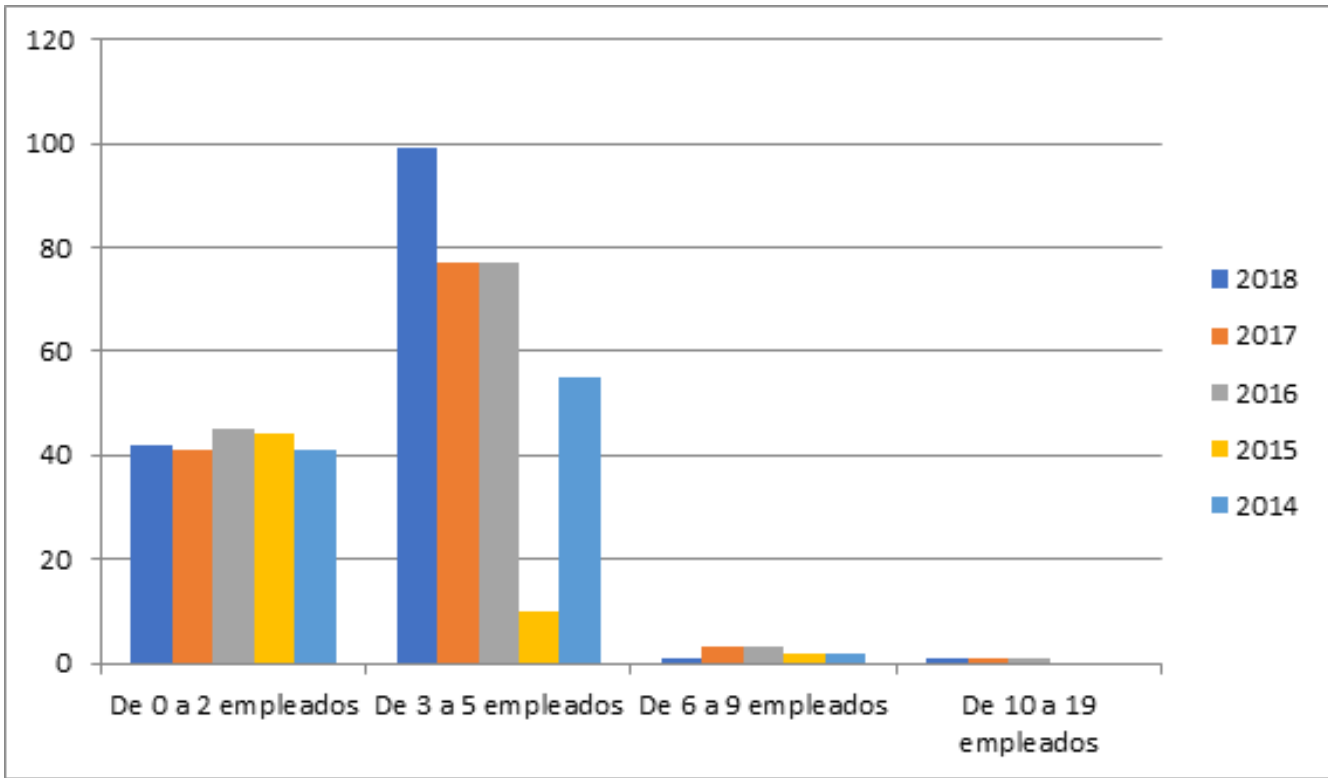


Figura 12. *Número de establecimientos de restauración en O Grove por número de empleados. Fuente IGE (2018).*

Ello da muestra de la importante especialización de la localidad en el subsector restaurador, contando con una media muy alta de restaurante por habitante, máxime si a ello le sumásemos los bares y cafeterías que dan buena muestra del sector servicios Como ejemplo de esta especialización es el dato que el ayuntamiento de O Grove dobla a la media estatal en número de bares por mil habitantes y supera incluso a Sanxenxo con 4,93 establecimientos por mil habitantes frente a los 2,8 locales en España, lo 2,7 en Comunidad de Galicia y los 4,33 de Sanxenxo (Federación de Hotelería de España, 2008). Su Festa del Marisco atrae miles de visitantes a mediados de Octubre y está considerada una de las fiestas gastronómicas más importes del panorama nacional.

En lo que respecta a los recursos medioambientales con los que cuenta O Grove. El espacio protegido de O Grove es el Complejo Intermareal Umia – O Grove, A Lanzada, Punta Carreirón y Lagoa A Bodeira. La fecha de Declaración fue el 7 de Junio de 2004 por el De-

creto 110/2004, de 27 de mayo. La superficie es 2.813 ha y abarca a los ayuntamientos de Sanxenxo, O Grove, Meaño, Cambados y la Illa de Arousa. Su situación es la zona sur de la Ría de Arousa, al Noroeste de la provincia de Pontevedra y las localidades de referencia son Cambados, O Grove, Illa de Arousa, Meaño, Ribadumia y Sanxenxo. Además, la península de O Grove cuenta con una parte del litoral dentro de la Red Natura 2000, disponiendo de infraestructuras estrella en el turismo de naturaleza: miradores, especialmente el de A Siradella, rutas de senderismo y observatorios ornitológicos (Estrategia 2020, Xunta de Galicia).

Conclusiones

Se ha podido apreciar en este estudio la clara dependencia que el destino Rías Baixas tiene del producto de sol y playa y que lleva a concentrar la alta demanda en el verano, dejando para el resto de los meses de la temporada media una baja ocupación comparado con los destinos mediterráneos o con los del norte que no basan su oferta preponderante en el sol y playa. Este hecho tiene unas consecuencias perniciosas en la rentabilidad de los hoteles y en el mercado laboral, entre otras. Parece necesario que el destino se fortalezca con recursos que ya están atrayendo visitantes y pasen a ser bandera de la oferta turística del litoral gallego.

Como se ha indicado desde el comienzo del estudio, la estacionalidad es uno de los efectos que padece la Comunidad de Galicia por el mimetismo de la oferta de sol y playa. Este producto, si bien exitoso en destinos del sur peninsular, no parece que deba ser el centro de la oferta gallega, en especial en la oferta litoral objeto de estudio. La Comunidad de Galicia no puede estar justificándose cada día que llueve, o pergeñando una defensa con la explicación del microclima de las Rías Baixas. Es evidente que en la comunidad gallega llueve pero que también tiene un clima templado y que gracias a su clima tiene unos recursos con gran potencial turístico que deben ser puestos en valor. Incluso las playas, que son también grandes atractivos, se pueden beneficiar, de alguna forma, de este clima, si se redefine qué ha de entenderse por destino Rías Baixas.

Como se puede observar el clima condiciona la afluencia turística, al igual que los ritmos laborales y escolares muy acomodados a las vacaciones principales (estivales). Así, el mes de tiempo caluroso, medio asegurado (julio y agosto), la ocupación es más alta; fuera de ese periodo la ocupación baja drásticamente a diferencia de los destinos de sol y playa, ya mencionados, cuya ocupación se alarga a lo largo de la temporada con la atracción de segmentos de mercado menos condicionados por el calendario laboral y escolar.

De los datos analizados podemos constatar que es un hecho que, en gran medida, el turista del destino ya es conocedor de su clima y que cuenta con amplia o "resignada para algunos" aceptación, pero también es cierto que este volumen de turismo es menor del que pudiera ser si los elementos de atracción al destino fueran otros más allá de la estabilidad climática. Existen nichos de turistas movidos por la naturaleza y la gastronomía donde el destino tiene que hacer un trabajo de puesta en valor y difusión de la importancia de estos recursos. Con ello se puede llegar a aumentar la temporada y a hacer más fuerte el destino, con independencia de si se produce un día de lluvia. Todo ello desde un punto de vista de sostenibilidad social y económico que no se olvide de la necesaria diversificación de la economía local y que haga compatibles los usos urbanos y turísticos con el espacio protegido de acuerdo con lo que señala Gil de Arriba (2019) y los informes y análisis oficiales Informe Brudtland (1989) e Instituto de Estudios del Territorio (Xunta de Galicia).

De los datos analizados, se observa que los recursos que atraen a los turistas del litoral, más allá de la playa, son la naturaleza y la gastronomía. Estos recursos son menos dependientes de la necesidad de tiempo caluroso. Se pueden practicar a lo largo del año y constituyen alicientes de auténtica actualidad internacional. Así mismo, entroncan con la nueva era de la sostenibilidad en la que nos estamos introduciendo. Creemos que Rías Baixas y O Grove pueden ser bandera de estos recursos, pues los poseen en abundancia y calidad y son de

gran aceptación por parte de quienes visitan el destino. Creemos que este estudio puede servir para orientar al planificador turístico a la hora de priorizar sus acciones estratégicas y de desarrollo.

Bibliografía.

BATAT, Widet. The role of luxury gastronomy in culinary tourism: An ethnographic study of Michelin-Starred restaurants in France. Int J Tourism Res. 1–14, 2020.

BONIFACE, Priscilla. Tasting Tourism: Traveling for Food and Drink. Burlington, VT: Ashgate Publishing, 2003.

CROUCH, Geoffrey; RITCHIE, J. R. Brent. Tourism, competitiveness, and societal prosperity. Journal of Business Research, 44, 137-152, 1999.

DENCKER, Ada de F. M. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. Futura, São Paulo, 1988.

DINAMIZA ASESORES 2017. II Estudio de la Demanda Turística. Disponible en: https://dinamizaasesores.es/turismo/turismo-gastronomico/ii-estudio-la-demanda-turismo-gastronomico-espana/

DONAIRE, Jose Antonio. Ecoturisme en zones de muntanya. IV Congrés International del Medi Ambient d'Andorra. Andorra, Centre de Biodiversitat. Institut d'Estudis Andorrans, p. 8, 2002.

DU RAND, Gerrie; HEATH, Ernie; ALBEERTS, NIC. The Role of Local and Regional Food in Destination Marketing. Journal of Travel & Tourism Marketing, 14 (3-4), 97-112, 2003.

ESPAÑA. Estrategia 2020 de turismo de Galicia. (Xunta de Galicia). Disponible en: https://www.turismo.gal/canle-institucional/turismo-de-galicia/a-axencia/estratexia-do-turismo-de-galicia-2020?langId=es_ES

ESPAÑA. Instituto de Estudos do Territorio. Xunta de Galicia. Disponble en: https://cmatv.xunta.gal/organizacion/c/CMAOT_Instituto_Estudos_Territorio

ESPAÑA. Ministerio de Industria, Turismo y Comercio. Gobierno de España (2007). Plan del turismo español Horizonte 2020. Tourspain. Disponible en: https://www.tourspain.es/es-es/Conozcanos/Documents/HistoricoPoliticaTuristica/PlanTurismoEspanolHorizonte2020.pdf

ESPAÑA. Ministerio para la transición ecológica y el reto demográfico (2011). Plan Sectorial de Turismo de Naturaleza y Biodiversidad 2014-2020. Disponible en: https://www.miteco.gob.es/es/biodiversidad/temas/conservacion-de-la-biodiversidad/conservacion-de-la-biodiversidad-en-espana/cb_esp_plan_sect_turismo_nza_y_biodiversidad.aspx

ESPAÑA. Real Decreto 416/2014, de 6 de junio, por el que se aprueba el Plan sectorial de turismo de naturaleza y biodiversidad 2014-2020. Boletín Oficial del Estado núm. 147, de 18 de junio de 2014, pp. 46026-46048.

ESPAÑA 2019. Secretaría de Estado de Turismo. Ministerio de Industria, Comercio y Turismo. Directrices Generales de la Estrategia de Turismo Sostenible de España 2030. Disponible en:

https://turismo.gob.es/es-es/estrategia-turismo-sostenible/Documents/directrices-estrategia-turismo-sostenible.pdf

EXCELTUR. Impactos derivados del exponencial crecimiento de los alojamientos turísticos en viviendas de alquiler en España, impulsado por los modelos y plataformas de comercialización P2P, 2015. Disponible en: https://www.exceltur.org/wp-content/uploads/2015/06/Alojamiento-tur%C3%ADstico-en-viviendas-de-alquiler-Impactos-y-retos-asociados.-Presentaci%C3%B3n.-Exceltur.pdf

GIL DE ARRIBA, Carmen. Del turismo inmobiliario al turismo de naturaleza ¿cambio de modelo o cambio de discurso? el caso de Noja, un municipio en la costa cantábrica. Cuadernos de Turismo. nº 43, pp. 301-324. Universidad de Murcia. ISSN: 1139-7861. eISSN: 1989-4635, 2019.

KIVELA, Jaksa; CROTTS, John. Tourism and gastronomy: gastronomy´s influence on how tourists experience a destination. Journal of Hospitality & Tourism Research, nº 3, 354-377, 2006.

LÓPEZ-GUZMÁN, Tomás; JESUS, María Margarida. Turismo, Cultura y Gastronomía. Una aproximación a las rutas culinarias. Tourism & Management Studies, vol. 1, pp. 929-922 Universidade do Algarve Faro, Portugal, 2011.

LUQUE, Ana .María. La evaluación del medio para la práctica de actividades turístico-deportivas en la naturaleza. Cuadernos de Turismo, nº 12, pp. 131-149, 2003.

MAK, ATHENA H.N; LUMBERS, MARGARET; EVES, ANITA. Globalisation and Food consumption in tourism. Annals of Tourism Research. Volume 39, Issue 1. Pp 171-196. 2012

MUÑOZ, Juan Carlos. El turismo en los espacios protegidos españoles, algo más que una moda reciente. Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles, nº 46, pp. 291-304, 2008.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO (OMT) (2001). Código Ético Mundial para el Turismo. Por un Turismo responsable. Naciones Unidas Disponible en: http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/ docpdf/gcetbrochureglobalcodees.pdf

ORGANIZACIÓN NACIONES UNIDAS (ONU) (1987). Comisión Mundial del Medio Ambiente y del Desarrollo y Brundtland. Nuestro Futuro Común. Disponible en: https://es.scribd.com/doc/105305734/ONU-Informe-Brundtland-Ago-1987-Informe-de-la-Comision-Mundial-sobre-Medio-Ambiente-y-Desarrollo

Revista da ANPEGE. v. 17. nº. 34, p. 71 - 86, ANO 2021. e-ISSN: 1679-768X
https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege. // DOI 10.5418/ra2021.v17i34.11623

TEMAS E PARADIGMAS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA: contribuições do debate paradigmático aos estudos agrários

THEMES AND PARADIGMS OF BRAZILIAN AGRARIAN GEOGRAPHY: contributions from the paradigmatic debate to agrarian studies

TEMAS Y PARADIGMAS DE LA GEOGRAFÍA AGRARIA BRASILEÑA: aportes del debate paradigmático a los estudios agrarios

Esse texto apresenta os resultados obtidos nas pesquisas “Temas e paradigmas da Geografia Agrária brasileira: tendências e perspectivas”. Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES No 22/2014 – Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas. Processo No 471952/2014-1; “Geografia Agrária do Estado de Minas Gerais: análise dos temas e paradigmas”. FAPEMIG. Demanda Universal/2015 - APQ 03124-15.

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

RESUMO

O presente trabalho faz uma reflexão sobre os temas e paradigmas da Geografia Agrária brasileira. A leitura foi ancorada no *debate paradigmático*, uma proposta de análise dos estudos geográficos que dá ênfase às posturas político-ideológicas. Foi realizado um amplo levantamento, sistematização e análise dos anais e trabalhos do ENGA e SINGA no período de 2002-2015, reunindo 5.239 trabalhos completos. Com 944 trabalhos, *Luta pela terra, movimentos sociais e reforma agrária* é a temática de grande expoência da Geografia Agrária. Indica que os estudos críticos, pautados no PQA e balisados na perspectiva de superação ao capitalismo, alcançaram notoriedade nesse início de século. São estudos que se direcionam ao entendimento da luta, do enfrentamento, da resistência e superação, e traduzem a construção de uma Geografia plural, marcada pela diversidade e pela diferencialidade temática e paradigmática.

Palavras-chave: Temas; Paradigmas; Debate paradigmático; Geografia Agrária.

ABSTRACT

The present work reflects on the themes and paradigms of Brazilian Agrarian Geography. The reading was anchored in the paradigmatic debate, a proposal for analyzing geographic studies that emphasizes ideological and political positions. An extensive survey, systematization and analysis of the annals and works of ENGA and SINGA was carried out in the period 2002-2015, bringing together 5,239 completed works. With 944 works, *Fight for land, social movements and agrarian reform* is the theme of great exponent of Agrarian Geography. It indicates that critical studies, based on the PQA and based on the perspective of overcoming capitalism, achieved notoriety at the beginning of this century. These studies are aimed at understanding the struggle, facing, resistance and overcoming, and translate the construction of a plural Geography, marked by diversity and thematic and paradigmatic differential.

Keywords: Themes; Paradigms; Paradigmatic debate; Agrarian Geography.

RESUMEN

El presente trabajo reflexiona sobre los temas y paradigmas de la Geografía Agraria brasileña. La lectura se basó en el debate paradigmático, una propuesta para analizar estudios geográficos que enfatiza las posiciones ideológicas y políticas. En el período 2002-2015 se llevó a cabo una extensa encuesta, sistematización y análisis de los anales y trabajos de ENGA y SINGA, que reunió a 5.239 trabajos terminados. Con 944 obras, la *Lucha por la tierra, los movimientos sociales y la reforma agraria* es el tema de gran exponencia de la geografía agraria. Indica que los estudios críticos, basados en el PQA y en la perspectiva de superar el capitalismo, alcanzaron notoriedad a principios de este siglo. Estos estudios tienen como objetivo comprender la lucha, el enfrentamiento, la resistencia y la superación, y traducir la construcción de una Geografía plural, marcada por la diversidad y el diferencial temático y paradigmático.

Palabras clave: Temas; Paradigmas Debate paradigmático; Geografía Agraria.

Debate paradigmático e Geografia Agrária: propondo e (des)construindo leituras

As transformações engendradas pela expansão do capitalismo no campo avançam de forma avassaladora e predatória neste início de século, expropriando, explorando e subalternizando camponeses, indígenas e quilombolas, e ampliando o processo histórico de acumulação primitiva do capital, também denominado de "acumulação por espoliação" (HARVEY, 2003). Uma das artimanhas para o alargamento desse processo é via territorialização do agronegócio, que impulsionado pela política neoliberal dos anos 1990 no Brasil, articula-se à mundialização do capital monopolista e financeirizado. Fundado na produção agroexportadora e na abertura de divisas e mercados, o agronegócio se consolida como a nova economia política agrária (DELGADO, 2012).

A vertigem da lucratividade, geração de riqueza e tecnologia se impõem ao imaginário societário sobre o agronegócio. Evoca-se o discurso da produtividade com o bordão midático "Agro é tech, agro é pop, agro é tudo". Ou "[...] território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado" (FERNANDES, 2005, P. 38). É considerado, por muitos, como a única forma de desenvolvimento para a agricultura, limitando qualquer análise da conflitualidade entre sujeitos e territórios (FERNANDES, 2005). Entretanto, essa é apenas uma visão de mundo, em que a lógica do capital prevalece sobre o campo. Há, pelo menos, uma outra, que parte do pressuposto que o desenvolvimento do capitalismo no campo é desigual e contraditório (OLIVEIRA, 1999). Isso quer dizer que, mesmo diante da intensa territorialização do agronegócio, combina-se a (re)produção do campesinato, dos povos originários e tradicionais. A luta pela terra e a política de reforma agrária revelam esse movimento, estratégias e ações que questionam o desenvolvimento desigual do capital no campo. Os expropriados ocupam a terra como forma de reproduzir o trabalho familiar. A luta pela terra é considerada uma luta constante contra o capital e a exploração dos povos do campo e das florestas (FERNANDES, 2001).

Na verdade, essas são apenas duas visões de mundo dentre inúmeras outras que pesquisadores e estudiosos podem elaborar e compartilhar diante da complexa trama de relações que tecem e entrecruzam o campo brasileiro. Por isso, para refletir sobre a Geografia Agrária é necessário que sejam demandados esforços que capturem objetos, linhas, temas e paradigmas de pesquisa, correntes teóricas, escolas geográficas, métodos e metodologias que realcem as posturas políticas e ideológicas. Urge uma leitura que faça uma análise comprometida, engajada e que seja concebida diante da dimensão social que toda pesquisa abrange. É preciso "florescer" o sentido ideológico que as pesquisas emanam, desvendando que Geografia fazemos neste início de século. De certa forma, é dar continuidade as caminhos indicados no fim do século XX por Lacoste (1988), em que o processo científico deve ser encarado nas suas relações com as ideologias e formas de poder.

Para tanto, no intuito de contribuir com a história do pensamento geográfico e descortinar suas tendências e perspectivas, este artigo identificou e analisou os temas e paradigmas da Geografia Agrária brasileira. Foi proposta uma leitura da Geografia Agrária através do *debate paradigmático*, uma abordagem que procura dar ênfase às posturas ideológicas e políticas na análise do conhecimento geográfico agrário. No caso da Geografia Agrária, o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA) expressam diferentes visões de mundo e figuraram como aportes da nossa análise.

O objetivo não é defender uma simplória classificação dual e impositiva do pensamento geográfico, mas promover um exercício reflexivo à luz da teoria marxista. A questão não é enquadrar trabalhos e estudiosos em paradigmas, mas compreender a produção científica a partir da luta de classes e que, em alguns momentos, se inclinam ao enfrentamento, superação e resistência às relações capitalistas e, em outros, às possibilidades de desenvolvimento, adaptação e integração no interior do capitalismo. Aos que inisistem nessa discussão, parece que o debate paradigmático é ameaçador à posturas colonialistas de centros tradicionais de produção e difusão do conhecimento, os quais não intentam dialogar, mas monopolizar toda e qualquer tentativa que advenha das "periferias acadêmicas".

Para revelar os temas e paradigmas da Geografia Agrária brasileira deste início do século XXI, optou-se por pesquisar os dois mais importantes eventos científicos da Geografia Agrária: o Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA) e o Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA). São nos eventos científicos, espaços interativos e coletivos nos quais os geógrafos(as) defendem diferentes propostas, que o debate paradigmático pode ser apreendido. Foi realizado um exaustivo levantamento, sistematização e análise dos anais e trabalhos do ENGA e SINGA no período de 2002-2015 para todas as edições destes dois eventos. Foram organizados 14 anais, registrados 5.239 trabalhos completos, além de organizada uma planilha com 15 tipos de informações sobre os trabalhos e autores(as).

Além dessa parte introdutória e das considerações finais, o texto está organizado em duas secções centrais: a primeira apresenta o debate paradigmático para a Geografia Agrária. Discutiu-se o conceito de paradigma, suas propriedades estruturais, suas dimensões e o PCA e PQA. A segunda versa sobre os temas e paradigmas da Geografia Agrária, evidenciando a pluralidade dos estudos agrários, a diversidade temática e a diferencialidade paradigmática do pensamento geográfico. Foi demonstrado desde a permanência de temas que emergiram, sobretudo no final da década de 1990, até o surgimento de novas temáticas e tendências. *Luta pela terra, movimentos sociais e reforma agrária* destaca-se como a temática mais estudada pela Geografia Agrária brasileira, o que exalta o avanço dos estudos críticos e a importância de reflexões que compreenderam o desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no campo e a (re)criação do campesinato. São estudos que se direcionaram para o entendimento da luta, enfrentamento, resistência e superação. Revelou-se uma *Geografia de Lutas e Resistências*, ampla, plural e que, em sua essência, está comprometida com as questões sociais do campo.

Paradigma como abordagem geográfica: desconstruindo sua gênese

Considera-se importante tecer algumas considerações sobre o debate paradigmático como leitura interpretativa dos estudos agrários geográficos. Embora compareça em inúmeros trabalhos, especialmente na tese de Campos (2012), tal debate ainda carrega muitos rancores, preconceitos e "ruídos" que tentam desqualificar o paradigma como conceito analítico no interior do pensamento geográfico. Por isso, nessa secção, damos continuidade à esse exercício reflexivo, de modo a compreender melhor os sentidos da abordagem paradigmática junto à Geografia.

Historicamente, o conceito de paradigma transformou-se numa panacéia, de uso indiscriminado. O conceito foi amplificado à várias situações cotidianas pelo senso comum. Um exemplo são as leituras corporativistas e empresariais que, majoritariamente, propagam a ideia de paradigma como visão de mundo que deve ser radicalmente transformada. Defendem que o mercado precisa de profissionais dispostos a rever e repensar seus paradigmas na busca por uma nova concepção, introduzindo novas alternativas para otimizar os ritmos de produção e elevar o capital das empresas.

No dicionário Aurélio da Língua Portuguesa paradigma possui três significados: 1 - "algo que serve de exemplo geral ou de modelo; 2 - conjunto das formas que servem de modelo de derivação ou de flexão; 3 - conjunto dos termos ou elementos que podem ocorrer na mesma posição, ou contexto de uma estrutura". Esses significados advêm de reflexões sobre a concepção clássica do conceito. Tal concepção originou-se a partir de Platão, com a Teoria das Ideias, em alusão à diferentes modelos e exemplos das formas e ideias (JAPIASSU; MARCONDES, 1993).

Os significados presentes na linha corporativista, ou na língua portuguesa, ilustram a inflação do conceito ao longo dos anos, ilimitado à distintos usos e aplicações. Na Geografia não foi diferente, mas assim como em outros campos disciplinares, foi basilado por uma concepção contemporânea, empregado por inúmeros geógrafos - incluindo a geografia física e a própria história da Geografia (VITTE, 2009). Essa concepção, em parte, é fruto da

retomada do conceito, em 1960, por Thomas Samuel Kuhn em *A Estrutura das Revoluções Científicas*, cuja primeira edição foi publicada em 1962. Kuhn delineou uma linha de interpretação social sobre a ciência, com a introdução de uma proposta para o tratamento do desenvolvimento da atividade científica. Na Geografia, mesmo sendo utilizado em diversos trabalhos, poucos foram os que se dedicaram à verticalização da análise conceitual, sendo esta vaga e imprecisa, associada à linhas, vertentes e correntes teórico-metodológicas.

Géografos como Vitte (2009), Sposito (2001), Berry (1978), Monteiro (1978), Fernandes (2005), Cidade (2001), Ferreira (1998; 2002) e Gusmão (1978) dedicaram-se, de diferentes maneiras, a discutir os paradigmas na Geografia. Trataram especificamente do conceito, porém, outros tantos estudiosos também analisaram o conhecimento geográfico sem denominá-lo como tal, entendendo o paradigma como sinônimo de vertente e/ou corrente teórico-metodológica. Mesmo com diferentes perspectivas, em todas as referências até aqui elencadas, o conceito de paradigma foi associado às diferentes visões de mundo que a Geografia abrigou historicamente. A abordagem paradigmática possibilita uma "ampla revisão sobre as estruturas conceituais da geografia e delimita claramente as influências em sua formação" (VITTE, 2009, p. 100).

Concordamos com Vitte (2009) que o conceito de paradigma de Kuhn, entendido como noção pelo autor, não pode ser alinhado à um método de investigação. Para Vitte (2009), a contribuição de Kuhn deve ser vinculada a sociologia da ciência, no entanto, consideramos fundamental avançar nessa proposição e repensar os usos e abusos do conceito na Geografia, avaliando suas contribuições e limites (CAMPOS; FERNANDES, 2011). Foi o que tentamos iniciar em Campos (2012), que através da adoção do método dialético, buscou pelo movimento de superação do conceito, sem negar suas origens. A proposta de Kuhn é referência e ponto de partida para inúmeros campos do conhecimento, entretanto, no que concerne aos estudos geográficos, há limites teóricos que não podem ser ignorados e/ou negados, mas sim superados.

Lefebvre (1983) ensina que para desenvolver o método dialético é necessário ultrapassar conteúdos, porém, também, é preciso reconhecer e valorizar o quê já foi construído, pois é só a partir dos elementos do passado que a superação torna-se possível. Por intermédio desse método, entende-se que mesmo diante dos entraves e limites conceituais do conceito, Kuhn iluminou o pensamento científico ao incursar sua discussão para a dimensão social do conhecimento, em que o compartilhamento, o direcionamento, a orientação, a seleção e a coesão do pensamento são *propriedades estruturais* de um paradigma (CAMPOS, 2012).

Assim, recorremos ao conceito tendo em vista esssas *propriedades estruturais*, elementos consistentes para o estabelecimento de um diálogo junto à Geografia (CAMPOS, 2012). Os paradigmas são pensamentos socializados e/ou compartilhados por estudiosos que se esforçam para construir interpretações e visões de mundo dos temas pesquisados (CAMPOS, 2012). Isso quer dizer que, para um paradigma existir, ele deve ser aceito por uma comunidade científica. Aqui reside a abordadem sociológica do conceito de Kuhn citada por Vitte (2009), em que a atividade científica, desde a sua gênese, foi e é compartilhada por pesquisadores, condição estrutural para a emergência e consolidação de um paradigma. Um paradigma, distinto da teoria, ou do método, é constituído por um conjunto de conhecimentos organizados e consolidados, expressos por leis, teorias, métodos, aplicações e metodologias que são socializados por uma comunidade de pesquisadores. É esse conjunto complexo de elementos que conformam os paradigmas e denotam uma visão de mundo sobre a realidade (KUHN, 2007).

Com isso, além dessas propriedades, os paradigmas possuem um conjunto de *dimensões paradigmáticas* – teorias, métodos, conceitos, ideologias e intencionalidades – que possibilitam uma leitura crítica do pensamento construído no interior da Geografia (CAMPOS, 2012). No caso da Geografia Agrária, os paradigmas representam (não determinam) interesses, ideologias, desejos e determinações da realidade, os quais variam de acordo com as pretensões e a correlação de forças das classes sociais. Por intermédio do recurso paradigmático, é possível compreender como os intelectuais interpretam o campo e procuram explicá-las.

Eles selecionam um conjunto de elementos, componentes, variáveis, recursos, indicadores, dados e informações, de acordo com suas perspectivas e suas histórias, definindo politicamente os resultados que querem demonstrar (FERNANDES, 2013).

A atividade científica, organizada e construída por sujeitos sociais, não é neutra (MORIN, 2008), tampouco a Geografia (LACOSTE, 1988) e os paradigmas (CAMPOS, 2012). Este é um debate superado nas Ciências Humanas e Sociais, consenso na maioria das disciplinas que compõe essas áreas. Todavia, em meio à instabilidade política posterior ao golpe de 2016 acometido contra a presidenta Dilma Rousseff, é imprescindível o retorno do debate sobre a neutralidade científica, sobretudo num contexto em que a insana *Escola Sem Partido* ganhou força no Brasil. Essa situação acirrou-se em 2019, momento em que se intensificaram os ataques às universidades públicas. Dissemina-se que o espaço acadêmico seja um "antro" de contaminação ideológica e política, amparado num discurso que busca legitimar cortes no orçamento público destinado ao Ensino Superior e "calar" a modesta e acanhada massa crítica do país.

A história do pensamento geográfico mostra que, desde a sua origem, a disciplina esteve vinculada à interesses específicos, de sujeitos e/ou classes sociais hegemômicas, consolidando-se como estratégica para os projetos de expansão, controle e dominação territorial (LACOSTE, 1988). Aliás, não só a Geografia, mas inúmeras outras disciplinas foram forjadas por grupos dominantes. É evidente que as motivações e os projetos não são os mesmos, já que os interesses não estão atrelados, apenas, às ideologias arbitrárias (GRAMSCI, 1978), mas ainda sim é necessário desvelar quais são as posturas em jogo. O que Morin (2008) chama de "capa protetora" deve ser retirada do conhecimento geográfico, sendo imprescindível o olhar paradigmático para compreender melhor essas visões. As teorias, os métodos e as metodologias são dimensões paradigmáticas, ou seja, constituem uma visão de mundo científica, as quais são compartilhadas por pesquisadores que decidem aderí-la. Todavia, diferente do proposto por Kuhn, considera-se que as posturas política e ideológica também são dimensões de um paradigma, referências importantes para as visões de mundo dos paradigmas..

Debate paradigmático como abordagem para a leitura da Geografia Agrária

O debate paradigmático é uma abordagem analítica e uma opção interpretativa do conhecimento da Geografia Agrária que, além de identificar temas e paradigmas, também evidencia a postura política-ideológica contida nas pesquisas sobre o desenvolvimento do campo. Evidente que as pesquisas sobre o campo brasileiro não se resumem à análise paradigmática, mas adotá-la é uma questão de método.

O debate paradigmático como abordagem para a leitura da Geografia Agrária teve início em Campos (2012). O cerne da discussão centrou-se na produção do conhecimento científico (paradigmas) e na sua relação com distintas posições político-ideológicas, resultando em disputas acadêmicas que debatem diferentes modelos de desenvolvimento para o campo. Dentro desta interpretação, a universidade e os grupos de pesquisa são territórios políticos que, ao socializar o conhecimento produzido, participam de uma disputa teórico-metodológica e político-ideológica, o que denominou-se *debate paradigmático*.

O conceito de campo científico de Bourdieu (2002) contribui na discussão sobre os paradigmas ao romper com a ideia harmônica do ambiente acadêmico. A universidade participa da luta política pela dominação científica, na qual a disputa e a concorrência são características que não podem ser olvidadas. O campo universitário é espaço de dominação e conflito (BOURDIEU, 2008). Refletir como os estudiosos entendem, por exemplo, o campesinato, a luta pela terra, a pluriatividade, ou mesmo os movimentos sociais, é um excelente exemplo. Cada qual irá compreender uma mesma temática de acordo com seus paradigmas, ou até mesmo selecionar um deles de acordo com suas posturas políticas e ideológicas.

No que diz respeito à Geografia Agrária, defendemos que o debate científico é um debate político-ideológico que sintetiza, sobretudo, dois paradigmas que enxergam o desenvolvi-

mento do campo de formas distintas: Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA).

O PCA compreende que o modelo de desenvolvimento do campo depende da integração ao sistema capitalista e deve correr paralelamente às estruturas de mercado e controle do Estado. As desigualdades ocasionadas pelo sistema são conjunturais e devem ser superadas por meio de políticas públicas que possibilitem a "integração" do "agricultor familiar" ao mercado capitalista. O PCA possui duas tendências: da agricultura familiar, que acredita na integração das famílias ao capital, e do agronegócio, que não acredita na agricultura familiar, entendendo-o como categoria deve ser eliminada para que o campo alcance patamares maiores de crescimento econômico e social.

O método do PCA alicerça-se nos processos determinantes e dominantes do capital, transformando (metamorfoseando) o sujeito camponês para adequá-lo e inseri-lo no mercado, isto é, transformá-lo em agricultor familiar. O camponês possui cultura e economia incompleta e parcial, impossibilitando sua participação em mercados completos gerados pela economia capitalista. O futuro do camponês está na sua transformação em agricultor familiar. Abordagem econômica ganha centralidade, e o mercado é o elemento de compreensão das relações sociais, com forte destaque para a produção de mercadoria. O camponês dá lugar a um novo sujeito social, os agricultores familiares, produtores modernos, altamente tecnificados e integrados ao mercado.

No PQA, não se nega a participação no mercado, mas defende-se que ela se faça concomitante a promoção da luta pela terra e pela reforma agrária. A perspectiva está na transformação da sociedade, no enfrentamento e na superação do capitalismo, sendo a luta pela terra uma luta contra o capital. Esse paradigma possui duas tendências: da proletarização, que enfatiza as relação entre capital e trabalho, e do campesinato, que preconiza as relações sociais camponesas e os processos de luta e enfrentamento ao capital.

Por aceitar a conflitualidade, o escopo de análise deste paradigma não se limita à lógica do capital. O enfrentamento à este modo de produção é condição para a (re)criação do campesinato. Pesquisas que trazem a perspectiva da luta pela terra, como movimentos sociais/socioterritoriais, assentamentos rurais, ocupações de terras, disputas territoriais, políticas públicas e manifestações, por exemplo, revelam o enfrentamento à lógica imposta. São pesquisas que não se restringem à reprodução econômica e enveredam para a reprodução da existência do campesinato enquanto sujeitos políticos, capazes de promover mudanças e transformações.

A partir dessas proposições, para avaliar a Geografia Agrária brasileira, compreende-se que, para os pesquisadores que concebem que a transformação do campo só existe no interior do capitalismo, através de tendências que defendem a agricultura familiar integrada ao mercado e sobrevivendo com o auxílio de políticas públicas, o paradigma é o PCA. Para os pesquisadores que entendem que o campo deve ser transformado, com a superação (mesmo sem perspectivas) do capitalismo, incorporando de estratégias de resistência e enfrentamento, o paradigma é o PQA.

Ao analisar a produção intelectual da Geografia pelo debate paradigmático, a conflitualidade é condição essencial. Ao tentar teorizar sobre os caminhos paradigmáticos da Geografia, "[...] é necessário ter uma abertura que permita a cada estudioso seguir seus próprios caminhos filosóficos, epistemológicos e políticos e que ele seja capaz de se adaptar a cada situação com que se defronte" (ANDRADE, 1995, p. 12). Propomos uma Geografia que revele um sentido político à produção científica (OLIVEIRA, 1978), já que cada autor se compromete, explicita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, com paradigmas específicos para a apreensão da questão agrária e dos modelos de desenvolvimento para o campo.

Ao propor o debate paradigmático, a questão não é situá-lo no âmbito qualitativo, demonstrando uma suposta superioridade científica de qualquer um deles, tampouco reduzir ou dicotomizar em dois paradigmas toda a riqueza da Geografia Agrária e da concretude da própria realidade. Busca-se confrontar as perspectivas e evidenciar o tom político e ideológico presente no pensamento geográfico e que resulta na unidade, diversidade e

diferencialidade temática e paradigmática da Geografia Agrária.

Romper com a neutralidade científica é outra questão que a abordagem paradigmática evoca. Refletir o pensamento geográfico diante dessa abordagem representa, apenas, uma proposta de leitura da realidade dentre as inúmeras que possam existir. Ela é parcial como todos os trabalhos acadêmicos porque, mesmo no maior dos seus esforços, nunca conseguirá captar a totalidade e será imparcial.

Descobrindo os temas e paradigmas da Geografia Agrária brasileira: Geografia das Lutas e Resistências

Após apresentar questões de ordem teórico-metodológica sobre o debate paradigmático, passamos a investigar os temas e paradigmas. A figura 1 periodiza e atualiza as temáticas no período de 1940 a 2015 e mostra as transformações dos estudos agrários na tentativa de acompanhar a complexidade e o movimento da realidade.

Décadas	Temáticas
1940/1950	Estudos descritivos da organização espacial agrícola; comercialização de produtos agrícola; produção familiar; gêneros de vida; habitat rural; estrutura fundiária; colonização; manejo de culturas e sistemas de cultivos; êxodo rural; dinâmicas ambientais; educação rural
1960	Bairros rurais; descrição de culturas agrícolas específicas; formas de uso da terra com através de fotografias aéreas; habitat rural; colonização; meio ambiente
1970	Padrões classificatórios de utilização da terra; tipologia agrícola; formas de uso da terra; descrição da organização agrária; urbanização; lógica capitalista da agricultura; luta pela terra e movimentos sociais
1980	Subsistência da pequena produção; impactos da modernização do campo; formas de resistência e subordinação; inovações tecnológicas; expropriação de famílias; questões ambientais (avanço da fronteira agrícola); grandes sistemas agrícolas e industriais
1990	Campesinato e a produção familiar; luta pela terra; movimentos sociais; assentamentos rurais; impactos ambientais; complexos agroindustriais; relação campo-cidade; análise cartográfica de uso da terra
2000-2015	Reforma Agrária/luta pela terra/movimentos sociais; rural/urbano e campo/cidade; comunidades tradicionais; Estado, políticas públicas e desenvolvimento; agricultura familiar/ campesinato; educação do/no campo; modernização do campo, agronegócio e latifúndio; Mudanças e dinâmicas socioespaciais; abordagens teórico-metodológicas; Dinâmicas da natureza e questão ambiental.

Figura 1: *Principais temáticas da Geografia Agrária brasileira (1940-2015)*
Fonte: FERREIRA (1998) e VINHA (2018). Organização: JFSCV (2018)

As mudanças temáticas foram significativas. *Êxodo rural e migração* teve grande expressão nas décadas de 1940/1950, no entanto, ao investigar o período de 2002 a 2015, registrou apenas 69 trabalhos. Estudos descritivos da organização espacial agrícola, comercialização dos produtos agrícolas, gêneros de vida, habitat rural, colonização, manejo de culturas e sistemas de cultivos foram temáticas que marcaram as décadas de 1940, 1950 e 1960. Possuiam grande evidência num período de expansão da fronteira agrícola e de modernização do campo, propiciando grandes deslocamentos populacionais. As estratégias não-agrícolas como forma de reprodução econômica das famílias em meio à expansão dos CAI começaram a ser repensadas por muitos geógrafos, os quais compreenderam que outras problemáticas deveriam ser incorporadas para explicar a precária situação social do campesinato frente o avanço do capitalismo. Essa condição é evidente quando analisados os temas *Pluriatividade,* com apenas 60 trabalhos, e *Uso e ocupação do solo*, com 15 entre 2002-2015.

O entendimento estrutural da questão agrária ganhou força e redimensionou o olhar para outras questões. A partir da década de 1970, a Geografia Agrária passou a lançar suas preocupações às formas de expropriação, subordinação e resistência de famílias camponesas, auto-consumo e pequena produção, movimentos sociais, campesinato e reforma agrária,

por exemplo. Assim, uma das temáticas apontadas por Ferreira (1998) que ganhou vigor no final da década de 1990 e que permanece em destaque na Geografia Agrária brasileira é *Luta pela terra, movimentos sociais e reforma agrária*. Com 944 trabalhos, representa mais de 18% do total dos trabalhos, e indica que os estudos críticos, pautados no PQA e balisados na perspectiva de superação ao capitalismo, alcançaram notoriedade neste início de século. Essa temática é a grande expoência do que denominamos, nesse texto, de *Geografia das Lutas e Resistências*.

Os trabalhos referem-se, sobretudo, ao processo de luta pela terra como um processo de resistência e (re)criação do campesinato brasileiro; a atuação dos movimentos sociais/socioterritoriais, com enfoque para as estratégias de espacialização, territorialização e desterritorialização; os processos de dissidência dos movimentos; geração de renda; cooperativismo; desenvolvimento territorial; organização, dinâmica e transformações territoriais nos assentametos; ocupações de terra; teologia da libertação e a ação da igreja católica; violência no campo; os assentamentos e os acampamentos como espaços de luta e resistência; política de reforma agrária; juridiciação e criminalização da luta e dos movimentos; conflitos com o agronegócio e o latifúndio, a produção para o mercado e subsistência nos assentamentos; os modos de vida, identidade e cultura; sustentabilidade; acesso à crédito, assistência técnica e políticas públicas; territorialidades; produção agropecuária e formação e mobilização política.

Além dessa temática, existem outras que expressam o processo de lutas dos povos do campo e da floresta, e que por conseguinte constituem a *Geografia das Lutas e Resistências*, como *Agricultura familiar e camponesa*, *Comunidades tradicionais e Educação do/no campo*, as quais serão discutidas na sequência.

Com 491 trabalhos, a segunda temática mais estudada foi *Modernização do campo/agronegócio e latifúndio*. Foram denunciados os mitos sobre o desenvolvimento do agronegócio; os impactos ambientais; os riscos contra a biodiversidade; a expansão e territorialização do capital e das *commodities*; o agronegócio como fator determinante para a criação e expansão das cidades e, por conseguinte, para a reorganização espacial; reestruturação produtiva; a transgenia; a análise da territorialização e territorialidade agroindustrial; as redefinições técnico-produtivas do capital; o sistema de logística e transporte; as mudanças na estrutura fundiária; agroexportação; mercado de terras; expansão da fronteira agrícola. Além do agronegócio, porém em menor proporção, também foram identificadas pesquisas sobre a persistência do latifúndio e da grilagem no país, considerada base fundante para o desenvolvimento do agronegócio.

Não foram registrados trabalhos que evidenciaram o agronegócio como modelo de desenvolvimento para o campo. A nuance crítica foi majoritária, e os trabalhos categorizados nessa temática não demonstraram cientificamente benefícios sociais e/ou econômicos da agricultura capitalista. Foram apontados seus entraves ao desenvolvimento regional e territorial, incluindo as dimensões econômica, social, ambiental e cultural e o intenso avanço do processo de territorialização do agronegócio.

Embora sejam caracterizados como críticos, nem todos esses trabalhos compartilharam do PQA. Foram identificados, tanto aqueles que possuem posturas políticas e ideológicas rumo ao enfrentamento, como aqueles que, mesmo desvelando as problemáticas, ainda aderiram um posicionamento que não visou a superação do sistema, ou explicitou as contradições do capitalismo e lutas sociais. São trabalhos que apontaram as dificuldades e os desafios impostos pelo modo de produção, ficando restritos à crítica.

Em Campos (2012), ao analisar o conhecimento geográfico no Estado de São Paulo, haviam pesquisadores que embora realizassem um debate crítico sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, revelando suas problemáticas junto à comunidades camponesas, tradicionais e/ou indígenas, a perspectiva da superação não compareceu. Está é uma questão tênue sobre o PQA e PCA:

> […] para alguns pesquisadores, a crítica limita-se à crítica, ou seja, por mais que sejam admitidos os problemas do sistema capitalista, não há um tom de enfrentamento, transformação e superação dessa lógica. Os problemas são expostos, porém, não são colocados no cerne das discussões que envolvem suas pesquisas (CAMPOS, 2012, p. 219).

Os intelectuais, ao tentar interpretar as dinâmicas do mundo rural, real e material, manifestam visões de mundo. Partindo do pressuposto do debate paradigmático, edificado na luta de classes, é possível refletir os posicionamentos perante às problemáticas do campo. Alguns se aproximam do enfrentamento, superação e resistência às relações capitalistas, e outros, se inclinam às possibilidades de desenvolvimento, adaptação e integração no interior do capitalismo. Ao contrário de um suposto idealismo, este atrelado ao campo das ideias e da consciência humana na história, em que o pensamento se sobrepõe a existência do mundo e da humanidade, o debate paradigmático busca conhecer a produção intelectual, decorrente dos trabalhos desenvolvidos sobre o campo, ou seja, assume uma concepção materialista, da produção do conhecimento.

Em terceiro lugar ficou *Estado, políticas públicas e desenvolvimento*, com 437 trabalhos. A temática aglutinou estudos que investigaram a intervenção estatal como condição determinante para o desenvolvimento do agronegócio; programas, planos e políticas estaduais e nacionais para o fortalecimento da agricultura capitalista e da agricultura familiar. No caso da última, foi muito analisado o PRONAF em comunidades rurais e tradicionais, pequenas propriedades e assentamentos rurais. Também, muitos trabalhos investigaram as políticas de desenvolvimento rural com base no escopo territorial. Ainda, foram estudados o PNAE e PAA como políticas que fomentam a reprodução social e econômica do campesinato, a aposentadoria rural e o desenvolvimento regional; desenvolvimento rural sustentável; políticas do BM, de outras agências internacionais e do BNDES; política nacional do biodiesel; políticas públicas educacionais e ambientais; projetos que viabilizaram o escoamento e exportação da produção do agronegócio, como vias de transporte e implantação de agroindústrias, por exemplo.

A maioria dos trabalhos versou sobre as políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento rural, compreendendo que é por meio da ação do Estado que a agricultura familiar garante formas de (re)produção social e econômica. Em menor proporção, estão os estudos que debateram a importância das políticas públicas para emancipação camponesa. Percebe-se aqui uma diferencialidade na interpretação sobre o papel do Estado e as políticas públicas em relação aos camponeses nos dois paradigmas. Para o PCA, o Estado é um canalizador de recursos econômicos, cuja estratégia é integrar os sujeitos ao mercado, às políticas e tecnologias. No Paradigma da Questão Agrária, o Estado é também fundamental, porém, atua como fomentador de recursos que deve se direcionar à criação de políticas que assegurem a autonomia e a emancipação camponesa, bem como a sua reprodução social (FERNANDES, 2015).

A temática *Dinâmicas da natureza e questão ambiental* comparece com 395 trabalhos, ocupando a quarta posição. Fazem parte o conjunto de trabalhos que analisam os impactos ambientais provocados pela agricultura capitalista, os conflitos socioambientais, em especial pelo domínio da água; educação ambiental; agrotóxicos; unidades de conservação; mudanças ambientais; reforma agrária e conservação e preservação ambiental; desertificação; políticas públicas e legislação ambiental; vulnerabilidade socioambiental; saberes camponeses, tradicionais e indígenas; percepção ambiental; planejamento e gestão ambiental; sustentabilidade e gerenciamento de resíduos sólidos; movimentos ecológicos.Estudos climáticos, hidrológicos, geomorfológicos sobre o campo também comparecem nesta temática.

A *Geografia das Lutas e Resistências* também está expressa na temática *Agricultura camponesa e familiar*, com 391 trabalhos. Mesmo estando na mesma categoria, há diferenças substanciais entre a agricultura camponesa e a agricultura familiar. Como não há lugar para a conflitualidade ou antagonismo de classes e sujeitos, a lógica do PCA não dá foco à luta pela terra como um instrumento de superação, mas às políticas públicas de Estado, na pluriatividade e nas novas ruralidades. Assim, não existiria campesinato, mas agricultores familiares, com potencial de integração ao mercado e às tecnologias.. O problema não reside no capitalismo que expropria os sujeitos de seus territórios, mas no campesinato que, por ser caracterizado como uma sociedade parcial e de mercado incompleto, não se adéqua ao sistema (FERNANDES, 2005).

Os trabalhos que empregaram o conceito de campesinato se basearam nas perspectivas social e política, entendo-os como classe, sujeitos que participam da divisão social do trabalho, da luta de classes e das mais variadas formas de re(criação). Já os trabalhos que empregaram o conceito de agricultura familiar se assentaram numa perspectiva econô-

mica, de transformação da realidade e de (re)produção da agricultura familiar dentro da lógica e relações capitalistas. Para tanto, entendem que as estratégias para tal (re)produção social devem ser propiciadas pelo próprio sistema, através da integração ao mercado, da diversificação produtiva, das novas ruralidades, das atividades agrícolas e não-agrícolas e da pluriatividade. Todas essas são atividades que potencializam o aumento das opções de renda a inúmeras famílias e possibilitam a sua permanência no campo, mas não buscam refletir sobre estratégias de superação do sistema.

A diferença entre camponês e agricultor familiar existe apenas na adoção de um paradigma ou outro. Os dois paradigmas possibilitam visões de mundo diferentes para a análise do desenvolvimento do campo. As diferenças marcadas pelo conceito de agricultura familiar, argumentada por Ricardo Abramovay, dicotomiza um mesmo sujeito social, sentido que não foi atribuído neste trabalho (FERNANDES, 2005), sendo esta a justificativa para que ambos compareçam na mesma categoria.

Nesta temática foram aglutinadas pesquisas concernentes a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento territorial; sistemas agrícolas familiares; dificuldades e estratégias de produção agrícola e agropecuária; alternativas de renda; trabalho familiar sobre os moldes da reprodução ampliada do capital, com destaque para a expansão da cana; subordinação ao capital; territorialidades e territorialização do campesinato; reprodução das relações não-capitalistas de produção e as contradições do capital; lutas e resistências; aspectos socioeconômicos; trabalho coletivo; agroindústria pequena e artesanal; dimensão cultural, com ênfase na religiosidade e identidade; recampenização; programas de crédito; assistência técnica; tecnologias sociais; modo de vida e relações sociais e econômicas de comunidades rurais; formas de organização social e produtiva; conhecimentos tradicionais; vilas rurais; sustentabilidade e ecologia.

Os estudos sobre a temática *Campo/cidade e rural/urbano* ocuparam a sexta posição, com 286 trabalhos. Eles enfatizaram as dinâmicas de transição rural-urbano e campo-cidade; urbanidades e novas ruralidades; a construção dos espaços rurais e a organização dos sistemas agrícolas próximos ou em áreas urbanas e/ou metropolitanas; migrações campo-cidade; as vilas e distritos rurais; os assentamentos rurais e a relação cidade-campo; o rururbano; os modos de vida e percepção das comunidades; a especulação fundiária; a modernização do campo e as influências na cidade; as vias de transporte e as pequenas aglomerações urbanas e pequenas cidades. Nesta temática, também destacaram-se aqueles que dedicaram a agricultura urbana e/ou peri-urbana.

A *Geografia das Lutas e Resistências* ainda se manifestou na temática *Comunidades tradicionais*, incluindo neste rol as populações ribeirinhas, caiçaras, indígenas, sertanejas, extrativistas, veredeiras, faxinalenses, gerazeiras, catingueiras, barranqueiras, fundo de pasto, pesqueiras, brejeiras e quilombolas. Com 278 trabalhos, tais estudos focalizaram questões como: o papel destas comunidades na preservação e conservação ambiental; seus conflitos com a criação das unidades de conservação, das reservas ecológicas os impactos das políticas públicas; as práticas silvopastoris e agroflorestais adotadas; produção agropecuária; economia solidária; relações de gênero e etnia; relações de trabalho; movimentos sociais; transformações espaciais e práticas sociais e culturais; (re)construção da identidade cultural e da territorialidade; modos de vida e práticas culturais; organização espacial e as transformações do sistema de faxinal; relação dos saberes tradicionais para a promoção da sustentabilidade; regularização fundiária; desenvolvimento econômico e socioambiental; processos de expropriação e resistência; políticas públicas; formas de geração de renda; etnodesenvolvimento e a importância do território.

Educação e educação do/no campo foi uma das temáticas que cresceu consideravelmente nos últimos anos e apresenta ampla relação com a reforma agrária e os movimentos sociais, uma vez que vem sendo construída pelos povos do campo para romper com a clássica e conservadora educação rural. Com 275 trabalhos, abarcaram discussões que relacionam a educação do/no campo com: desenvolvimento rural, projetos de educação do agronegócio, educação ambiental, campesinato e escolas; ensino de geografia, evasão escolar, contribui-

ções da arte e da literatura, educação do campo como território; representações sociais e cultura camponesa; políticas públicas educacionais; práticas educativas, currículo, material didático; formação de educadores; experiências de cursos técnicos e superiores; olhares e percepções de educadores e educandos; pedagogia da alternância; fechamento das escolas do campo; tecnologias voltadas ao ensino e movimentos sociais na construção do projeto de educação popular.

A temática *Mudanças e dinâmicas socioespaciais*, que totalizou 243, ficou em nono lugar. Os trabalhos versaram sobre as transformações do espaço agrário e sua relação com a modernização do campo e da expansão do agronegócio; organização no espaço agrário de municípios, estados, regiões e países; perspectivas históricas de ocupação e colonização; caracterização de culturas e atividades agropecuárias; projetos e políticas públicas direcionadas a empresas que foram determinantes para a produção e transformação dos espaços rurais e urbanos; reorganização espacial e formação territorial e estrutura fundiária.

Por fim, em décimo lugar, somaram os trabalhos relativos às *Abordagens teórico-metodológicas* (205). Referem-se à Geografia como campo de investigação dos sujeitos; procedimentos metodológicos; pesquisa qualtitativa e etnográfica; perspectivas e evolução histórica e epistemológica da Geografia Agrária; grupos de pesquisa; extensão rural; contribuição de autores para a leitura do campo (Milton Santos, Manuel Correia de Andrade, Josué de Castro, Francisco de Oliveira, Eliseé Reclus, Caio Prado Jr., Celso Furtado, José Carlos Mariátegui, José de Souza Martins, Alexander Chayanov e Vladmir Lenin, por exemplo) e análise do discurso. Nessa categoria, destacaram-se estudos que versam sobre a análise conceitual - ruralidade, paradigmas agrários, questão agrária, renda da terra, rural/urbano e campo/cidade, reforma agrária, agronegócio, campesinato, agricultura familiar, trabalho, turismo rural, pluriatividade, desenvolvimento territorial, políticas públicas, paisagem, espaço, território, ensino e educação do/no campo, métodos e teorias.

Há também as temáticas consideradas tendências, como *Renda, mercados e comercialização*, com 55 trabalhos. Embora relativamente pequeno, é um tema que cresceu a partir de 2011, com 8, atingindo ápice em 2013, com 12 trabalhos. Foram analisadas as feiras-livre e agroecológicas, a economia solidária e, nos últimos anos, os mercados institucionais, como o PAA e o PNAE como alterantivas para a (re)produção social e econômica camponesa. Estudos que abordam a *Soberania alimentar e segurança alimentar* constituem-se como outra temática que, embora apresente apenas 34 trabalhos, demonstrou elevação a partir do ano 2011 (6 trabalhos), e em 2015 alcançou o maior número (9 trabalhos).

Essas duas últimas despontam-se como tendências da Geografia Agrária não tanto pelo número, mas pela sua introdução e debate nos eventos. A primeira traz a necessidade de pensar a comercialização e os mercados alternativos como estratégias para a agricultura camponesa/familiar, especialmente aquelas que produzem de forma agroecológica e nas áreas de reforma agrária. Muitos dos trabalhos debatem o PAA, política fundamental que trouxe novas perspectivas ao campesinato. A segunda se relaciona à primeira, e anuncia uma das bandeiras dos movimentos sociais. Está alicerçada em novos projetos para o campo e para cidade, elucidando a importância da agricultura camponesa para a produção de alimentos em quantidade e qualidade, com a redução ou eliminação do uso de agrotóxicos.

Outra tendência é o conjunto de trabalhos sobre *Agricultura orgânica e agricultura agroecológica,* com 195 trabalhos, os quais também perfazem ampla relação com a *Geografia das Lutas e Resistências*. A agricultura agroecológica é pauta dos movimentos camponeses e associa-se a soberania e segurança alimentar. Procura dialogar sobre a importância de alimentos saudáveis e das práticas de valorização do saber camponês que respeitem a natureza. A temática demonstrou aumento a partir do SINGA de 2007, com 11 trabalhos, aumentando em 2009 para 29 e em 2011 para 33 trabalhos.

Agroenergia, barragens e mineração constitui-se como perspectiva nos estudos agrários, apresentando 121 trabalhos. São trabalhos que analisaram: impactos socioambientais; expropriação, lutas e resistência de comunidades rurais, indígenas e tradicionais; avanço dos biocombustíveis (incluido os assentamentos rurais); as relações com a agricultura camponesa; identidade e memória de comunidades atingidas; políticas públicas; degradação ambiental; questão da água e da natureza; atuação dos movimentos sociais e relações industriais.

A figura abaixo faz uma síntese e elenca as 26 temáticas de estudo da Geografia Agrária neste início de século (Figura 2):

	Temas	N. de trabalhos
1	Luta pela terra, movimentos sociais e reforma agrária	944
2	Modernização do campo, agronegócio e latifúndio	491
3	Estado, políticas públicas e desenvolvimento	437
4	Diâmicas da natureza e questão ambiental	395
5	Agricultura familiar e agricultura camponesa	391
6	Campo/cidade e rural/urbano	286
7	Comunidades tradicionais	278
8	Educação e educação do/no campo	275
9	Mudanças e dinâmicas socioespaciais	243
10	Abordagens teórico-metodológicas	205
11	Agricultura orgânica e agricultura agroecológica	195
12	Relações de trabalho	122
13	Agroeneria, barragens e mineração	121
14	Produção agropecuária	107
15	Geocartografia, geoprocessamento e geotecnologias	91
16	Coperativismo e associativismo	87
17	Gênero	84
18	Turismo	82
19	Disputas e conflitos	81
20	Êxodo rural e migração	69
21	Pluriatividade	60
22	Renda, mercados e comercialização	55
23	Comunidades indígenas	54
24	Soberania alimentar e segurança alimentar	34
25	Juventude	25
26	Uso e ocupação do solo	15
27	Outras	12
	TOTAL	**5.239**

Figura 2: *Ranking das categorias temáticas da Geografia Agrária brasileira (2002-2015)*
Fonte: Anais do ENGA e SINGA (2002-2015). Organização: JFSCV (2018)

A diversidade e diferencialidade das 26 temáticas da Geografia Agrária explicita o múltiplo esforço no estudo do campo brasileiro. Mostrou sua pluralidade, seja pela diferencialidade das posturas políticas e ideológicas dos paradigmas que estão em disputa para a explicação do campo, ou pela diversidade temática, que reuniu 26 categorias. *Luta pela terra, Movimentos sociais e Reforma agrária*, como dito, foi a temática mais estudada, o que demonstrou o avanço dos estudos críticos que compreendem que o desenvolvimento do

capitalismo no campo é permeado por contradições que possibilitaram historicamente a (re)criação do campesinato. São estudos que se direcionaram para o entendimento da luta, do enfrentamento, da resistência e da superação, comprometidos com as problemáticas e conflitos sociais.

Considerações finais

Esse trabalho fez uma reflexão sobre os temas e paradigmas da Geografia Agrária brasileira, dando relevo às suas tendências e perspectivas. No intuto de dar profundidade à essa questão, o conceito de paradigma, os paradigmas geográficos, as propriedades estruturais e as dimensões política e ideológica foram tratadas, os quais subsidiaram a interpretação do PCA e PQA como paradigmas de análise para a leitura da Geografia Agrária brasileira. A *Geografia das Lutas e Resistências* ocupa centralidade, entretanto, o conhecimento geográfico é travejado de pluralidade, seja pela diferencialidade das posturas político-ideológicas denotadas nos paradigmas que estão em disputa para a explicação do campo, ou pela diversidade temática, que reuniu 26 categorias. Sinalizou a permanência e a emergência de alguns temas, fruto das transformações do espaço agrário frente a expansão do capitalismo. Revelou o avanço dos estudos críticos que voltam-se aos processos de luta, enfrentamento, resistência e superação, cujo PQA é a visão de mundo que prevalece.

Discutiu que além do PQA, os trabalhos também compartilharam do PCA. Foram identificados estudos que mesmo reconhecendo os limites do capitalismo, compartilharam de uma visão paradigmática que não ancorou-se na perspectiva de superação, tampouco deu centralidade aos sujeitos e espaços de luta. Obviamente, esse caráter não desqualificam esses estudos, mas apontam para outras possibilidades de análise e para a própria riqueza de interpretações que convergem e perfazem o pensamento geográfico.

Como parte de um exercício intelectual, o intento é continuar acompanhando o pensamento geográfico agrário e, por isso, as ideias aqui apresentadas estarão, sempre, abertas ao diálogo. Não é única, tampouco universal ou totalizante, mas procura contribuir com os estudos agrários ao sobressaltar o caráter político e ideológico que todo conhecimento científico está mergulhado. Refuta a neutralidade e traça um canal para compreendermos qual Geografia vem sendo construída nesse início de século a partir do olhar das "periferias acadêmicas".

Referências

ANDRADE, M. C. de. Geografia rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 25, n. 49/50, p. 4-14, 1995.

ARENDT, H. **A condição humana**.10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BERRY, B. Geographical theories of social change. In: BERRY, B. **The nature of change in geographical ideas**. Illinois: Northen Illinois University, 1978, p. 17-36.

BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**. Tucuman: Montressor, 2002, 126 p.

CAMACHO, R. S. **Paradigmas em disputa na Educação do campo**. 2014. 806f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (UNESP), *Campus* de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

CAMPOS, J. F. de S.; FERNANDES, B. M. O conceito de paradigma na geografia: limites, possibilidades e contribuições para a interpretação da Geografia Agrária. **Campo-território**: Revista de geografia agrária, v. 6, n. 11, p. 21-52, fev., 2011.

CAMPOS, J. F. de S. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012. 389f. (Doutorado em Geografia) –

Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (UNESP), *Campus* de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

CARVALHO, H. M. de. **O campesinato no século XXI:** possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CIDADE, L. C. F. Visões de mundo, visões da natureza e a formação de paradigmas geográficos. São Paulo, **Terra Livre,** n. 17, p. 99-118, 2001.

DELGADO, G. C. **Do "capital financeiro na agricultura" à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FELICIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 2011. 214 f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

_____. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. **A pesquisa em Educação do Campo**, v. 20, 2006.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson. **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-301.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

_____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013. Tese (Livre-Docência em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia. V. 2.

_____. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015, p. 381-400.

FERREIRA, D. A. **O mundo rural sob o ponto de vista geográfico**: a trajetória da geografia agrária brasileira da década de 30 à de 90. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) – IGCE, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Rio Claro.

FERREIRA, D. A. **O Mundo rural e Geografia**: geografia agrária no Brasil de 1930-1990. São Paulo: Unesp, 2002.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 341 p.

GUSMÃO, R. P. Os estudos de geografia rural no Brasil: revisão e tendências. In: **CONGRESSO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, 3, 1978, Fortaleza. **Sessões Dirigidas...** Fortaleza, AGB/ UFC, p. 57-62, 1978.

HAGGET, P.; CHORLEY, R. J. Models, paradigms and the new geography. In: HAGGETT, P. ; CHORLEY, R. J. (Org.) **Models in geography**. London: Methuen, 1967, p. 19-41.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HARVEY, M.E; HOLLY, B.P. Paradigm, philosophy and geography thought. In.: HARVEY, M.E; HOLLY, B.P. **Themes in geographic thought**. 1 ed. London: Routledge, 1981, p. 11-37.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia.** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. 260 p.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal e lógica dialética**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 301 p.

LACOSTE, Y. **A Geografia. Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**.3 ed. Campinas: Papirus, 1988. 133 p.

MONTEIRO, C. A. de F. Apontamentos para uma avaliação da Geografia no Brasil (1934-1977): um apelo à Filosofia da ciência para esclarecer o papel do método na solução de uma crise de identidade epistemológica. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, 3., 1978, Fortaleza. Anais...São Paulo: USP, 1978**.**

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

OLIVEIRA, A. U. de. **Contribuição para o estudo da Geografia Agrária:** crítica ao "Estado Isolado" de Von Thunen. 1978. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia. FFLCH-USP.

_____. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: **Novos Caminhos da Geografia**. Org.: CARLOS, Ana Fani Alessandri. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.

RAMOS FILHO, E. da S. **Questão agrária atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). 2008. 409 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

SPOSITO, E. S. A propósito dos paradigmas de orientações teórico- metodológicas na Geografia Contemporânea. São Paulo, **Terra Livre**, n. 16, p. 99- 112, 2001.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora Unesp, 2004. 218 p.

VINHA, J. F.S.C. **Temas e paradigmas da Geografia Agrária brasileira: tendências e perspectivas.** Relatório de pesquisa. Uberaba: CNPq, 2018.

VITTE, A. C. Teorias do método científico e geografia. Um ensaio a partir da noção de paradigma de Thomas Kuhn. In: MENDOÇA, F. de A. (et al.) (org). **Espaço e Tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p. 91-106.

NOTAS

1. O debate paradigmáfico foi trabalhado por estudiosos como Fernandes (2005; 2006; 2008; 2009; 2013), Carvalho (2005), Girardi (2008), Ramos Filho (2008), Campos; Fernandes (2011), Felício (2011), Campos (2012) e Camacho (2014).
2. O título foi inspirado no livro *Geografia das Lutas no Campo*, de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1988), que trata das lutas pela terra no Brasil ocorridas no campo.

Revista da ANPEGE. v. 17. nº. 34, p. 87 - 89, ANO 2021. e-ISSN: 1679-768X
https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege. // DOI 10.5418/ra2021.v17i34.15428

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E SEUS DESDOBRAMENTOS SOCIOESPACIAIS: OS NOVOS VETORES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS

Edmilson Batista Santana

Maria José Martinelli Silva Calixto é geógrafa, professora titular da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD e credenciada no Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado e Doutorado – da mesma Instituição, Sergio Moreno Redón, professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). A obra "*O Programa Minha Casa Minha Vida e seus desdobramentos socioespaciais: os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras*", de organização dos autores supracitados, reúne trabalhos de intelectuais que visam analisar a dinâmica de produção do espaço urbano assim como os agentes incorporadores envolvidos nesse processo, a partir da política habitacional engendrada pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Gostaríamos de ressaltar que a análise realizada priorizou uma abordagem geral da problemática apresentada na obra resenhada. O livro é composto por cinco capítulos que tratam, cada um, de uma determinada cidade média, fazendo uma leitura dos desdobramentos socioespaciais (re)produzidos por meio da implementação do PMCMV, no ano de 2009.

É preciso salientar que o livro demonstra as diferentes frentes de pesquisas e envolvimento dos pesquisadores em projetos de pesquisas, o que destaca essa preocupação coletiva em, não somente pensar as cidades médias, mas também analisar como se deram as transformações no espaço urbano, mediante as formas de produção impostas pelos empreendimentos, bem como o reforço e o acirramento das desigualdades socioespaciais e a reconfiguração da/na relação centro e periferia.

A obra é produto do esforço de pesquisadores de universidades públicas que vêm se debruçando, nos últimos anos, no entendimento das nuances socioespaciais das cidades médias brasileiras. Nesse sentido, o livro traz essa interface com as pesquisas já realizadas e/ou em andamento com o intuito de promover reflexões sobre o processo de (re)produção do espaço urbano nas cidades médias a partir da atuação da política nacional habitacional do PMCMV. Para tanto, as cidades analisadas nessa obra são*: Dourados-MS; Ribeirão Preto--SP; Chapecó-SC; Marabá-PA e Campina Grande-PB.*

O debate acerca da produção habitacional tem relevância no Brasil urbano contemporâneo, assim, ao buscar analisar a amplitude do PMCMV, o livro demonstra que tal política provocou transformações no âmbito da estruturação da cidade, principalmente, no espaço intraurbano. Ao tratar de cidades médias de diferentes regiões do Brasil e com contextos de formações socioespaciais diferentes, a obra reforça os inúmeros desafios presentes no entendimento da problemática urbana, ressaltando como as pessoas se inserem de forma diferente na sociedade a partir da moradia.

Durante a leitura do livro, é muito recorrente os autores reforçarem a necessidade de partirmos do entendimento do contexto de formação socioespacial, para compreendermos a dinâmica de estruturação do espaço urbano. Sobre tal questão, Correa (2016) salienta que,

> Os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. Refletem, assim, necessidade e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram. E são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intraurbano. Afirma -se que processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento (p. 44).

Ademais, os textos que compõem essa obra elucidam muito bem como o espaço tem se tornado um instrumento político para o Estado, assim como tem sido de suma importância para a/na atuação do capital imobiliário. As reflexões visam, então, não somente apreender o processo de expansão do espaço urbano, mas identificar os vetores desse processo e como

o PMCMV tem participado da/na (re)produção de espaços desiguais e em muitos casos, fragmentados.

Os estudos apresentados sobre o PMCMV nas cidades abordadas, nos possibilitam apreender o processo de produção do espaço urbano na sua totalidade revelando que, paralelamente à implementação de uma política voltada para a minimização do déficit habitacional, temos a implantação de condomínios fechados voltados para uma população de alto de poder aquisitivo, o que se desdobra em contrastes socioespaciais cada vez mais afunilados.

Ao refletir sobre a figura do Estado, o papel dos agentes incorporadores e os desdobramentos promovidos pelo PMCMV, é preciso nos pautarmos no entendimento das relações sociais sem desconsiderar que estão embutidas de racionalidade política e que o Estado assume um papel fundamental na captura do espaço (cidade) pelo capital impondo novas lógicas e formas de produção do espaço urbano

Nesse sentido, o vetor de produção do espaço urbano está muito vinculado ao poder público e aos agentes imobiliários, que utilizam os recursos públicos como forma de valorização de determinadas áreas da cidade, com uma produção habitacional voltada, basicamente, para o mercado e não especificamente para a moradia. Ou seja, a produção, mais do que direcionada pela demanda, é pelos lucros possíveis dos incorporadores.

Ao passo que os autores se debruçam sobre o entendimento da dinâmica de produção do espaço urbano, mediante a política habitacional e o capital imobiliário, temos muito presente uma cidade que se reproduz mediante um processo de apropriação e dominação do espaço, contendo na segregação, na fragmentação, por exemplo, contradições que emergem desse processo.

É importante salientar que o livro não se trata de uma categorização para pensarmos as cidades médias. Os desdobramentos são diversos e com conteúdos distintos nas cidades analisadas, considerando que toda realidade urbana pode ser compreendida a partir do seu contexto de formação territorial, o que o livro propõe é a compreensão da dinâmica de desigualdades e diferenciações socioespaciais muito claras, que é o não acesso a serviços e equipamentos urbanos públicos que permitam a integração dos empreendimentos Faixa1, que é composto por uma população de baixa renda, a cidade na sua totalidade

Das cidades analisadas no livro, Dourados apresenta uma particularidade no que diz respeito à presença de áreas indígenas que se localizam próximas ao perímetro urbano, na porção norte da cidade que é justamente o local em que se concentra a elite da cidade, o vetor de/em expansão urbana mediante a presença de loteamentos fechados. A porção norte da cidade assume essa condição de vetor, pelo fato de ser uma área já consolidada se tornando um elemento estratégico para o capital imobiliário, ou seja, contribui para a captura do espaço (cidade) enquanto mercadoria, (se)isolando a/da população indígena.

Assim, os autores versam muito sobre a lógica de expansão urbana redirecionada pelo papel do Estado e dos interesses do capital imobiliário e incorporador, integrando áreas rurais ao perímetro urbano e aumentando assim o processo de especulação imobiliária.

Essas considerações tecidas pelos autores nos atentam para compreendermos em quais condições o PMCMV foi implementado e qual perfil e consequências (re)construiu na produção da cidade. Os novos vetores da produção socioespacial, assim como é ressaltado no livro, tratam da reconfiguração da relação centro-periferia que evidencia as diferentes formas de produção e apropriação do espaço urbano numa cidade que expressa, de maneira nítida, a distinção entre o pobre e o rico. Toda essa reconfiguração é quem determina em qual lugar da cidade cada grupo social poderá morar, ou seja, uma dualidade muito presente na (re) produção do espaço urbano.

O que fica nítido no livro é que os empreendimentos do PMCMV Faixa 1, passaram a reforçar o movimento contraditório na produção da cidade, na medida em que evidenciam o espraiamento do tecido urbano em áreas descontínuas do centro da cidade, carentes de infraestrutura, equipamentos urbanos, serviços o que implica inúmeras consequências na vida dos moradores, no que diz respeito à acessibilidade e à mobilidade. Já os loteamentos fechados, localizados em áreas contíguas e de fácil acesso ao centro da cidade,

geralmente, de produção vertical e de padrão mais elevado voltados para a população de alto poder aquisitivo

A questão do preço da terra, a atuação do capital imobiliário e o papel do Estado ficam bem nítidos na dinâmica de produção do espaço urbano das cidades médias estudadas, evidenciando como são dadas essas relações, bem como a conformação de um padrão marcado por desigualdades socioespaciais, ressignificação das periferias e pela dimensão da fragmentação socioespacial, acirrada pelo PMCMV.

O que se percebe em toda a obra, é que o PMCMV, que viria para sanar a problemática do déficit habitacional nas referidas cidades, provocou transformações significativas, no sentido de que política habitacional não visou minimizar tal problema, pelo contrário, priorizou, em muitos casos, os empreendimentos da Faixa 1,5, 2 e 3. Assim, o programa não minimizou o problema da moradia e ainda ratificou os já existentes. Essa leitura é realizada em todos os capítulos do livro, sempre no sentido de pensar como as relações sociais são estabelecidas e dentro dessa análise compreender as clivagens sociais, ou seja, quem vai ter acesso à terra? E quando se tem, em qual localidade e em quais condições?

Nesse sentido, a análise das cidades médias proposta no livro reforça que é preciso estudar a partir da cidade e não somente da política, para que assim possamos compreender, por exemplo, que a expansão urbana se dá em detrimento das camadas sociais hegemônicas.

Percebemos muito bem nas discussões apresentadas pelos autores uma leitura que se versa na compreensão do espaço como um elemento que assume um papel fundamental no sistema capitalista, como produto e produtor das relações e que essa relação se dá de forma contraditória, o que justifica uma cidade que é construída socialmente e coletivamente, porém, as formas de uso, de apropriação e de significação são dadas de maneira seletiva.

As descontinuidades espaciais têm contribuído para a produção de uma cidade segmentada na qual os empreendimentos do PMCMV reforçam a divisão social do espaço urbano e o reforço dos vetores de expansão da cidade.

O estudo acerca das questões habitacionais se insere em um contexto contemporâneo e relevante para a compreensão dos elementos fundamentais para a produção e reprodução do espaço geográfico. A problemática habitacional pode ser considerada uma das principais questões sociais urbanas, e na discussão apresentada no livro, essa problemática é agravada por meio dos empreendimentos PMCMV que promovem desdobramentos socioespaciais significativos, principalmente, os da Faixa 1 que são voltados para pessoas de baixo poder aquisitivo.

A percepção que fica sobre os espaços residenciais fechados é a de que são um fenômeno que tem se tornado mais evidente nas cidades médias, em função da disponibilidade de terras, pois, em geral, nas capitais e metrópoles, a terra urbanizável, além de mais escassa e cara, é mais disputada entre diferentes capitais. Logo, produzir esse produto imobiliário tem um alto custo de investimento e, portanto, necessita de demanda que possa pagar por esse "privilégio".

Por fim, o que fica evidente na obra, é uma discussão que caminha no sentido de compreender as dinâmicas presentes no que se refere aos vetores de crescimento e a configuração do espraiamento do espaço urbano, fator que vem se tornando muito recorrente por meio da forte atuação do capital imobiliário e o papel exercido pelo poder público. Assim, o que é proposto pelos autores, não é entender, somente, como tal processo ocorreu, mas a forma como as políticas habitacionais reforçaram e vem reforçando a desigualdade socioespacial.

Referências bibliográficas

CALIXTO, M. J. M. S. RÉDON, S. M. **O Programa minha casa minha vida e seus desdobramentos socioespaciais**: os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras. 1. ed. -- Porto Alegre, RS: TotalBooks, 2021.

CORRÊA. R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. – 1 ed., 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2016. p. 41-51

Lista de avaliadores Vol. 17 (n°32, 33, 34), ano 2021

Alex Ratts - UFG
Alyson Bueno Francisco - UDEMY
Ana Carolina de Oliveira Marques - UEG
André Luiz Carvalho da Silva - UERJ
Anice Esteves Afonso - UERJ
Anita Loureiro de Oliveira - UFRRJ
Armstrong Miranda Evangelista - UFPI
Benhur Pinós da Costa - UFRGS
Carla Hirt - UFRJ
Carlos Marceli Arruda Rangel - UFF
Carmem Lúcia Costa - UFCAT
Charlei Aparecido da Silva - UNESP
Claudia Camara Vale - UFES
Diego Tarley Ferreira Nascimento - UFG
Eduarda Ferreira - UNL/Portugal
Eduardo Salinas Chavez - UFMS
Edvaldo Cesar Moretti - UNICAMP
Erminio Fernandes - UFSCar
Fabio Orlando Einchenberg - UFPEL
Gabriel Pereira - UFSJ
Geny Ferreira guimarães - UFRRJ
Gleys Lally Ramos - UFT
Heder Leandro Rocha UNICEN/Argentina
Heitor Soares de Faria - UFRRJ
Heloisa Helena Gomes Coelho - UFABC
Horácio Miguel H. Zapata UNNE/Argentina
Iracilde M. F Lima - UFC
Isabela H. Canaan da Silva - UERJ
Ivan Jairo Junkes - UFPR
Jondison Rodrigues - UFPA
José Gilberto de Souza - UNESP
Josué da Costa Silva - UNIR

Juliana Prybrisz - UEPG
Kênia G. Costa - UFT
Lisandra Pereira Lamoso - UFGD
Lorena F. de Souza - UEG
Lorena Izá Pereira - UNESP
Lucas Barbosa e Souza - UFT
Manoel Fernandes - USP
Marcio José Ornat - UEPG
Marco Antonio Mitidiero Jr. - UFPB
Maria Célia Nunes Coelho - UFRJ
Maria Franco Garcia - UFPB
Maria Luiza Félix Marques Kede - UERJ
Martin Torres - UCHILE
Mauro Parolin - UFPR
Mugiany O. Brito Portela - UFPI
Nardoque Sedeval - UFMS
Paula Maria Moura de Almeida - UERJ
Silvana da Abreu - UFGD
Rafael Albuquerque Xavier - UEPB
Rafael Faleiros Pádua - UFPB
Renato Emerson Nascimento dos Santos - UFRJ
Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves -UEG
Roberta Raquel - IFC
Rodrigo Coutinho Abuchacra - UERJ
Tamires R. Aguiar Cesar - UNINTER
Tânia Cristina Meira Garcia - UFRN
Thaís Baptista da Rocha - UFF
Thiago Albano de Souza Pimenta - REE/MS
Thiago Gonçalves Pereira - UERJ
Thiago Manhães Cabral - UNICAMP
Vagner A. Morais Pinto -UEPG
Vinicius da Silva Seabra - UERJ